

CReSAP

COMISSÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO
PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES & CONTAS



CONCORRER É UM ATO DE CIDADANIA.

Mais candidatos mais mérito.

Lance hoje o seu CV na
plataforma.

Relatório Anual e Contas

2014

Relatório a apresentar ao Presidente da Assembleia da República nos termos do art. 5º, alínea i) do Regulamento Interno da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública

Relatório a apresentar ao Primeiro-Ministro nos termos do art. 5º, alínea i) do Regulamento Interno da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CReSAP	6
1. Enquadramento.....	8
1.1 Enquadramento legal.....	9
1.2 Governação	14
1.3 Regulamentação.....	28
2. Princípios de Recrutamento e Seleção com base no mérito	31
2.1. Introdução.....	32
2.2. Dirigentes superiores.....	34
2.3 Gestores Públicos	43
2.4 Organismos ou cargos atípicos.....	48
2.5. Entidades reguladoras	50
2.6. Renovação de mandatos.....	53
3. Procedimentos concursais: Resultados	55
3.1 Necessidades.....	56
3.2 Pedidos de abertura	60
3.3. Registos e candidaturas	63
3.4. Procedimentos concursais concluídos.....	69
3.4 <i>Short-lists</i>	72
Listagem de procedimentos concursais, 2012-14	74
4. Pareceres	113
4.1 Pareceres de adequação ao perfil de gestores públicos.....	114

Listagem de pareceres solicitados e elaborados, 2014.....	116
5. Recursos Humanos	125
5.1 Colaboradores	126
6. Outra Informação Relevante	129
6.1 Remunerações	130
6.2.Ética e Código de Conduta.....	131
6.3 Divulgação de informação.....	134
6.4 Comunicação Social.....	135
7. Autoavaliação da CReSAP	138
7.1 Autoavaliação	139
8. Contas	145
8.1 Recursos financeiros e despesas	146

O presente Relatório inclui algumas fotografias de Lisboa, Porto, Coimbra e Braga; em todos os casos foram reproduzidas diretamente da internet, em acesso livre (respetivamente na capa,pg.8,pg.31,pg.56 e pg.126: <http://viagempelobrasil.net/>; www.hdwallpapersnew.net/wp-content/uploads/2014/09/lisbon-city-portugal-hd-free-download.jpg; portugueseindependentnews.com/2014/02/15/porto-recupera-titulo-de-melhor-destino-europeu; www.shopage.fr/?q=Braga; pt.wikipedia.org/wiki/Coimbra). As infogravuras nas páginas 13 e 30 estão também em acesso livre, e foram obtidas no sitio br.freepik.com. As silhuetas das páginas 54, 68 e 113 estão igualmente em acesso livre em br.freepik.com/fotos-vetores-gratis/silhuetas.

Mensagem

Presidente da CReSAP



Uma das perceções ainda dominantes na cultura política dos portugueses é que os dirigentes e gestores da administração pública são nomeados fundamentalmente por escolha política independente do mérito, diretamente determinada por razões de natureza partidária fundada em mecanismos de recompensa expost ou mesmo ex-ante. Tal perceção encontra inúmeros fundamentos na análise histórica do sistema político português e da competição político-partidária, sendo que a forte amplitude da discricionariedade política formal tem sido comprovada por alguns estudos¹ que sugerem a

¹ Vd. Silva, Patrícia, 2013. “Novos dilemas, velhas soluções? - patronagem e governos partidários”, Univ Aveiro.

presença de um valor instrumental para as nomeações.

No entanto, no quadro da globalização económica e financeira e da profunda mudança tecnológica, as formas organizacionais do Estado foram-se alterando por todo o lado, e também em Portugal, reforçando a relevância da profissionalização da administração pública. A trajetória do desenvolvimento institucional vai no sentido do reforço de uma orientação estratégica voltada para o exterior/envolvente, suportada pela prestação pública de contas quanto aos meios utilizados e aos resultados obtidos.

A Lei nº 64/2011, de 22 de dezembro, configurou, pela primeira vez, um mecanismo indutor da profissionalização dos dirigentes superiores da administração pública portuguesa. A criação da CReSAP enquanto entidade administrativa independente com a missão de selecionar a direção superior da administração e avaliar a adequação

de perfil das personalidades indicadas pelo Governo para o exercício do cargo de gestor público, representou um significativo passo para a valorização de uma cultura de meritocracia e para a autonomia de esferas entre o exercício de cargos políticos e de cargos administrativos². Trata-se no entanto de um processo de mudança significativo e difícil, já que rompe com procedimentos há muito sedimentados no quadro de uma cultura de *patronage* criticada, mas aceite.

O presente documento tem como objetivo apresentar o relatório das atividades, bem como as contas de 2014.

Foi um ano particularmente difícil. A emissão de pareceres relativos a adequação de perfil de gestores públicos e cargos atípicos manteve um ritmo semelhante ao dos anos anteriores. Já no que respeita aos pedidos de abertura de procedimentos concursais, a explosão verificada nos dois últimos meses de 2013, para cumprimento do quadro legal exigido, a que se somou, em muitos casos, a necessidade de repetição dos mesmos para garantia de cumprimento de critérios de competência, exigiu uma rigorosa calendarização das atividades e o

empenhamento de todos, incluindo vogais não permanentes e peritos.

Ao longo de 2014 enviaram-se às respetivas tutelas 237 propostas de nomeação, resultado objetivo de procedimentos concursais que envolveram quase cinco mil candidatos. Foram ainda elaborados cerca de 240 pareceres de adequação de perfil ao cargo de gestor público.

Não foi portanto fácil, exigiu muito trabalho e confrontou resistências, justificou o aprofundamento de critérios de rigor e transparência, mas cumpriram-se os objetivos, alargou-se o debate e fizeram-se progressos.

Só o futuro dirá se a CReSAP, como entidade administrativa independente, foi capaz de atuar, de facto, no sentido de provocar ou permitir mudanças na cultura administrativa de Portugal. Reconhecendo embora que há muito para fazer e que conseguimos identificar de forma clara potenciais vetores de melhoria na configuração legal e no âmbito de atuação da CReSAP, sentimo-nos confiantes que este é, de facto, um processo de mudança fundamental para o país, no quadro de uma democracia madura e exigente.

João Bilhim

² Bilhim, João. 2014. "Política e Administração: em que medida a atividade política conta para o exercício de um cargo administrativo", in *Sociologia- Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. XXVIII,pg.11-31

I. ENQUADRAMENTO



1.1 Enquadramento legal

Criada pela Lei nº 64/2011, de 22/12/2011, a Comissão para o Recrutamento e Seleção da Administração Pública (CReSAP) é uma entidade independente que funciona junto do membro do governo responsável pela área da Administração Pública.

O objetivo primordial da CReSAP é recrutar e selecionar candidatos para cargos de direção superior da administração pública.

A CReSAP atua de forma independente no exercício das suas competências e obedece aos princípios da isenção, do rigor, da equidade e da transparência na promoção do reconhecimento do mérito profissional, da credibilidade e do bom governo.



O estatuto do pessoal dirigente dos serviços e órgãos da administração central, local e regional do Estado, com a alteração decorrente da Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, veio estabelecer, para o recrutamento e seleção dos titulares dos cargos de direção superior, de 1.º e 2.º graus, um procedimento concursal a efetuar pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP), mediante iniciativa do membro do governo com poder de direção ou tutela sobre o serviço ou órgão em que se integra o cargo a preencher, e de acordo com a tramitação prevista nos seus artigos 18.º e 19.º.

A Lei-Quadro dos institutos públicos, com a alteração operada pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, veio alargar a obrigatoriedade daquela metodologia de recrutamento e seleção, assente em procedimento concursal efetuado pela CReSAP, ao recrutamento e seleção dos titulares dos órgãos de direção dos institutos públicos de regime comum, ainda que com algumas exceções elencadas na referida Lei.

A esta missão acresceu a competência conferida à CReSAP, nos termos do Decreto-lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, para proceder à avaliação curricular não vinculativa sobre a adequação das competências das entidades propostas para o exercício de cargos de gestor público.

A CReSAP tem **três funções primárias**.

Recrutamento e seleção para cargos de direção superior

A CReSAP estabelece como eixo central da sua intervenção a seleção e recrutamento para cargos de direção superior de 1º e 2º grau na Administração Pública Central, ou equiparados, incorporando o princípio de igual oportunidade e promovendo a meritocracia.

Os seguintes **valores** constituem os eixos de intervenção da CReSAP:

Mérito – identificar os mais competentes entre os candidatos disponíveis: ninguém será indicado para um cargo sem reunir as necessárias competências. A sua adequabilidade baseia-se na análise das competências necessárias tendo em conta o perfil definido para o cargo, a experiência profissional, o percurso académico, a motivação, capacidades e talento.

Equidade – selecionar com respeito integral dos princípios da Constituição e da Lei. Os processos de seleção procuram, de forma consistente, a objetividade e a imparcialidade.

Abertura – recrutar, atraindo o maior número de candidatos disponíveis no mercado que satisfaçam as exigências do aviso de abertura.

Participação no recrutamento e seleção dos gestores públicos

A CReSAP emite pareceres sobre as personalidades indigitadas para o cargo de gestores públicos, adotando e implementando medidas para assegurar uma seleção mais transparente nos termos da legislação em vigor.

A CReSAP, no âmbito da avaliação curricular e da adequação de perfil da personalidade a propor para o exercício do cargo de gestor público, estabelece como eixos da sua intervenção os seguintes **valores**:

Mérito – apreciar o currículo e o perfil das personalidades propostas com base em comprovada idoneidade, mérito profissional, competências e experiência de gestão, bem como sentido de interesse público e habilitação mínima de um grau académico de licenciatura;

Informação – emitir o parecer sobre a adequação de perfil da personalidade proposta pelo membro do Governo com base na informação prestada pelo mesmo sobre a experiência profissional e competências de gestão adequadas às funções do cargo a prover, e existindo autorização prévia da personalidade propostas, tornar público o sentido do parecer;

Transparência e independência – proceder à avaliação curricular e emitir parecer sobre a adequação de perfil da personalidade a propor para exercer o cargo de gestor público de forma transparente, com objetividade e imparcialidade, com base em critérios cuja definição compete à CReSAP, nomeadamente liderança, colaboração, motivação, orientação estratégica, orientação para resultados, orientação para o cidadão e serviço de interesse público, gestão da mudança e inovação, sensibilidade social, experiência profissional, formação académica e formação profissional.

Participação na elaboração e desenvolvimento de políticas públicas para os quadros de direção superior da Administração Pública

Nos termos da legislação em vigor, a CReSAP apoia a :

- Elaboração, desenvolvimento e execução da política global e setorial para os quadros de direção superior;

- Promoção de atividades de pesquisa e informação tendo em vista a criação de uma bolsa de talentos com o perfil adequado para titulares de cargos de direção superior;
- Definição dos critérios que determinam a fixação e aplicação do vencimento mensal dos gestores públicos;
- Promoção de boas práticas de gestão e ética para titulares de cargos de direção superior na Administração Pública
- Promoção da adoção de princípios orientadores para códigos de conduta para titulares de cargos de direção superior na Administração Pública;
- Cooperação com entidades públicas e privadas de níveis nacional, regional e local em matérias de recrutamento e seleção, boas práticas e códigos de conduta;
- Cooperação com organizações internacionais de âmbito similar.

Visão

A CReSAP, num horizonte temporal de 5 anos, aspira a que os cargos de direção superior e de gestores públicos na Administração sejam preenchidos em função exclusivamente do mérito dos seus titulares; mérito que será traduzido através de resultados visíveis pelos cidadãos.

Esta aspiração inspira a CReSAP a identificar, de entre todos os candidatos, os mais aptos e qualificados para liderar a introdução de boas práticas de governo.



1.2 Governação

Nos termos dos Estatutos da CReSAP, são seus membros o presidente, os vogais permanentes, os vogais não permanentes, funcionando ainda junto da CReSAP uma bolsa de peritos.

O mandato do presidente tem a duração de cinco anos. O mandato dos vogais permanentes tem a duração de quatro anos. A tomada de posse foi a 16 de maio de 2012; para o período a que reporta o presente Relatório a sua constituição é a indicada.



Presidente
Professor Doutor João
Bilhim



Vogal Permanente
Professor Doutor
José Luís Nascimento



Vogal Permanente
Drª Maria Helena
Dias Ferreira



Vogal Permanente
Professora Doutora
Margarida Proença

Sem prejuízo das competências que lhe forem conferidas por lei, ou nele delegadas ou subdelegadas, compete ao presidente da CReSAP, nos termos do Regulamento Interno:

- Designar a composição dos júris dos procedimentos concursais ;
- Representar a CReSAP;
- Presidir às reuniões da CReSAP, convocar e elaborar a respetiva ordem de trabalhos, decidindo sobre a documentação a enviar para análise nas reuniões;
- Coordenar o processo de elaboração das atas das reuniões da CReSAP;
- Assegurar o cumprimento do regulamento interno e das deliberações da CReSAP;
- Solicitar pareceres externos especializados.

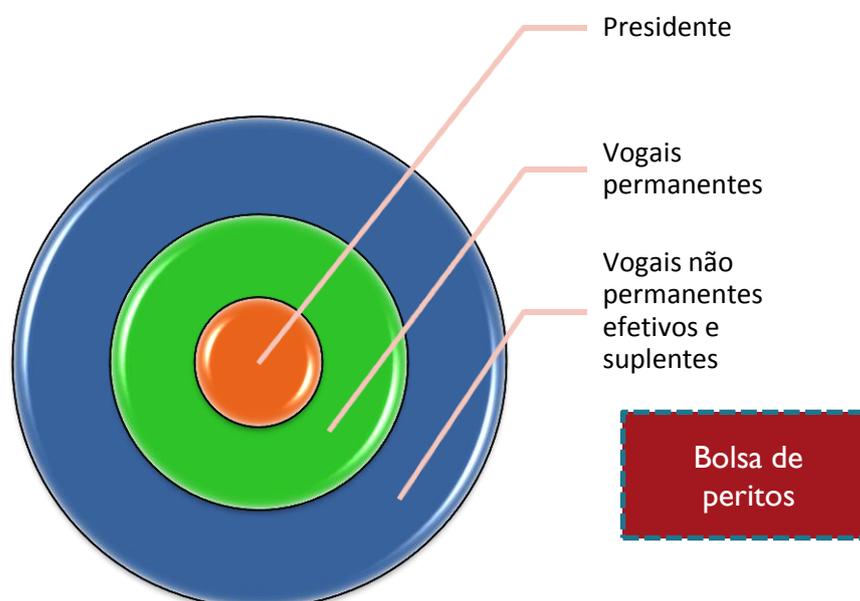
No exercício das suas funções, o Presidente da CReSAP pode ainda delegar a presidência dos júris dos procedimentos concursais.

Compete ainda ao Presidente, nos termos das competências que lhe foram delegadas pela CReSAP, em reunião do dia 28 de maio de 2012 (Deliberação nº 1200/2012, de 28 de maio, publicada em Diário da República 2ª série, nº 168, em 30 de agosto de 2012):

- Praticar todos os atos necessários ao seu normal funcionamento;
- Autorizar a abertura de procedimentos, bem como demais atos subsequentes, com a aquisição de bens, de serviços e de empreitadas de obras públicas, bem como outorgar os instrumentos contratuais que sejam legalmente exigíveis, nos termos da lei;
- Autorizar a prestação de trabalho extraordinário;
- Autorizar a atribuição de abonos e regalias a que os trabalhadores em funções públicas tenham direito, nos termos da lei;
- Autorizar a inscrição e participação em congressos e outras reuniões semelhantes que decorram em território nacional quando importem, ou não, custos para o serviço, bem como deslocações em serviço;
- Autorizar dentro dos limites estabelecidos pelo respetivo orçamento anual a transferência de verbas, a constituição de fundos permanentes, nos limites e condições fixadas pelo Ministério das Finanças;

- Aprovar a conta de gerência;
- Autorizar despesas eventuais de representação dos serviços e a constituição de fundos permanentes;
- Autorizar o processamento de despesas cujas faturas tenham entrado além do prazo regulamentar;
- Autorizar o gozo e acumulação de férias;
- Autorizar e abono de vencimento de exercício perdido por motivo de doença.

Figura 1. Organigrama da CReSAP



O Presidente da CReSAP tem ainda competências para subdelegar. Nesse contexto subdelegou na vogal permanente, Prof^a Margarida Proença, a competência para a prática de todos os atos necessários ao normal funcionamento da CReSAP no âmbito da gestão de recursos humanos, financeiros, materiais e patrimoniais, nos termos do Despacho nº 11673/2012, de 29 de maio, publicado em Diário da República, 2^a série, nº 168, de 30 de agosto de 2012, em particular:

- Autorizar a abertura de procedimentos, bem como demais atos subsequentes, com a aquisição de bens, de serviços e de empreitadas de obras públicas, bem como outorgar os instrumentos contratuais que sejam legalmente exigíveis, nos termos da lei;

- Autorizar a prestação de trabalho extraordinário;
- Autorizar a atribuição de abonos e regalias a que os trabalhadores em funções públicas tenham direito, nos termos da lei;
- Autorizar a inscrição e participação em congressos e outras reuniões semelhantes que decorram em território nacional quando importem, ou não, custos para o serviço, bem como deslocações em serviço;
- Autorizar dentro dos limites estabelecidos pelo respetivo orçamento anual a transferência de verbas, a constituição de fundos permanentes nos limites e condições fixadas pelo Ministério das Finanças;
- Aprovar a conta de gerência;
- Autorizar a constituição de fundos permanentes das dotações do respetivo orçamento, nos limites legais, bem como despesas eventuais de representação do serviço;
- Autorizar o processamento de despesas cujas faturas tenham entrado além do prazo regulamentar;
- Autorizar o gozo e acumulação de férias e o abono de vencimento de exercício perdido por motivo de doença.

A CReSAP reúne ordinariamente uma vez por trimestre, podendo os vogais não permanentes fazer-se substituir pelos respetivos suplentes.

Os vogais não permanentes da CReSAP, um por cada ministério, e respetivos suplentes, são designados de entre trabalhadores em funções públicas com reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, cuja atividade tenha sido exercida, preferencialmente na área dos recursos humanos. Os suplentes dos vogais não permanentes são designados de entre trabalhadores em exercício de funções públicas em órgão ou serviço não coincidente com o do vogal, mas integrado na orgânica do mesmo ministério.

A designação dos vogais não permanentes da CReSAP e respetivos suplentes compete ao membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e aquele que detenha o poder de direção, superintendência ou tutela sobre o serviço ou órgão a que se encontram vinculados e é feita por um período de três anos.

Nos termos da Resolução n° 27/2012, publicada em Diário da República, 2ª série, n° 144, em 26 de julho de 2012, que reportou os seus efeitos a 19 de maio de 2012, foram designados os vogais não permanentes e seus suplentes na CReSAP.

Dada a necessidade pontual de substituição de alguns dos vogais não permanentes nomeados, bem como de suplentes, e considerando que importava conferir celeridade ao processo de designação, foi deliberado recorrer a uma resolução do Conselho de Ministros. Desta forma a Resolução n° 27/2013, publicada em Diário da República, 2.ª série, n° 234, em 3 de dezembro, com efeitos produzidos desde 20 de maio de 2013, designou novos vogais não permanentes e respetivos suplentes da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública para os casos em que se verificou cessação de funções, complementada pelo Despacho n° 16196/2013, em Diário da República, 2ª série, n° 242 de 13 de dezembro de 2013, que procedeu a uma nova designação.



Apresenta-se de seguida a listagem dos vogais não permanentes da CReSAP nos termos das Resoluções n° 27/2012 e 27/2013.

Vogais não permanentes da CReSAP

António Raul da Costa Tôrres Capaz Coelho, Ministério da Educação e Ciência, Secretário-Geral;

António Vasco da Cunha e Lorena Alves Machado, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Secretário-Geral Adjunto;

Carlos Manuel Silvério da Palma, Ministério da Administração Interna, atual Secretário-Geral;

Gustavo André Esteves Alves Madeira, Ministério da Defesa Nacional, Secretário-Geral;

Eugénio Manuel de Lima Antunes, Ministério das Finanças, atual vogal da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.) em substituição da vogal não permanente do Ministério das Finanças na CReSAP, Maria Teresa Caldeira Temudo Nunes, que cessou funções por motivo de aposentação.

José Maria Belo de Sousa Rego, Presidência do Conselho de Ministros, Secretário-Geral;

Maria Ermelinda Paulo Rodrigues da Silva Carrachás, Ministério da Economia, Secretária-Geral, na sequência da cessação de funções de Octávio Félix de Oliveira;

Maria Joana Andrade Ramos, Ministério das Finanças, Diretora-Geral da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, na sequência da cessação de funções de Carolina Maria Gomes Ferra;

Rui Manuel de Freitas Corrêa de Mello, Ministério da Solidariedade, Emprego e da Segurança Social, Vogal do Conselho Diretivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social;

Rui Nuno Almeida Dias Fernandes, Ministério da Agricultura e do Mar, Vogal do Conselho Diretivo do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, IP;

Nuno Sanchez Lacasta, Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.;

Sandra Paula Nunes Cavaca Saraiva de Almeida, Ministério da Saúde, Secretária-Geral;

Para o período a que se reporta o presente Relatório, tendo em conta as Resoluções n.ºs 27/2012 e 27/2013 acima referidas, a designação dos suplentes dos vogais não permanentes da CReSAP é a abaixo indicada.

Vogais não Permanentes da CReSAP, Suplentes

Alberto António Rodrigues Coelho, Ministério da Defesa Nacional, Diretor-Geral da Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar;

Cristina Maria Lopes da Silva, Ministério da Justiça, Subdiretora-Geral da Direção-Geral da Administração da Justiça;

Isabel Costa Ramos, Ministério da Solidariedade, Emprego e da Segurança Social, Secretária-Geral Adjunta;

Luísa da Conceição dos Santos de Canto e Castro de Loura, Ministério da Educação e Ciência, Diretora-Geral, Direção-Geral de Estatística da Educação e Ciência;

Maria José Teixeira de Moraes Pires, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ministra Plenipotenciária de 1º classe, Direção-Geral dos Assuntos Europeus;

Lisdália Maria Bairras Amaral Portas, Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Subinspetora-Geral da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território;

Maria de Fátima Abrantes Duarte, Presidência do Conselho de Ministros, Presidente da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género;

Maria Teresa da Piedade Moreira, Ministério da Economia e do Emprego, Diretora-Geral da Direção-Geral do Consumidor;

Nuno Miguel Banza, Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Subinspetor-Geral da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território;

Olga Maria Macedo Calixto Moraes, Ministério da Administração Interna, atual Diretora dos Serviços de Regulação e Recenseamento dos Bombeiros, da Autoridade Nacional de Proteção Civil;

Sandra Maria Pereira Rebelo do Carmo Parreira de Figueiredo Neto, Ministério da Saúde, Coordenadora da Unidade de Regimes de Trabalho e Exercício Profissional da Administração Central do Sistema de Saúde, I.P.

Peritos que apoiam a CReSAP

Junto da CReSAP funciona uma bolsa de peritos, composta por 20 a 50 membros, designados de entre trabalhadores em funções públicas,

com reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, que apoia a Comissão em matérias técnicas específicas, e participa nos júris de procedimentos concursais para cargos de direção superior na Administração Pública.

Procura-se dessa forma reforçar a cooperação institucional com a administração na promoção da meritocracia, e permitir um debate mais aprofundado sobre a dimensão estratégica do recrutamento e seleção; de acordo com a Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, art 19º, alínea d) , republicada pela Lei nº 64/2011 de 22 de dezembro, em Diário da República, 1ª série, nº 244 , os júris a quem cabe a seleção dos candidatos a cargos de direção superior integram peritos (um por cada) cooptados de uma bolsa de peritos que funciona junto da Comissão, desde que estejam em exercício de funções em órgão ou serviço integrado na orgânica do ministério a que respeita o procedimento concursal, sendo embora que não podem participar nos procedimentos concursais dos órgãos ou serviços a que eventualmente pertencerem.

Os peritos que integraram inicialmente a bolsa foram designados através da Resolução do Conselho de Ministros nº 27/2012, publicada em Diário da República, 2ª série, nº 144, em 26 de Julho, sob proposta da Comissão, pelo período de um ano, renovável até ao limite de três anos.

Pelo Despacho nº11476/2013, publicado em Diário da República, 2ª série, nº 170, de 4 de setembro, pela Resolução do Conselho de Ministros nº 27/2013 (Diário da República, 2.ª série, nº 234, em 3 de dezembro), e pelo Despacho nº 3116/2014 de 19 de fevereiro, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 39, de 25 de fevereiro, foram exonerados e designados novos peritos para a bolsa de peritos da CReSAP. A Resolução nº 1/2015, publicada em Diário da República, 2ª série, nº6, de 9 de janeiro, vem designar novos peritos, com efeito a 21 de maio de 2014. A referida Resolução foi posteriormente objeto de declaração de retificação nº 44/2015, publicada em Diário da República, 2ª série, nº 12, de 19 de janeiro.

Para o período a que se reporta o presente Relatório, a designação dos peritos da CReSAP, por ministério, é assim a abaixo indicada desde maio de 2014.

Alda Maria das Neves Carneiro de Caetano Carvalho, Presidência do Conselho de Ministros, Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Estatística, I.P. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

Alexandre Bernardo Macedo Lopes Simões, Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Vice-Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

Alice Maria Teixeira de Oliveira, Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, Diretora do Departamento de Recursos Humanos do Instituto de Segurança Social, I.P. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

Anabela Rodrigues da Silva, Ministério da Economia e Emprego, técnica superior da Direção-Geral das Atividades Económicas. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

Ana Isabel Fernandes, Ministério da Defesa Nacional, Diretora de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

Ana Maria Vicente da Silva Horta, Ministério da Justiça, Diretora do Departamento de Gestão Financeira, Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça I.P. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

António Frederico Sousa Cid de Sousa Falcão, Ministério da Agricultura e do Mar, Presidente do Conselho Diretivo do Instituto da Vinha e do Vinho, I.P. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

António José Mata Simões, Ministério das Finanças, Diretor de Serviços da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

António José Santos Carvalho, Ministério da Administração Interna, Chefe do Departamento de Gestão e Administração de Recursos Humanos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

Armando Miguel Perez de Jesus Sequeira, Ministério da Agricultura e do Mar, Diretor-Geral da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos;

Célia Maria de Viveiros e Sá e Santos, Ministério da Educação e Ciência, Subdiretora-Geral da Direção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

Carla Clementina Ventura Alves Freire, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Técnica Superior da Direção de Serviços dos Assuntos Jurídicos da Direção-Geral dos Assuntos Europeus. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

Cláudia Sofia Fernandes Monteiro, Ministério da Saúde, Diretora de Serviços de Gestão, Informação, Relações Públicas e Arquivo da Secretaria-Geral do Ministério da Saúde;

Cláudia Fernandes Carvalho, Ministério da Educação e Ciência, Diretora de Serviços de Emprego e das Relações de Trabalho da Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

Cristina Maria Cunha Santos, Ministério da Defesa Nacional, técnica superior da Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

Emília da Glória Silva dos Santos, Ministério da Justiça, Coordenadora do Setor de Apoio Jurídico e Processamento de Remunerações do Instituto dos Registos e Notariado, I.P. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

Fernando José Ramos Lopes de Almeida, Ministério da Saúde, Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge. As suas funções foram renovadas por mais um ano.

João António Sampaio Rodrigues Queiróz, Ministério da Educação e Ciência, Diretor-Geral da Direção-Geral do Ensino Superior;

João Manuel Rijo da Fonseca Ribeiro, Ministério da Agricultura e do Mar, Diretor-Geral, Direção-Geral da Política do Mar. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

João Manuel Santos Vieira, Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Diretor de Serviços do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

João Santiago Leão Ponce Dentinho, Ministério da Economia e Emprego, vogal do Conselho Diretivo do Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P. (INCI). As suas funções foram renovadas por mais um ano;

José Carlos da Silva Pereira, Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Diretor de Serviços, Direcção-Geral de Energia e Geologia. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

José Manuel Passos, Ministério da Educação e Ciência, Diretor-Geral, Direção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

José Santos Soeiro, Presidência do Conselho de Ministros, Presidente do Conselho Diretivo da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

José Vitor dos Santos Duarte, Ministério da Educação e Ciência, Diretor-Geral da Direção-Geral da Educação;

Luís de Ascensão Correia Galego, Ministério da Defesa Nacional, técnico superior da Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

Luís Bruno Dimas Fernandes, Ministério da Agricultura e do Mar, Subdiretor-Geral do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral;

Luís Cecílio Vidal Gonçalves, Ministério da Justiça, técnico superior da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

Luísa Conceição Rodrigues Esmeriz, Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Diretora de Serviços da Direção-Geral do Território. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

Luísa de Jesus Curvelo Pacheco, Ministério dos Negócios Estrangeiros, técnica superior da Direção-Geral dos Assuntos Europeus. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

Manuel João Alves, Ministério da Administração Interna, Diretor do Departamento de Recursos Humanos da Polícia de Segurança Pública. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

Maria Antónia Prazeres Pereira, Ministério das Finanças, Chefe de Equipa Multidisciplinar da Inspeção-Geral das Finanças. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

Maria Asensio Menchero, Ministério das Finanças, Investigadora Principal da carreira de investigação científica do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Administração. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

Maria Elisabete Afoito Ramos Leal Lopes, Ministério da Administração Interna, técnica superior principal da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

Maria José Mesquita Lopes Carujo, Ministério dos Negócios Estrangeiros, técnica superior da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

Luísa de Jesus Curvelo Pacheco, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Técnica Superior, Direção-Geral dos Assuntos Europeus. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

Maria Margarida Ortigão de Almeida Sampaio Ramos, Presidência do Conselho de Ministros, Subdiretora-Geral da Direção-

Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

Maria do Rosário Lagarto Pereira, Ministério da Justiça, Diretora de Serviços de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

Pedro Emanuel Ventura Alexandre, Ministério da Saúde, vogal do Conselho Diretivo da Administração Central do Sistema de Saúde. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

Pedro Jorge de Almeida Ferreira, Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, Departamento de Organização e Gestão de Pessoas. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves, Ministério da Economia, Diretor-Geral do Gabinete de Estratégia e Estudos;

Rosa Maria Simões da Silva, Presidência do Conselho de Ministros, Vice-Presidente do Conselho Diretivo da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. As suas funções foram renovadas por mais um ano;

Rui Alberto Pereira Maeiro, Ministério da Administração Interna, técnico superior da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna. As suas funções foram renovadas por mais um ano ;

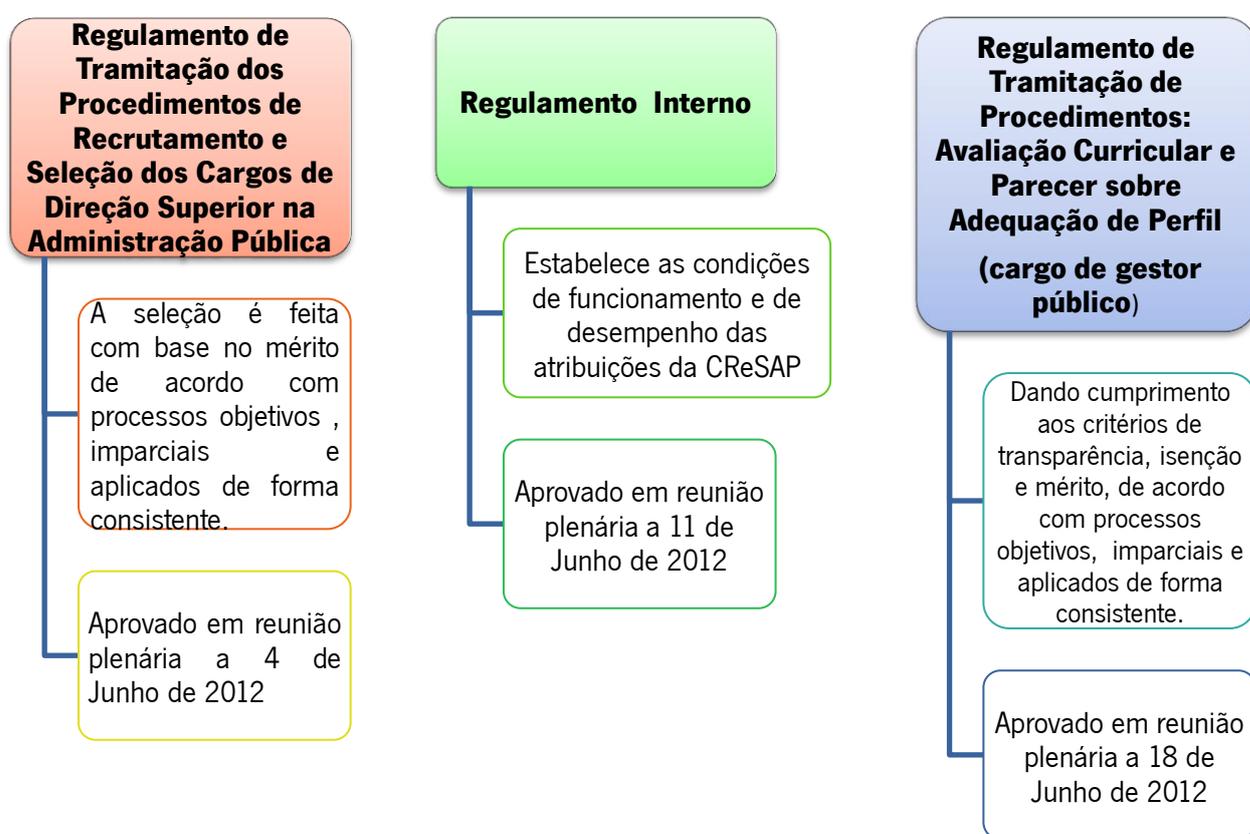
Susana Cristina Lourenço de Paiva, Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, Secretária do Conselho Diretivo do Instituto de Segurança Social, I.P.

A todos os vogais não permanentes e peritos que apoiaram a CReSAP ao longo de 2014, e que por razões de natureza diversa foram

1.3 Regulamentação

No quadro das suas competências, e conforme o estabelecido no art.º 12º dos seus Estatutos, a CReSAP elaborou regulamentos necessários à boa execução das suas funções.

Os regulamentos foram amplamente discutidos em diversas reuniões plenárias com todos os membros da CReSAP, para as quais se convidaram diversas personalidades com conhecimentos e experiência jurídica na área da administração pública.



Em 2013, foi publicado em Diário da República o Regulamento Interno (Despacho nº 7532/2013, de 27 de maio, 2ª série, nº 112, de 12 de junho). Na mesma data, foi ainda publicado o Regulamento de Tramitação de Procedimentos de Avaliação Curricular e Parecer sobre Adequação do Perfil do Cargo de Gestor Público (Despacho nº 7533/2013, de 27 de maio, Diário da República, 2ª série, nº 112, de 12 de junho de 2013).

O Regulamento de Tramitação dos Procedimentos de Recrutamento e Seleção de Cargos de Direção Superior na Administração Pública foi publicado em Diário da República, 2ª série, nº 111, de 11 de junho de 2013 (Despacho nº 7455/2013, de 27 de maio); o nº2 do art. 12º veio a ser alterado por deliberação da Comissão de Recrutamento e Seleção da Administração Pública, reunida em plenário a 8 de novembro de 2013, passando a ter a seguinte redação:

“2 – O Presidente da CReSAP designa quem substitui o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos”.

Por deliberação da CReSAP, reunida em plenário a 7 de março de 2014, foi acrescentado o art. 23ª ao “Regulamento de Tramitação dos Procedimentos de Recrutamento e Seleção dos Cargos de Direção Superior na Administração Pública”, publicado através do Despacho nº 5552/2014, em Diário da República, 2ª série, nº 79, de 23 de abril, que passou a ter a seguinte redação:

“Artigo 23ª

Sigilo

- 1- O procedimento concursal conducente ao recrutamento e seleção dos candidatos ao exercício de direção superior, sob responsabilidade da CReSAP é sigiloso.
- 2- Os dados inscritos na plataforma eletrónica dos procedimentos concursais da CReSAP e respetivos anexos, sendo documentos nominativos, são de carácter sigiloso.
- 3- Serão de conhecimento público apenas os três nomes que, ordenados alfabeticamente, integram a proposta de designação ao membro do Governo.
- 4- Nos termos do artigo 15 conjugado com a alínea a) do artigo 9º da Lei nº 64/2011, de 22 de dezembro, cada membro do júri tem acesso aos seus próprios dados parcelares de classificação e à classificação final da avaliação curricular.”



II. Princípios de Recrutamento e Seleção com base no Mérito

2.1 Introdução

O reconhecimento da importância do mérito não é, de forma alguma, novo; o modelo burocrático de Weber ³ chamava já a atenção para a relevância da competência técnica e da meritocracia na seleção dos funcionários. Nos seus termos, o recrutamento deveria basear-se em informações objetivadas por testes ou exames em concursos, e a seleção em critérios de avaliação e classificação válidos para toda a organização. Desta forma, as competências, as capacidades, o mérito da pessoa face ao cargo em concurso deveriam substituir-se a critérios arbitrários ou subjetivos, sublinhando a imparcialidade do funcionalismo público ainda que, com o tempo, tenha evoluído no sentido de uma crescente politização.

A Nova Gestão Pública⁴ veio propor uma perspetiva do serviço público assente na eficiência, nos resultados e na qualidade do serviço prestado aos cidadãos entendidos enquanto clientes. Advogado como um novo paradigma de gestão pública difundido à escala global, ainda que porventura se venha cada vez mais reconhecendo como dependente da cultura, da história ou da maturidade socioinstitucional⁵ de cada país, a sua influência contribuiu decisivamente para a valorização do mérito e do desenvolvimento de competências no processo de recrutamento e seleção de forma a convergir com o praticado no setor privado. Assumindo que os indivíduos colocam como objetivo a maximização das preferências pessoais e na linha do modelo do principal-agente, a Nova Gestão Pública preconiza a necessidade de monitorizar o desempenho dos funcionários incorporando incentivos, privilegiando assim a discrição profissional ao controlo burocrático.

Os modelos de governação⁶ têm vindo a centrar as suas preocupações sobre a transparência e a prestação pública de contas, promovendo a perceção das vantagens da construção de redes entre o Estado, os cidadãos e as empresas, capazes de envolver todos na provisão e na governação dos serviços públicos. Trata-se também de “criar valor

³ Max Weber (1905) *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Editorial Presença, Lisboa (ed. 1983).

⁴ Vd. entre muitos outros, Christopher Hood (1991) “A public management for all seasons”, *Public Administration*, vol. 69, vol.1, pp.3-19.

⁵ Usa-se aqui, livremente, a terminologia de Kim e Hong (2006) “Searching for effective HRM reform strategy in the public sector :critical review of WPSR 2005 and suggestions”, *Public Personnel Management*, vol. 35, nº3, pp. 199-216 .

⁶ Vd., entre outros, os trabalhos do *Banco Mundial* (1994) “Governance : the World Bank’s Experience” ; *Banco Mundial* (2000) “Broadening our approach: empowering our clients and fostering accountability” in Stephen Osborne (2010) *The New Public Governance? Emerging perspectives on the theory and practice of public governance*, Routledge.

público”⁷ adaptando os conceitos básicos da estratégia empresarial ao setor público, cuja relevância resulta das alterações demográficas, do aprofundamento da globalização, do profundo impacto das tecnologias da comunicação e da informação, e do atual contexto de crise económica e financeira. Neste contexto, cabe aos dirigentes na funcionalismo público serem líderes, informados, imparciais do ponto de vista político, mas socialmente responsáveis.

Na linha do sugerido por diversos *World Public Sector Reports* (2005, 2008, 2010) a qualidade dos funcionários públicos - os seus conhecimentos, capacidades, competências e atitudes⁸ - contribui de forma significativa para a confiança nos governos. O recrutamento baseado no mérito (“a melhor pessoa para a função”) reflete o compromisso com os valores fundamentais do serviço público, é valorizado enquanto garantia ética e baluarte contra a corrupção na gestão da coisa pública e permite a promoção dos valores da eficiência e eficácia, devendo caber a liderança institucional a indivíduos com experiência, conhecimentos e capacidades adequados, sublinhando a importância de conceitos como motivação, colaboração, orientação estratégica, desempenho, prestação de contas, sensibilidade social e orientação para o serviço público bem como abertura à inovação. Os procedimentos de recrutamento e seleção deverão caber a entidades independentes, como a CReSAP de modo a garantir objetividade e neutralidade.

2.2 Dirigentes superiores

⁷ Mark Moore (1995) *Creating Public Value : Strategic Management in Government*, Harvard University Press: Cambridge,MA.

⁸ World Public Sector Report 2010, Nações Unidas, pg.73

O “Estatuto do Pessoal Dirigente dos serviços e órgãos da Administração central, local e regional do Estado”, com a recente alteração imposta pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, veio estabelecer para o recrutamento dos titulares dos cargos de direção superior, de 1.º e 2.º grau, um procedimento concursal a levar a cabo pela Comissão de Recrutamento e Seleção da Administração Pública (CReSAP), mediante solicitação formulada pelo Ministro respetivo, e de acordo com o previsto nos seus artigos 18.º e 19.º.

A isto acresce que a “Lei-Quadro dos Institutos Públicos” com a alteração operada pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, alargou este mesmo regime aos Conselhos Diretivos dos Institutos Públicos de regime comum, que passaram a incorporar subsidiariamente aquele estatuto, nomeadamente no que respeita ao seu recrutamento por via concursal, a cargo da CReSAP e mediante solicitação ministerial.

No entanto, algumas entidades públicas estão excecionadas da aplicação do referido estatuto do pessoal dirigente dos serviços e órgãos da administração central, local e regional do Estado. Nestes termos, as regras aplicáveis no recrutamento e seleção dos titulares de cargos de direção superior de 1.º e 2.º grau excecionam⁹ :

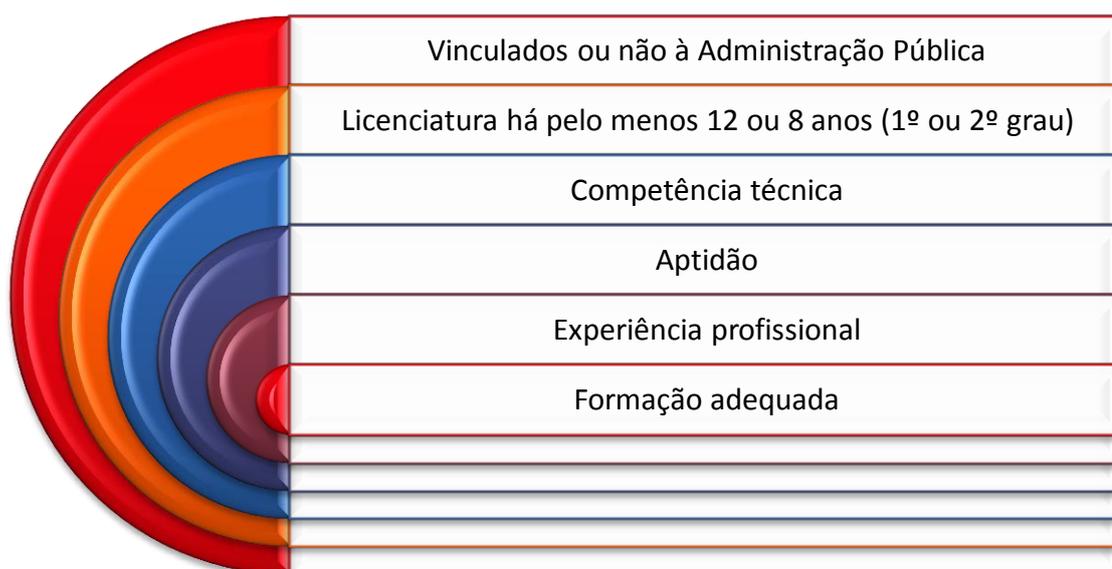
- ✚ Cargos dirigentes dos órgãos e serviços de apoio ao Presidente da República, Assembleia da República e tribunais;
- ✚ Cargos dirigentes das Forças Armadas, forças e serviços de segurança dos órgãos públicos que exercem funções de segurança interna, serviços do Sistema de Informações da República Portuguesa e do serviço com a missão de assegurar a gestão do sistema prisional;
- ✚ Cargos dirigentes dos órgãos de gestão dos estabelecimentos de ensino;
- ✚ Cargos dirigentes dos órgãos de gestão dos estabelecimentos do setor público administrativo da saúde;

⁹ Vd. Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, e Bilhim, 2012. “O mérito nos processos de seleção da alta direção da administração pública portuguesa: mito ou realidade”, in *Sequência*, vol. 33, n.º 65, pp.62-63.

- ☛ Cargos dirigentes do Ministério dos Negócios Estrangeiros que tenham de ser providos por pessoal da carreira diplomática, ou para cujo provimento tenha sido escolhido pessoal dessa mesma carreira;
- ☛ Cargos dirigentes integrados em carreiras.

Os requisitos para o provimento, bem como os critérios de seleção, estão definidos na Lei nº 6/2011.

Requisitos para o provimento



Crítérios de seleção

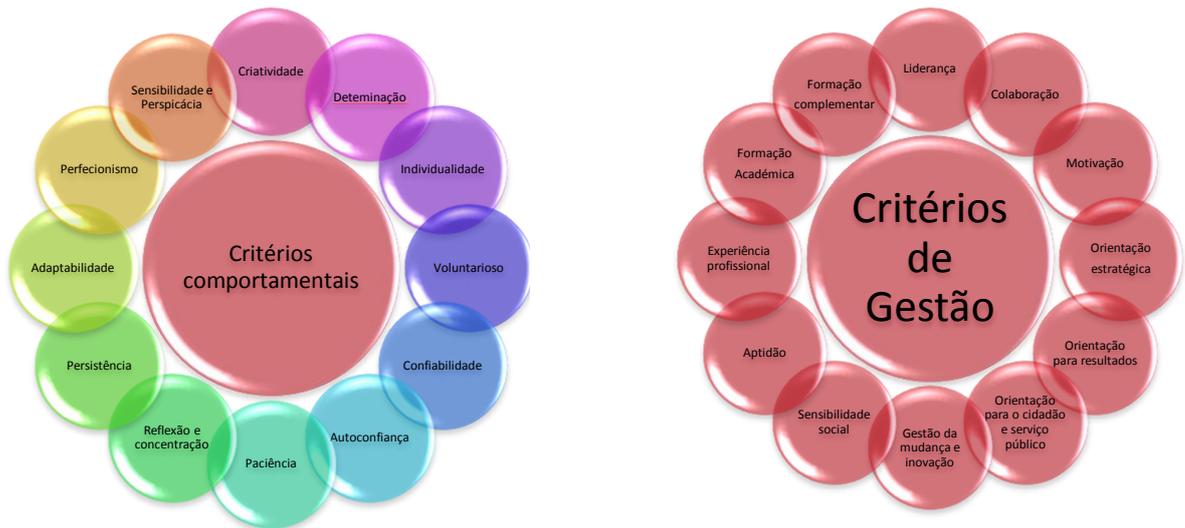
A CReSAP procede à seleção com base nos critérios estabelecidos em regulamento aprovado no âmbito das suas competências, designadamente liderança, colaboração, motivação, orientação estratégica, orientação para resultados, orientação para o cidadão e para o serviço público e aptidão.

Procura-se identificar nos candidatos a sua qualidade relativa, manifestada através da combinação de competências de gestão e de

competência comportamentais, bem como pela sua personalidade e caráter, nomeadamente avaliando as chamadas “cinco grandes”:

- ⊕ Equilíbrio emocional;
- ⊕ Agradabilidade;
- ⊕ Sociabilidade;
- ⊕ Adaptação à mudança;
- ⊕ Humildade.

Figura 2. Critérios comportamentais e de gestão



Os critérios de ponderação de cada um dos critérios de gestão são deliberados pelo júri do respetivo procedimento concursal, tendo em atenção os requisitos preferenciais definidos pelo membro do governo que tutela o organismo em causa. Os critérios de ponderação são publicamente divulgados, nomeadamente no edital de abertura do respetivo procedimento concursal.

No seguimento de algumas dúvidas colocadas sobre a diferença entre requisitos preferenciais e requisitos obrigatórios, a CReSAP veio a prestar o seguinte esclarecimento, divulgado no sítio eletrónico:

✿ O requisito obrigatório, que constitui motivo de exclusão da candidatura, é a posse, por parte do candidato, de uma licenciatura com mais de 8 ou 12 anos, conforme se trate de cargo de direção superior de 2.º ou 1.º grau;

✿ A área de formação da licenciatura é sempre um critério preferencial, não constituindo nunca motivo de exclusão, a não ser quando a lei orgânica o exija expressamente.

Em face disto - como o júri avalia tendo em conta o conjunto dos doze critérios constantes do regulamento e da lei, em que a área de formação académica é simplesmente um deles -, quem não satisfizer o critério preferencial (tendo menor pontuação) mas satisfizer nos restantes, poderá figurar nas propostas de designação a enviar ao governo, mesmo sem possuir esse critério de preferência.

Acresce que os graus de doutor ou mestre são sempre valorizados desde que considerados adequados ao perfil pelos membros do júri, independentemente de se encontrarem ou não expressos no perfil publicado no aviso integral. A exigência destes graus como requisito obrigatório, e consequentemente fundamento de exclusão, só é possível quando tal conste da lei orgânica respetiva.

Os potenciais candidatos aos procedimentos concursais da responsabilidade da CReSAP devem registar-se e incluir toda a informação considerada relevante *on-line*, utilizando para tal uma plataforma informática desenvolvida expressamente para tal.



**CONCORRER É UM ATO DE
CIDADANIA.**

Mais candidatos mais mérito.

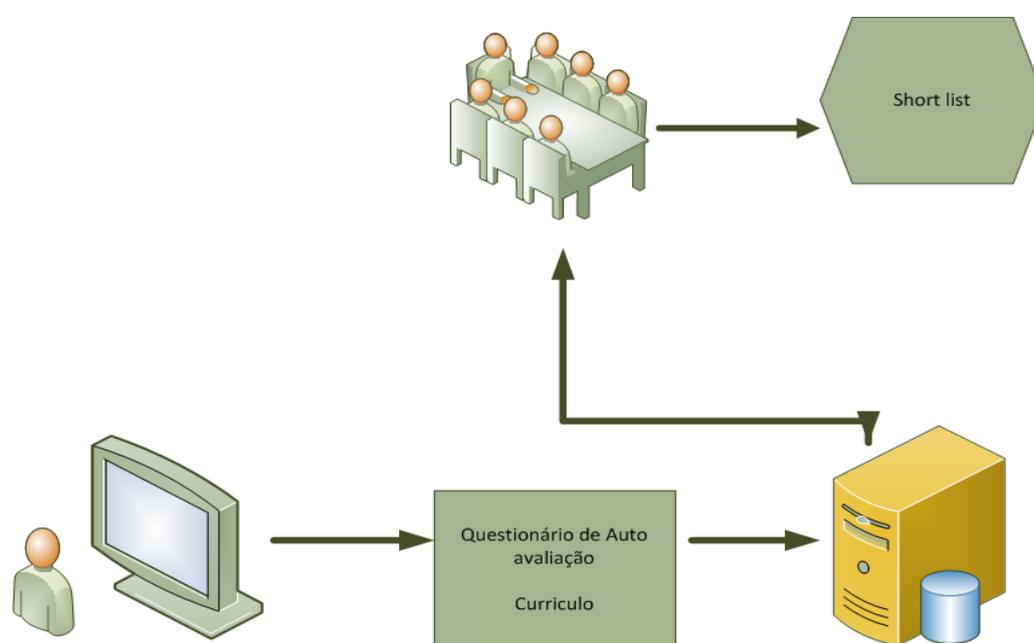
Lance hoje o seu CV na plataforma.

Registo [Iniciar Sessão](#)

A plataforma em causa permite ao potencial candidato a inserção *on-line* de todas as informações curriculares, bem como anexar a documentação comprovativa do grau académico.

Para tal, tem apenas que:

- Proceder previamente ao registo no sítio eletrónico da CReSAP, identificando-se com o NIF;
- Introduzir a qualquer momento o seu CV na plataforma, sendo permitida a sua atualização;
- Responder *on-line* ao questionário de autoavaliação.



O “Questionário de Autoavaliação Curricular”, anexo ao Regulamento de Tramitação dos Procedimentos de Recrutamento e Seleção dos Cargos de Direção Superior na Administração Pública, e disponibilizada no sítio da CReSAP, convida o potencial candidato a responder ao conjunto dos 12 critérios de desempenho, detalhados com base em descritores, conforme se pode ver, de forma sucinta, na árvore apresentada na Figura 3.

Para cada critério, o potencial candidato deverá escolher o descritor que considera melhor retratar a sua experiência, competências e aptidões profissionais, reportando-se sempre ao seu currículo e não

esquecendo que todas as respostas podem, eventualmente, vir a ser objeto de confirmação.

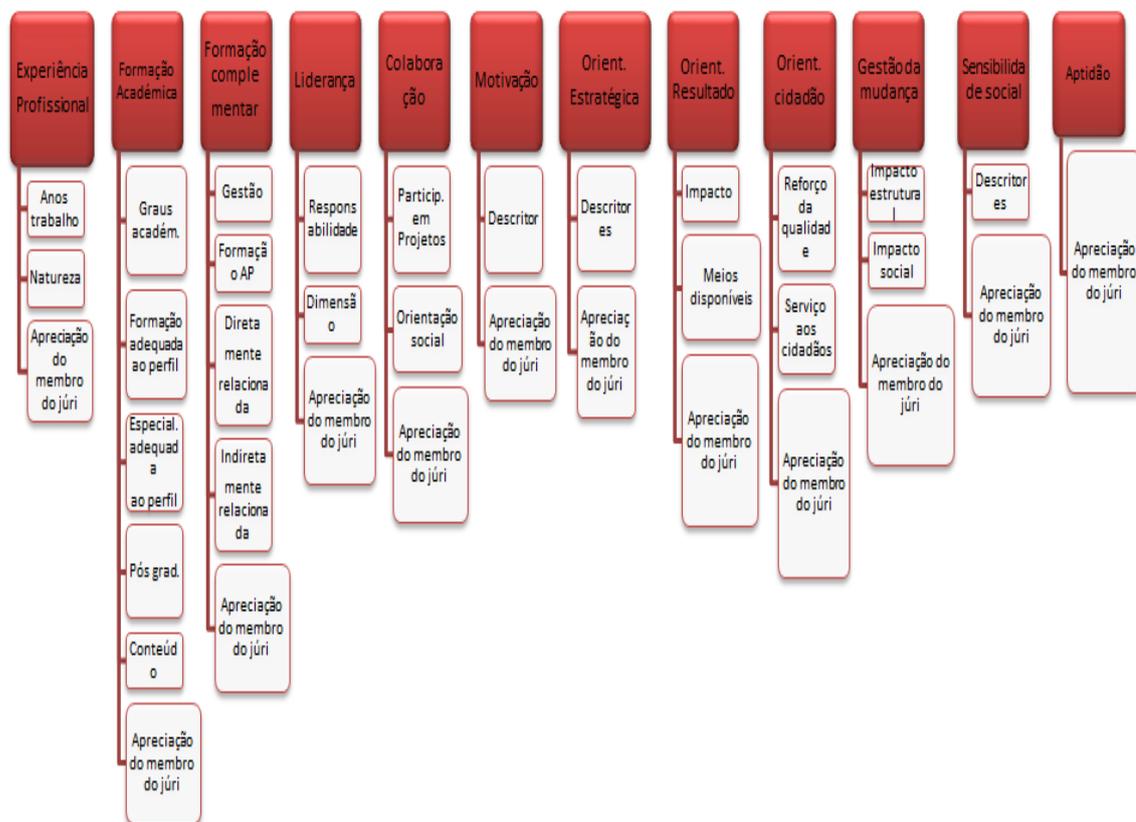
É ainda solicitado que o potencial candidato faça um exercício de auto classificação com base na sua percepção valorativa face ao perfil do lugar/cargo a que se candidata.

A qualquer momento, em fase posterior ao procedimento concursal em causa, o potencial candidato pode voltar a utilizar o seu questionário de autoavaliação curricular, introduzindo correções ou informação complementar com vista a uma nova candidatura.

Em cada procedimento concursal a plataforma associa o CV dos candidatos. Os membros de cada júri acedem posteriormente às informações disponibilizadas pelos candidatos através da inclusão do respetivo CV e no questionário de autoavaliação curricular.

Compete a cada membro do júri apreciar o currículo e demais informações prestadas pelos candidatos e atribuir uma classificação, tendo em conta as ponderações deliberadas em reunião do júri e divulgadas em edital publicado no *site* da CReSAP.

Figura 3. Árvore dos critérios de desempenho



A fim de evitar eventuais riscos de sobre ou sub-valoração de critérios, são introduzidos intervalos de variação por grupos, conforme se exemplifica na Figura 3. Compete a cada júri deliberar sobre a ponderação a atribuir a cada um dos critérios, atentos os requisitos indicados pela tutela. Não é possível, contudo, controlar o resultado final através da escolha de uma ponderação elevada a atribuir a um dado critério, em detrimento dos demais. Na verdade, o desenho do mecanismo não permite tal comportamento, especificando intervalos de variação mínima e máxima para grupos de critérios.

A avaliação de cada membro do júri é feita *on-line*, diretamente na plataforma (Figura 4); em média, demorará entre 15 a 25 minutos a fazer a avaliação de cada candidato. Para tornar mais fácil o acesso à plataforma, foi elaborado um guião, a distribuir aos membros do júri.

Figura 4. Intervalos de variação por grupos de critérios

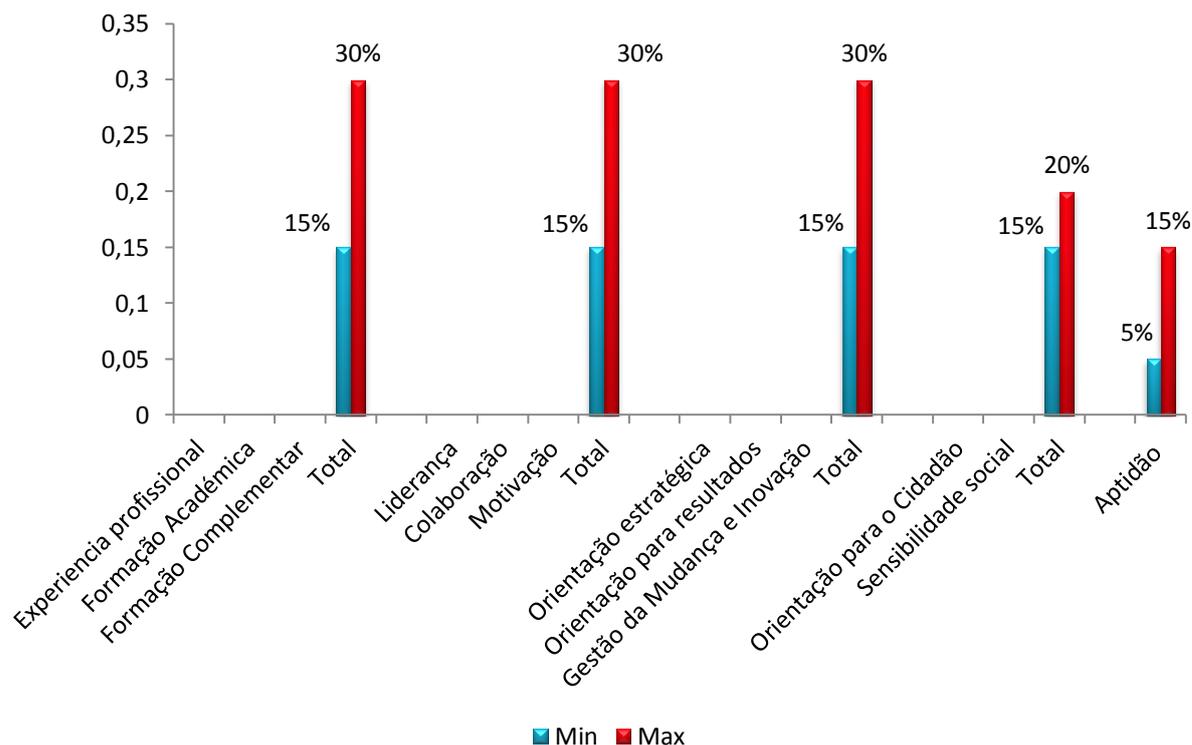
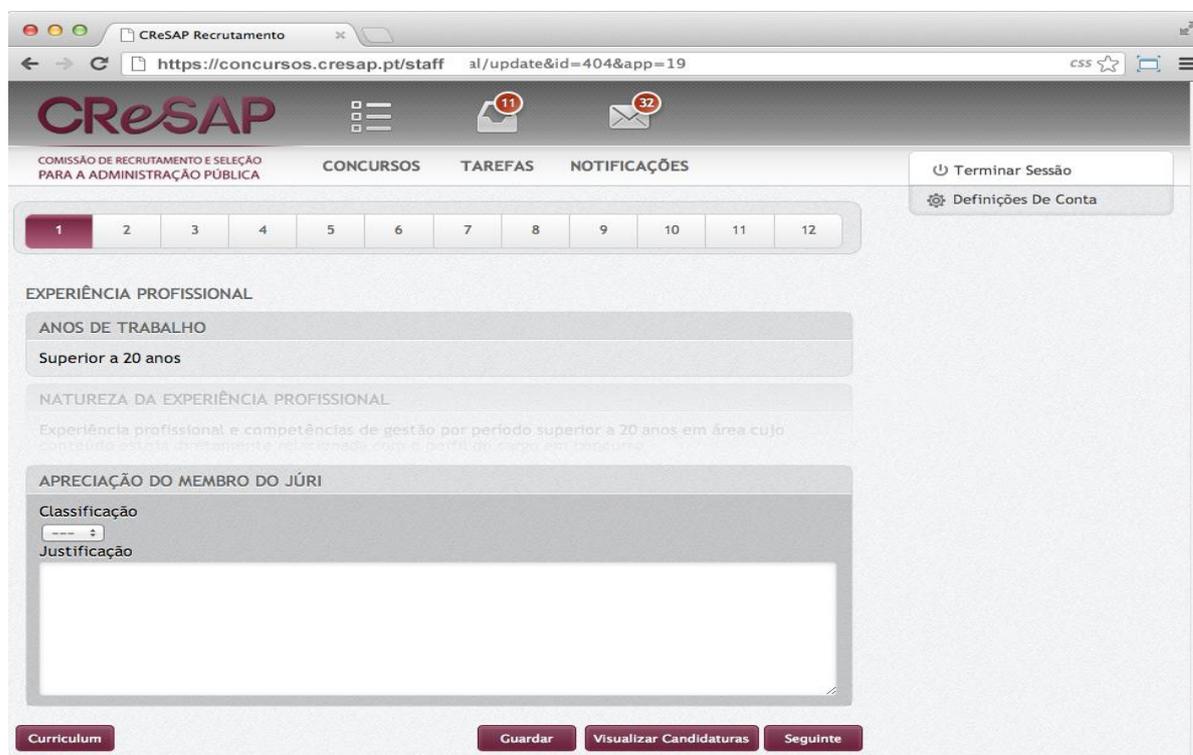


Figura 5. Avaliação *on-line*



No que se prende com a emissão de pareceres sobre adequação do perfil para o cargo de gestores públicos, com vista a introduzir

objetividade e rigor na análise, é solicitado à personalidade indigitada que preencha um formulário que complemente o currículo apresentado, descrevendo situações que considere representativas e eventualmente apresentando indicadores de sucesso nos diversos critérios de desempenho: liderança, colaboração, motivação, orientação estratégica, orientação para resultados, orientação para o cidadão e serviço de interesse público, gestão da mudança e inovação, sensibilidade social, experiência profissional, formação académica e formação complementar e aptidão.

O formulário de avaliação curricular (Figura 6), acompanhado do respetivo CV e de uma declaração de aceitação do parecer da CReSAP, assinada pelo próprio, deverá ser remetido à Comissão pelo membro do Governo responsável pela tutela.

Figura 6. Formulário de avaliação curricular

Regulamento de Tramitação de Procedimentos
Avaliação Curricular e Parecer sobre Adequação do Perfil
(cargo de gestor público)
(NOME)
(Anexo a que se refere o n.º 2 do artigo 4.º)

A preencher pelo indigitado (máx. 500 caracteres por ponto) e a remeter à CReSAP pelo membro ou membros do Governo responsáveis pela tutela.

1. Liderança

Durante o seu percurso profissional exerceu funções de direção/chefia a diferentes níveis de responsabilidade hierárquica.

Descreva brevemente uma situação que considere representativas da sua experiência profissional enquanto líder. Apresente um indicador de sucesso.

2. Colaboração

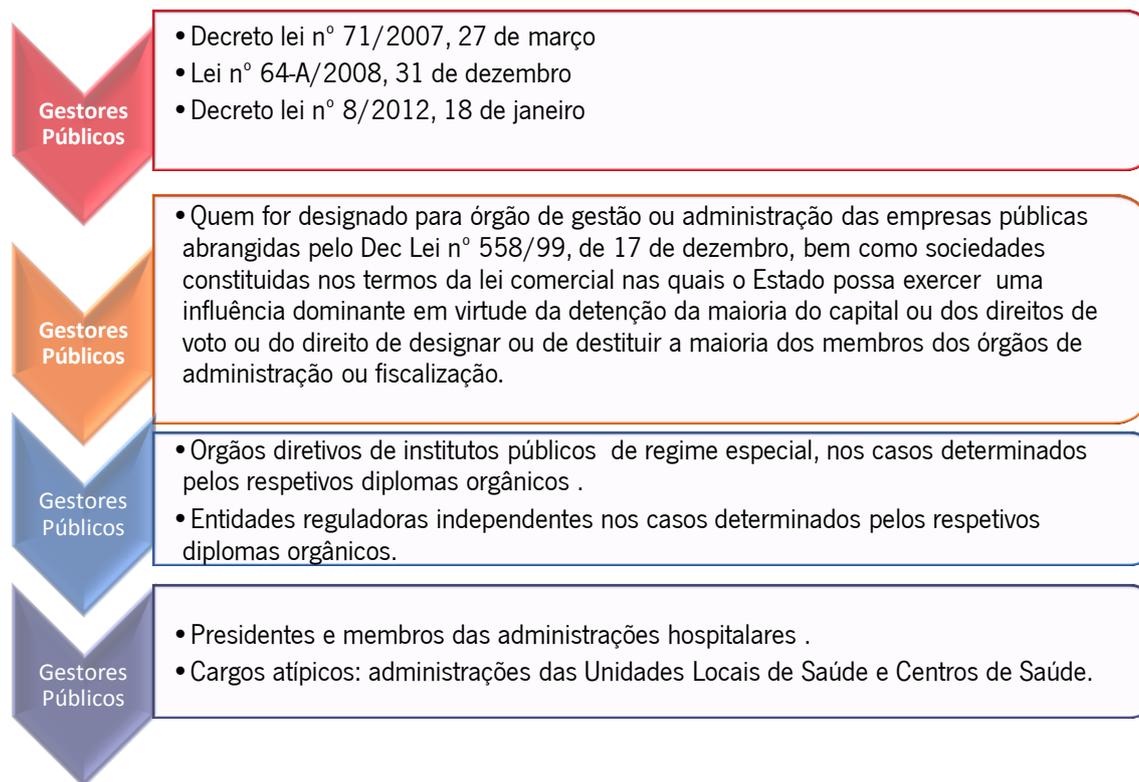
Colaborou com outras unidades organizacionais, em posições de liderança ou não, no sentido de se atingir objetivos comuns e partilhados, orientados para o aumento da eficiência e

No que se refere aos gestores públicos, e de acordo com o expresso nos artigos 12º e 13º do decreto-lei nº 71/2007, de 27 de Março, alterado pelo decreto-lei nº8/2012, de 18 de janeiro, encontra-se implementado um novo sistema em matéria de recrutamento e seleção que especifica claramente a importância de se assegurar a observância de critérios de transparência, isenção e mérito. Foi cometida à CReSAP a avaliação curricular e o parecer sobre a adequação de perfil da personalidade a propor para o cargo, com carácter não vinculativo, com base nos seguintes documentos:

- ✚ Currículo profissional elaborado de acordo com o modelo europeu;
- ✚ Questionário de autoavaliação;
- ✚ Perfil do cargo, por defeito, o que se encontra divulgado no sítio eletrónico da CReSAP www.cresap.pt, ou o perfil específico indicado pelo Governo.

O conceito de empresa pública utilizada engloba as entidades públicas empresariais e as sociedades constituídas nos termos da lei comercial, nas quais o Estado ou outras entidades públicas estaduais possam exercer, isolada ou conjuntamente, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em virtude da detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto ou do direito de designar ou de destituir a maioria dos membros dos órgãos de administração ou de fiscalização¹⁰.

¹⁰ Vd. art. 1º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Dec. Lei nº 71/2007, de 27 de março, alterado pela Lei nº 64-A/2008 de 31 de dezembro, e pelo Decreto-lei nº 8/2012 de 18 de janeiro retificado pela Declaração de Retificação nº 2/2012, de 25 de janeiro.



Desta forma, não estão ainda incluídos os gestores das empresas participadas que, genericamente, incluem organizações empresariais que tenham uma participação permanente do Estado ou de quaisquer outras entidades públicas estaduais, desde que o conjunto das participações públicas não origine uma influência dominante, nem são abrangidos os gestores dos setores empresariais regionais e municipais, sem embargo dos respetivos normativos poderem determinar a sua aplicação.

Quando a solicitação de parecer dá entrada na CReSAP, é nomeado um relator, de entre os vogais permanentes, responsável pela elaboração do parecer, cabendo ainda a um outro vogal permanente o exercício do contraditório face ao mesmo parecer. A Comissão Técnica Permanente, que integra o Presidente e os três vogais permanentes da CReSAP delibera, por unanimidade ou maioria, a aprovação ou recusa do parecer elaborado.

Colocaram-se algumas dúvidas sobre a diferença entre condições legalmente exigíveis para se poder exercer funções de gestor público ou ser titular de cargos de direção na administração pública. Face a tal, a CReSAP divulgou no sítio eletrónico uma informação esclarecendo que:

- ✚ O Estatuto dos Gestores Públicos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 71/2007, de 27 de março, estabelece (n.º 1, artigo 12.º): “Os gestores públicos são escolhidos de entre pessoas com comprovada idoneidade, mérito profissional, competências e experiência de gestão, bem como sentido de interesse público e habilitadas, no mínimo, com o grau académico de licenciatura”;
- ✚ O Estatuto do Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações impostas pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, estabelece (n.º 1, artigo 18.º): “Os titulares dos cargos de direção superior são recrutados, por procedimento concursal, nos termos dos artigos seguinte e 19.º-A, de entre indivíduos com licenciatura concluída à data de abertura do concurso há pelo menos 12 ou 8 anos, consoante se trate de cargos de direção superior de 1.º ou de 2.º grau, vinculados ou não à Administração Pública, que possuam competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das respetivas funções”;
- ✚ Em ambas as situações, de titulares de cargos de direção superior e de gestores públicos, a detenção de licenciatura funciona, de facto, como um requisito necessário e objetivo, nos termos da lei, não se encontrando na disponibilidade do responsável pelo recrutamento dispensar a sua verificação, nem resultando da letra da lei que esse requisito possa ser tomado como dispensável, pelo que se determinado candidato a gestor público não possui licenciatura, não se pode, de todo, dar por verificado o requisito mínimo que é a detenção de licenciatura, sendo por isso irrelevante, quando não possua a licenciatura, a detenção de mestrados ou doutoramentos;
- ✚ A existência no Estatuto do Gestor Público de uma referência ao mínimo de licenciatura, para o cargo de gestor público, não pode ser interpretado, em simultâneo, como uma dispensa da licenciatura quando esteja verificada a detenção de grau superior, sob pena de desrespeito do mínimo exigido, uma vez que uma pós-graduação, mestrado ou doutoramento não exigem como requisito de acesso incondicional aos mesmos a detenção de licenciatura, não conferem equivalência a licenciatura, nem atribuem de nenhum modo o grau académico de licenciatura, pelo que não compreendem, em si, a verificação do mínimo - a licenciatura;
- ✚ Neste âmbito é especialmente relevante a competência conferida à Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP), nos termos do n.º 3 do artigo 13.º, do Estatuto do Gestor Público, tendo total

independência, nos termos dos respetivos estatutos, aprovados pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, para, acerca da proposta dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e pelo respetivo sector de atividade, decidir sobre a “avaliação, não vinculativa, de currículo e de adequação de competências ao cargo de gestor público da personalidade a que respeita a proposta de designação” e que inclui necessariamente a verificação da componente académica do currículo;

- ✚ De referir ainda que não seria congruente uma menor exigência de qualificações académicas para gestores públicos por comparação com as qualificações exigidas para cargos de direção superior de 1.º grau da Administração Pública.

Quadro 1. Perfil Genérico do Gestor Público

Competências	Conteúdo
Liderança	Maior ou menor capacidade de cada um para influenciar o comportamento e atitude de outras pessoas em contexto organizacional.
Colaboração	Capacidade de abertura aos outros (pessoas, grupos ou organizações - públicas, privadas, terceiro setor); gosto pelo trabalho em equipa.
Motivação	O cargo exige que o seu titular valorize fortemente os fatores endógenos (interiores à própria pessoa), tais como o próprio interesse pelos desafios do trabalho e a realização pessoal.
Orientação Estratégica	Preocupação com o futuro por oposição ao quotidiano; em que medida coloca o hoje em função do que deverá ser o amanhã. A visão futura da organização condiciona o seu presente.
Orientação para Resultados	O cargo exige que o seu titular revele forte determinação na obtenção de resultados, metas e objetivos. Energia, urgência na ação, capacidade de desafiar os outros e a si próprio.
Orientação para o cidadão e serviço de interesse público	Forte envolvimento na prestação de um serviço de qualidade aos utentes/clientes em particular nos setores onde a empresa atua em representação ou por concessão do Estado, bem como onde o organismo atípico atua.

Gestão da Mudança e Inovação	O cargo exige que o seu titular revele fraca adesão à conformidade oferecida pelas normas e regras e, pelo contrário, forte adesão ao risco calculado, à inovação e ao desafio constantes do quotidiano em busca de mais e melhor com igual ou menor custo. Desassossego saudável.
Sensibilidade social	Forte preocupação com a responsabilidade social da organização em particular pelos efeitos no ambiente. Preocupação com as consequências das decisões. Capacidade de antecipação dos resultados sobre as pessoas, grupos e organizações, evitando efeitos indesejáveis e imprevistos.
Experiência Profissional	Possuir trajeto profissional, (12 anos para equiparação a 1.º grau; 8 anos para equiparação a 2.º grau após a licenciatura, desenvolvido em ziguezague: vertical (chefia de 1.º, 2.º, 3.º nível etc.); horizontal (atribuições e competências de planeamento, GRH, financeira, operações, marketing etc.); espacial (prestação de serviço em diversas regiões do País); internacional (diversos países); setores (público, privado, não governamental); ramos/indústrias (diverso tipos de serviços e diferentes atividades económicas); quantidade de anos de trabalho em serviço, igual ou semelhante com a do organismo ou cargo para o qual está a ser avaliado.
Formação Académica	Qualidade da formação; classificação final; quantidade de formação formal (atribuidora de graus académicos); relação entre o conteúdo da formação, o trajeto profissional e o lugar em causa.
Formação Profissional	Valorizar muito positivamente a adequação/relação entre a formação profissional específica obtida e o ziguezague do trajeto profissional (quando abandona as funções de planeamento e abraça as de marketing teve formação específica?).
Aptidão para o cargo	O cargo exige que o seu titular possua conhecimentos sobre o organismo em causa e capacidade para distinguir o essencial do acessório, verificável através da pertinência e razoabilidade das ações principais que pensa desenvolver.

2.4 Organismos ou cargos atípicos

Para além do atrás referido, existem ainda casos atípicos, ou seja, outras áreas da Administração Pública, nomeadamente organismos que não se encontram qualificados possuindo características atípicas, nomeadamente identificação, períodos de mandato e regimes de recrutamento, entre outras. No entanto, nestes organismos atípicos os titulares desses órgãos encontram-se parcialmente equiparados a dirigentes superiores de 1.º ou 2.º grau, nomeadamente para efeitos remuneratórios.

Estes organismos atípicos encontram-se tanto em institutos públicos de regime especial (caso dos diretores dos organismos distritais de segurança social ou dos administradores e secretários das instituições de ensino superior) quanto do regime comum (como parece ser o caso das ACES integrados nas ARS). Nestes casos parece existir um vazio legal, o qual deverá ser tendencialmente colmatado, de forma a garantir o mérito e a isenção nos processos de recrutamento e seleção dos respetivos titulares até que a qualificação desses organismos venha a ser clarificada.

No entretanto, dado que a CReSAP nos termos da alínea i do artigo 11.º, da Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro, possui o dever de “cooperar com entidades públicas em matéria de recrutamento e seleção na Administração Pública e de boas práticas e códigos de conduta dos cargos de direção superior”, foi proposto, e aceite, que o Governo solicitasse à CReSAP parecer de avaliação curricular e de adequação de perfil para os casos atípicos acabados de referir.

Acresce que, dada a maior proximidade deste regime atípico com o da direção superior do regime comum, diferente do regime dos gestores públicos, foi proposto e aceite um carácter vinculativo para o parecer da CReSAP.

O sítio eletrónico www.cresap.pt dispõe de um *link* próprio dedicado a este tipo de avaliação.

O perfil genérico assumido pela CReSAP para emitir o parecer de avaliação curricular e de adequação de competências parte da assunção de que a qualidade de um gestor público, ou de responsável equiparado a dirigente superior no caso dos organismos atípicos, se manifesta através da combinação das competências, das atitudes, dos valores, das capacidades e muito pela personalidade e caráter.

2.5 Entidades Reguladoras

Considerando que o perfil dos gestores públicos em entidades reguladoras deveria ser adequado à especificidade da missão que lhes é cometida, e na sequência da publicação da Lei-Quadro das Entidades Reguladoras (Lei 67/2013, de 21 de outubro), a CReSAP definiu um perfil genérico para o cargo de gestor público em organismos atípicos, tendo em conta as competências, e respetivo conteúdo, apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2. Perfil Genérico do Gestor Público em Órgãos Reguladores

Competências	Conteúdo
Liderança	Influenciar o comportamento e a atitude de outros (pessoas, grupos ou organizações, nomeadamente órgãos reguladores) através da capacidade de abertura, gosto pelo trabalho em equipa, garantindo o princípio da oportunidade e aplicação de normas sancionatórias. Trabalhar com os outros, valorizando-os e não pelos outros, sem se deixar “capturar”.
Motivação para o cargo	Dar primazia aos fatores endógenos, traduzidos numa orientação pessoal, intelectual, emocional e cívica para o interesse nacional e social sobrepondo-os a outros interesses. Necessidade de conjugar o interesse individual com o profissional, mantendo um justo equilíbrio e uma atitude ética.
Orientação estratégica e para os resultados	Orientar-se para políticas de longo prazo evitando a “visão de túnel” focada num único mandato e compreensão revelada da importância dos níveis socialmente ótimos das rendas, do excedente do consumidor e da política de incentivos através de resultados concretos traduzidos por medidas que garantam a igualdade de oportunidades concorrenciais atuais ou potenciais e o respeito pelos

	interesses da sociedade em geral.
Orientação para o cidadão e serviço de interesse público	Otimizar os recursos públicos através da prestação de serviços de qualidade elevada e pelo exercício das liberdades fundamentais tais como a liberdade de escolha e de oportunidade.
Gestão da mudança e inovação	Revelar capacidade para caracterizar e identificar as tendências atuais e evolutivas do contexto, bem como dos seus diversos intervenientes e intervir no sentido da resolução de problemas existentes ou da prevenção de problemas futuros, de forma eficaz e tendo sempre em conta o interesse público e do cidadão. Capacidade para avaliar o impacto das políticas públicas e atuar em conformidade.
Experiência profissional	Possuir trajeto profissional consistente, no mínimo de 12 anos, dos quais 5 de experiência em órgãos de regulação/ auditoria ou ensino nesta área ou afim. Valoriza-se o conhecimento significativo do setor a ser regulado, embora se considere que a experiência apenas num operador pode colocar o perigo de “captura”.
Formação académica	Apresentar formação académica de qualidade (posição nos ranking conhecidos desse curso/Faculdade/universidade); Classificação final; Quantidade de formação formal (atribuidora de graus académicos), relação com o trajeto profissional, e alinhamento com o cargo em causa.
Formação profissional	Mostrar a adequação/relação entre a formação profissional específica que foi obtendo, o trajeto profissional descrito e o cargo em causa.
Espírito de missão	Revelar orientação para a concretização de uma missão e visão, que tenha em linha de conta o superior interesse do Estado, da sociedade e dos cidadãos, garantindo o respeito pelos Direitos, Liberdades e Garantias.
Cultura de independência	Revelar capacidade de resiliência em lidar com qualquer tipo de pressão e frustração (político, económico, cultural), tendo sempre em conta, de forma transparente, as linhas de orientação política emanadas dos Órgãos de Soberania, das Leis e dos Tratados. Não confundir independência com obstinação, nem obstinação com firmeza, articulando bem o rigor dos princípios com a flexibilidade dos processos.
Disponibilidade para um escrutínio democrático de elevada frequência	Expressar pro-atividade ao escrutínio/auditoria/avaliação das suas atividades por entidades independentes e mandatadas para isso, estimulando em tudo essas ações de controlo. Demonstrar preocupação com a transparência das decisões.
Aptidão para o cargo	Possuir o “saber ser” necessário ao bom desempenho do cargo, nomeadamente, equilíbrio emocional; agradabilidade; sociabilidade; assertividade, sabendo ouvir.

Figura 7. Procedimentos Concursais : Júris

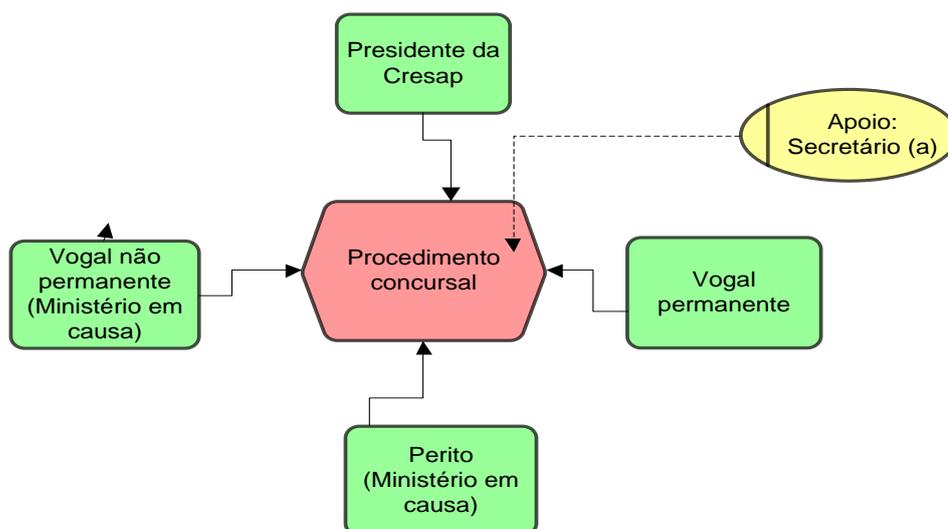


Figura 8. Avaliação Curricular e Parecer sobre Adequação do Perfil ao cargo de Gestor Público

Comissão Técnica Permanente



2.6 Renovação de mandatos

Ao longo de 2014, foi-se tornando claro que a avaliação curricular e o parecer sobre adequação de perfil a elaborar para os gestores públicos deveria distinguir entre a primeira nomeação e a “renovação” de mandato.

Na verdade, as funções de direção, coordenação e controlo, bem como o desenvolvimento das relações internas e externas devem ser confrontadas com os resultados obtidos enquanto agentes, no quadro estratégico definido pelo principal.

Neste contexto, e independentemente de um aprofundamento posterior, é solicitado a quem exerça as funções de gestor público, em qualquer dos perfis enunciados, que equacione, justificando, o grau de resultados obtidos para quatro dos objetivos definidos pelo contrato de gestão, fazendo o documento ser acompanhado por um currículo atualizado. O membro do Governo deverá validar as informações prestadas.

Regulamento de Tramitação de Procedimentos
AVALIAÇÃO CURRICULAR E PARECER SOBRE ADEQUAÇÃO DO PERFIL
- Modelo simplificado para gestor público propostos para “renovação” de mandato -

[NOME]

Notas:

- Preenchimento efetuado pelo indigitado (máx. 500 caracteres por descrição ou justificação);
- A remeter à CRE SAP pelo membro ou membros do Governo responsáveis pela tutela, acompanhado do CV atualizado.

a) Objetivo n.º 1 do contrato de gestão

Descrição do objetivo:

Não Cumpriu ; Cumpriu ; Superou

Justificação:



III Procedimentos Concurrais

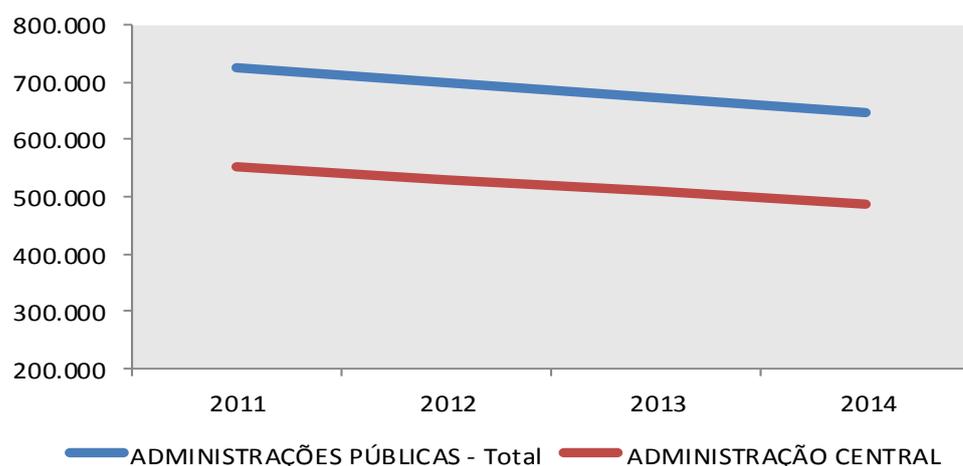
Resultados



3.1 Necessidades

De acordo com os dados da responsabilidade da DGAEP, o emprego na administração pública central em contas nacionais decresceu cerca de 11,53% entre dezembro de 2011 e o final de setembro de 2014, ligeiramente acima do registado para o total das administrações públicas (-10,99%). Em setembro de 2014, cerca de 20,8% do emprego na administração pública central estava afeta ao setor empresarial do Estado.

Figura 9. Emprego nas administrações públicas (total) e na administração pública central, 2011-2014

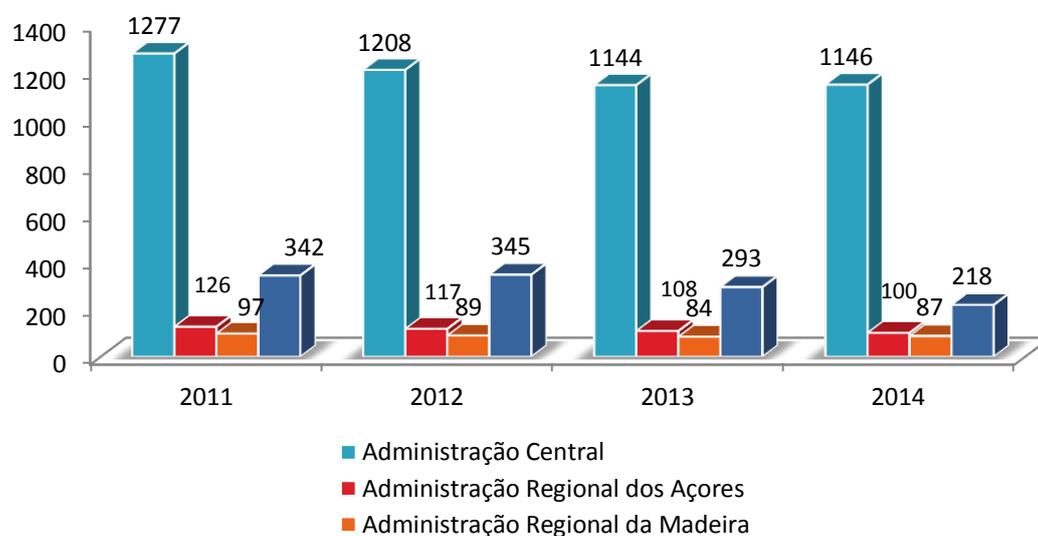


Fonte:

DGAEP, Síntese Estatística do Emprego Público, 3º trimestre de 2014; os dados para 2014 reportam-se a 30 de setembro

O desafio atribuído à CReSAP traduzia-se pela abertura de procedimentos concursais para todos os cargos de direção superior de 1º e 2º grau na administração pública até ao final de 2013, incluindo alguns casos particulares de dirigentes intermédios assim considerados nos respetivos regulamentos orgânicos, nomeadamente no Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social; à semelhança da administração direta do Estado, a CReSAP deveria ainda proceder ao recrutamento e seleção para os órgãos de direção dos institutos públicos.

Figura 10. Dirigentes superiores nas administrações públicas, dezembro de 2011, 2012 e 2013 e setembro de 2014



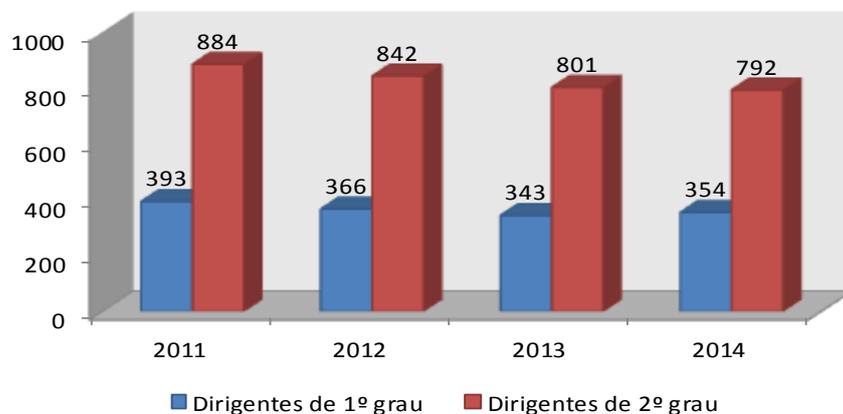
Fonte: DGAEP, Síntese Estatística do Emprego Público, 3º trimestre de 2014

O universo em causa incluía, a 30 de setembro de 2014, 1146 dirigentes superiores de 1º e 2º grau (Figura 10), o que numa leitura rápida parece revelar-se muito acima do inicialmente esperado, e efetivamente calendarizado em anos anteriores, pela CReSAP (cerca de 850).

No entanto, deve aqui ser sublinhado que a nova série temporal relativa ao emprego nas administrações públicas portuguesas viu a sua metodologia alterada, com referência a 31 de dezembro de 2011, em resultado da redefinição do perímetro do Estado¹¹. Assim, o setor empresarial, incluindo E.P.E.s na saúde, vem agora contido na informação estatística sobre dirigentes superiores, integrando quer os procedimentos concursais solicitados pelas respetivas tutelas e conduzidos pela CReSAP, quer parte significativa dos pareceres de adequação de perfil para os cargos de gestores públicos.

¹¹ De acordo com as alterações no universo definidas pelo INE na aplicação do novo referencial metodológico introduzido pelo Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 2010, de utilização obrigatória em todos s Estados Membros desde setembro de 2014.

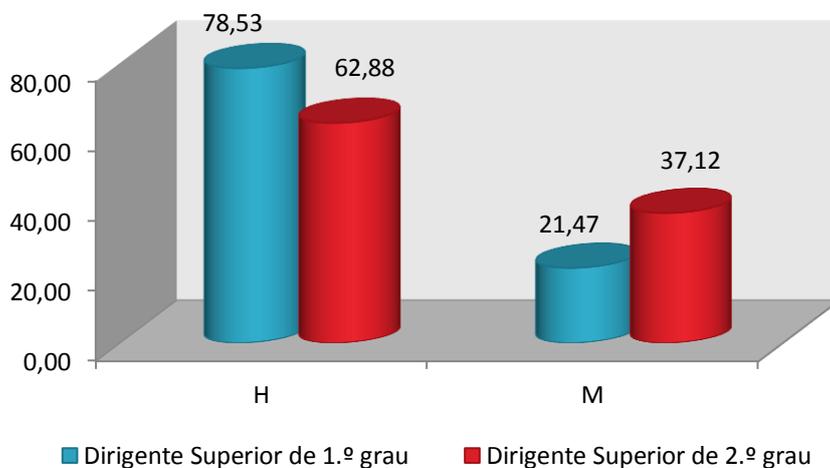
Figura 11. Dirigentes Superiores de 1º e 2º grau na administração central, 2011 a 2014



Fonte: DGAEP, Síntese Estatística do Emprego Público, 3º trimestre de 2014

É ainda um universo marcado por uma baixa taxa de feminização, principalmente no que se refere a dirigentes superiores de 1º grau; num universo de 354 pessoas (Fig.11), apenas 21,47% eram, no final de 2014, do sexo feminino (Fig.12), apesar de 61% do emprego total na administração central pertencer a mulheres.

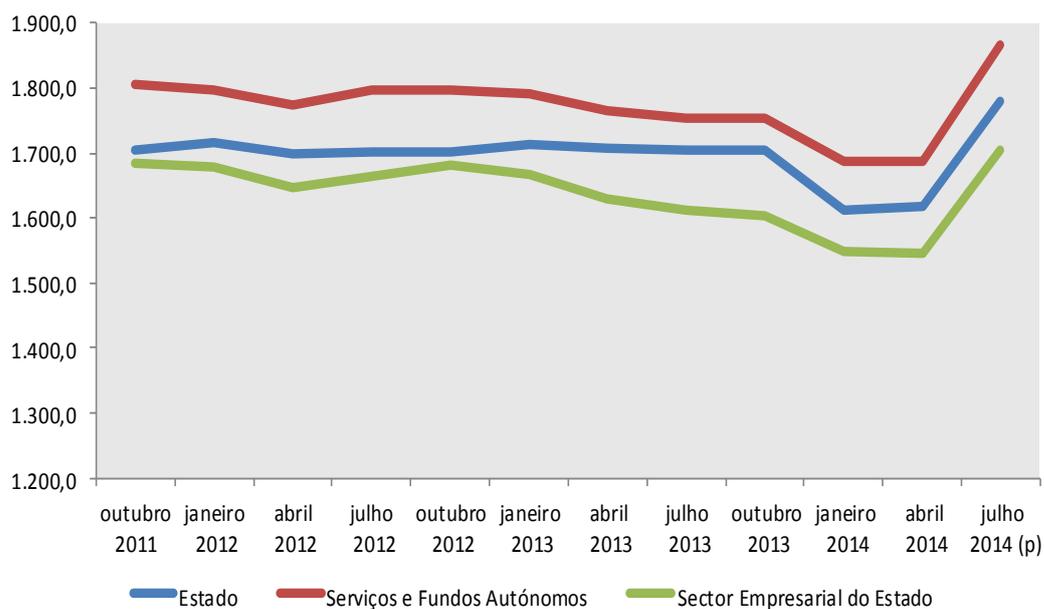
Figura 12. Dirigentes Superiores de 1º e 2º grau na administração central, por género (%),2014



Fonte: DGAEP, Síntese Estatística do Emprego Público, 3º trimestre de 2014

A Figura 13 indica a evolução dos ganhos médios mensais ilíquidos na administração pública central, entre outubro de 2011 e julho de 2014, tanto no Estado, quanto nos serviços e fundos autónomos e nas entidades reclassificadas do setor empresarial do Estado.

Figura 13. Evolução dos ganhos médios na administração pública central, outubro 2011 a julho 2014 (€)



Fonte: DGAEP, Síntese Estatística do Emprego Público, 3º trimestre de 2014

A evolução registada repercute o acréscimo remuneratório médio na ordem dos 10% entre abril e julho de 2014, em resultado da eliminação transitória do corte salarial do início de 2011.

3.2 Pedidos de abertura

O relatório de atividades da CReSAP para 2014, no que se prende aos procedimentos de recrutamento e seleção de dirigentes superiores para a administração pública central não pode ficar contido nesse mesmo ano.

Na verdade, a Lei 64/2011 de 22 de dezembro veio a introduzir uma regime transitório, especificando que:

“Artigo 6.º

Regime transitório

1 - As comissões de serviço dos titulares de cargos de direção superior a que se referem os n.ºs 3 e 4 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redação vigente antes da entrada em vigor da presente lei, e as comissões de serviço dos titulares de cargos de direção superior que, após 21 de Junho de 2011, foram objeto de renovação nos termos do n.º 2 do artigo 24.º ou iniciadas ao abrigo do artigo 19.º, na redação vigente antes da entrada em vigor da presente lei, são alvo do procedimento concursal aprovado pela presente lei, a realizar até 31 de Dezembro de 2013.

2 - O prazo previsto no n.º 3 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, relativamente às designações em regime de substituição efetuadas após 21 de Junho de 2011, é exceccionalmente prorrogado, com o limite de 31 de Dezembro de 2013, até à ocorrência de qualquer das seguintes situações:

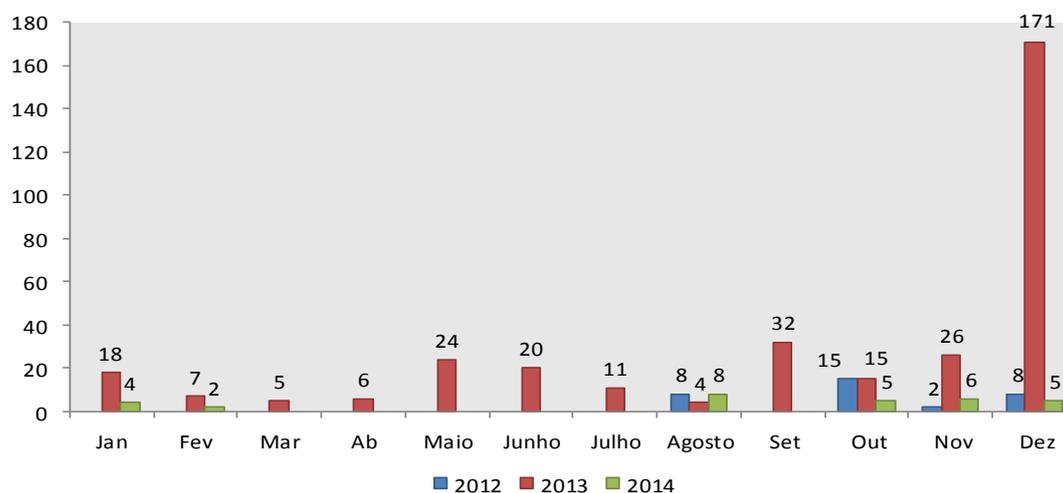
- a) Até à designação do novo titular do cargo, a qual segue o procedimento concursal aprovado pela presente lei;
- b) Até à extinção ou reorganização da respetiva unidade ou estrutura orgânica.

3 - No decurso do prazo previsto no número anterior, os membros do Governo podem, a título excecional, delegar nos dirigentes que exerçam cargos de direção superior de 1.º grau em regime de substituição as competências relativas às atribuições dos respetivos serviços e órgãos.

4 - Se os procedimentos concursais referidos nos n.os 1 e 2 não estiverem concluídos a 31 de Dezembro de 2013, cessam as comissões de serviço e as designações em regime de substituição neles previstas, sendo as funções dos titulares dos cargos de direção superior asseguradas em regime de gestão corrente até à designação de novo titular”.

Neste contexto, embora tenham sido feitas diversas tentativas de calendarização de abertura dos procedimentos concursais, sem sucesso, veio a registar-se uma acumulação excessivamente elevada de pedidos de abertura de novos procedimentos nos últimos meses de 2013; cerca de 63% dos pedidos de abertura solicitados em 2013, ocorreram no último trimestre do ano.

Figura 14. Pedidos de abertura de procedimentos concursais, 2012-2014, por meses



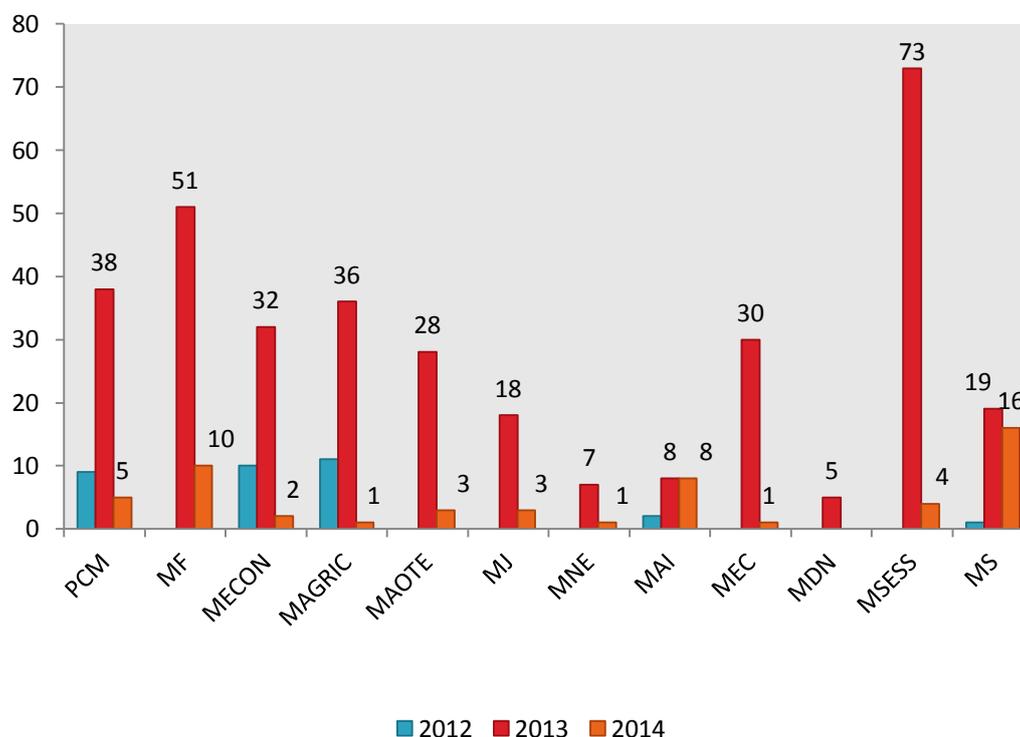
Optou-se então pelo cumprimento formal de abertura de procedimentos concursais, tendo sido conduzidas todas as reuniões dos diversos júris envolvidos no sentido de assegurar a respetiva publicação em Diário da

República até ao final de 2013. Em 2014, haveria que garantir a realização efetiva de todos esses procedimentos concursais.

Conforme a Figura 14 torna clara, a CReSAP respondeu já à solicitação de abertura de 402 procedimentos concursais para dirigentes superiores da administração central, a que se somou a repetição de outros 34, exigida fundamentalmente por insuficiência de candidatos com mérito, alteração de regulamentos orgânicos ou desistência de candidatos selecionados e incluídos em “short-lists” enviadas às respetivas tutelas. No seu total, estiveram envolvidos 436 procedimentos, respeitantes a 439 vagas.

A distribuição por ministérios, entre 2011 e 2014, vem apresentada na Figura 15, sendo certo que o peso relativo de pedidos de abertura de procedimentos concursais reflete tão só a orgânica de cada um.

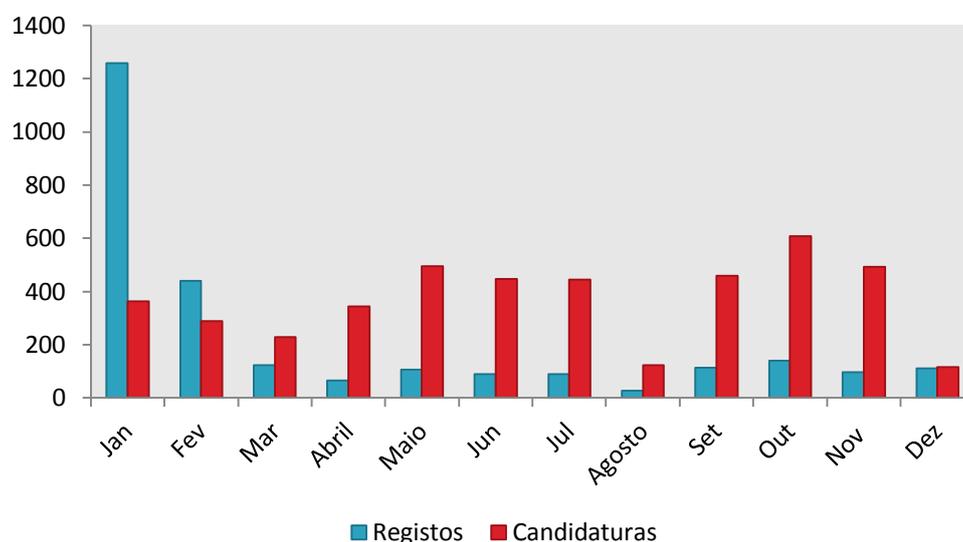
Figura 15. Pedidos de abertura de procedimentos concursais 2012-2014, por ministérios



3.3 Registos e Candidaturas

Ao longo de 2014, os procedimentos concursais na situação de abertos justificaram o registo de 2.930 potenciais candidatos, indiciando uma taxa de atratividade semelhante à dos anos anteriores. No final de 2014, a plataforma da CReSAP totalizava já cerca de 7.500 registos, sendo certo que o registo corresponde, no fundo, a uma intenção de candidatura, independentemente de vir, ou não, a tornar-se real.

Figura 16. Evolução mensal dos registos e candidaturas concluídas, 2014



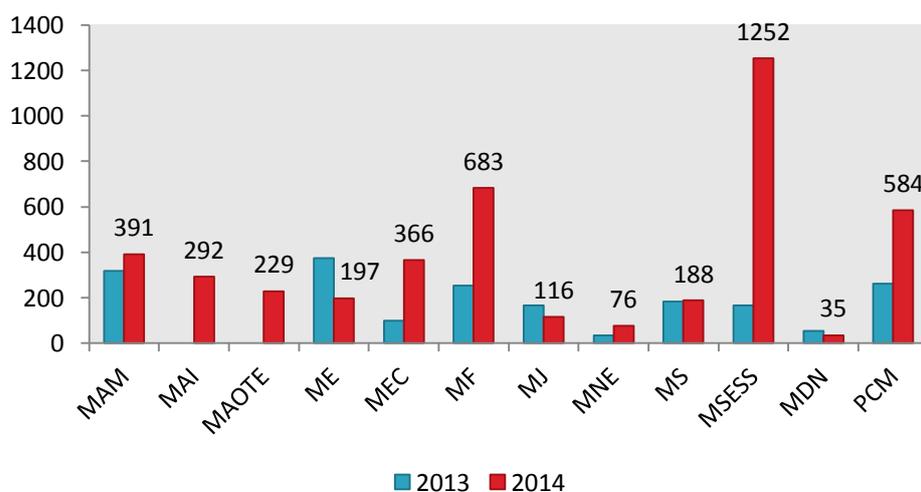
Fonte: CReSAP, 31 de janeiro de 2015

Em 2013, 65% dos utilizadores da plataforma da CReSAP concluíram as suas candidaturas, o que foi significativamente mais elevado do que em 2012, quando apenas cerca de um terço dos utilizadores da plataforma da CReSAP terminou, com sucesso, a candidatura. No entanto, ao longo de 2014, essa tendência alterou-se; por cada registo novo, foram concluídas 1,65 candidaturas, o que indicia que, em muitos casos, potenciais candidatos estavam já registados para procedimentos em anos anteriores, ou se apresentaram a múltiplos concursos (já em 2013, uma pessoa constituiu-se 61 vezes como candidata); mas pode ainda estar a refletir apenas a manifestação de interesse em dezembro de 2013, quando os concursos abriram formalmente, e a concretização já em 2014.

De qualquer forma, trata-se de um fenómeno a analisar, já que permite a formulação de algumas hipóteses interessantes quanto ao mercado de trabalho português, nomeadamente a potencial existência de rigidez em termos regionais e a presença de uma cultura ainda dominante de “aceitação implícita” da *patronage*.

Nas 4.409 candidaturas concluídas com sucesso, a maioria ocorreu face aos procedimentos concursais abertos no contexto do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social e no Ministério das Finanças (Figura 17).

Figura 17. Candidaturas concluídas, por Ministério



Fonte: CReSAP, 31 de janeiro de 2015

Conforme seria de esperar, a maior parte das candidaturas com sucesso verificou-se nos procedimentos concursais para dirigentes superiores de 2º grau.

Figura 18. Candidaturas concluídas, por grau de dirigentes superiores (2014,%)

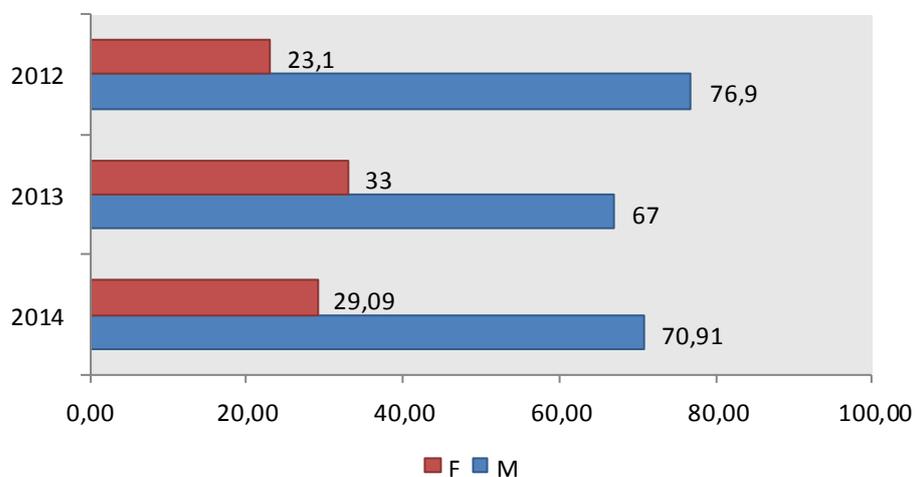


Fonte: CReSAP, 31 de janeiro de 2015

É curioso o comportamento de potenciais candidatos, no que respeita ao género, face aos momentos do registo ou envio, com sucesso de uma candidatura concluída.

Os registos têm vindo a tornar-se cada vez mais independentes do género; se em 2013, 67% ainda eram do sexo masculino, em 2014 o peso relativo tinha já baixado para 55,07%. No entanto, o diferencial é deveras significativo no que respeita a candidaturas concluídas com sucesso. Este comportamento poderá traduzir uma menor adesão ao risco, ou mesmo algum grau de autoexclusão, que qualquer definição de quotas não resolverá. Trata-se, porventura, de uma questão cultural, podendo, no futuro, vir a evoluir para uma situação que crie condições para incentivar uma maior participação das mulheres em cargos de topo. As candidaturas concluídas nos procedimentos concursais conduzidos ao longo de 2014 reforçaram a tendência face ao ano anterior (Fig.19).

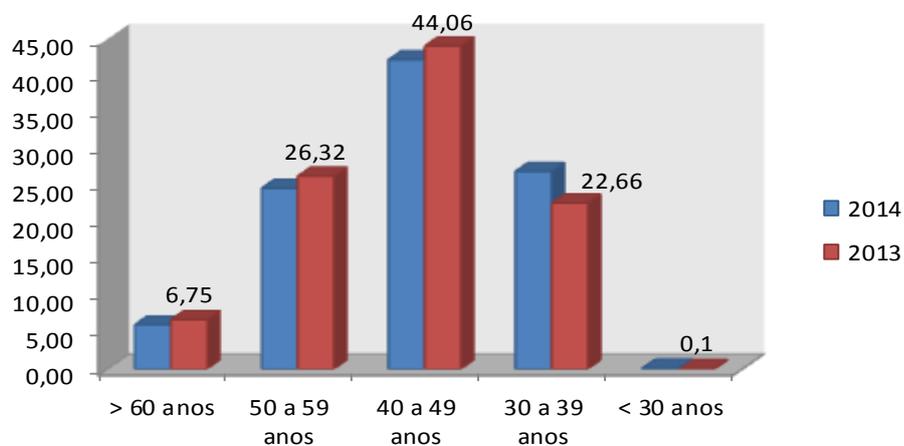
Figura 19. Candidaturas com Sucesso, por género, 2012-2014 (%)



Fonte: CReSAP, 31 de janeiro de 2015

Em termos da estrutura etária, o quadro mantém-se relativamente constante face aos anos anteriores; a maior parte dos candidatos situa-se na faixa etária dos quarenta aos cinquenta anos, como seria aliás de esperar, indiciando carreiras construídas de forma consistente.

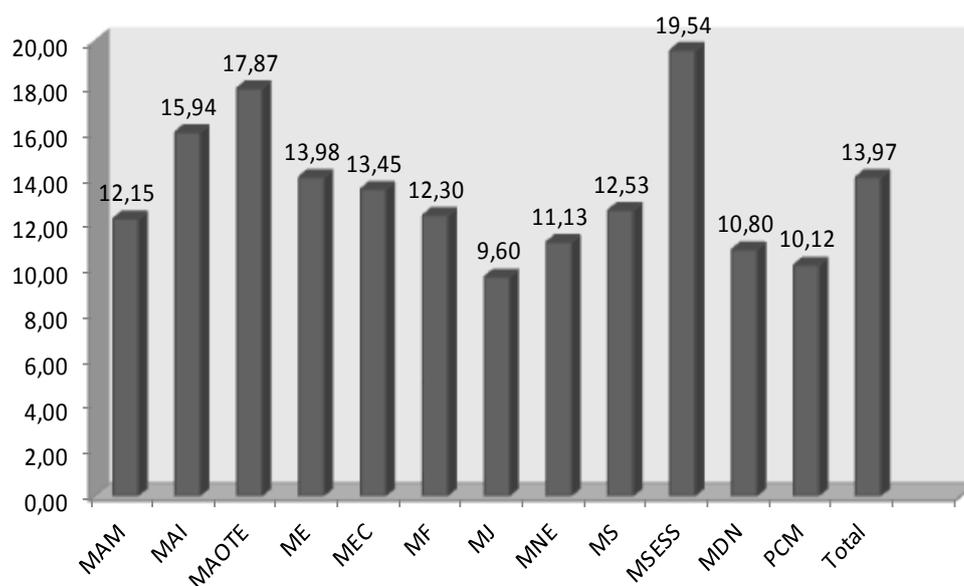
Figura 20. Candidaturas com Sucesso: Estrutura Etária, 2013 (%)



Fonte: CReSAP, 31 de janeiro de 2014

Tendo em atenção o número total de procedimentos concursais conduzidos pela CReSAP desde 2012, a média de candidaturas tem vindo a aumentar; de onze candidatos em 2013, tendo em consideração o valor global conduzido desde 2012, passou-se para uma média atual de quase catorze. Conforme se pode verificar na Figura 21, a média é sensível ao ministério, atingindo os 19,54 nos procedimentos concursais no âmbito do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. De qualquer forma, são ainda números relativamente baixos, reforçando as hipóteses atrás colocadas sobre algumas características do mercado de trabalho em Portugal.

Figura 21. Média de candidaturas por procedimento concursal: 2012-14



Fonte: CReSAP, 31 de janeiro de 2015

Cerca de um terço dos candidatos pertencia ao setor privado, parte significativa dos quais com experiência relevante em funções de gestão, ainda que em muitos casos em situação de desemprego ou emprego próprio.

Tendo em conta a generalidade dos procedimentos concursais, observa-se que concorreram pessoas da administração central e da administração local, e das várias regiões do país, ainda que a larga maioria resida na grande Lisboa. O

espectro profissional das candidaturas é muito lato, abrangendo dirigentes superiores da administração pública, com largos anos de experiência no cargo, ao longo de diversas legislaturas, políticos, autarcas, gestores e consultores com carreira firmada no setor privado, magistrados, docentes do ensino superior e investigadores da carreira de investigação científica, e personalidades no topo da hierarquia militar, entre outros.



3.4 Procedimentos concursais concluídos

No que respeita aos procedimentos concursais, conduzidos pela CReSAP, encontram-se situações bastante diversas.

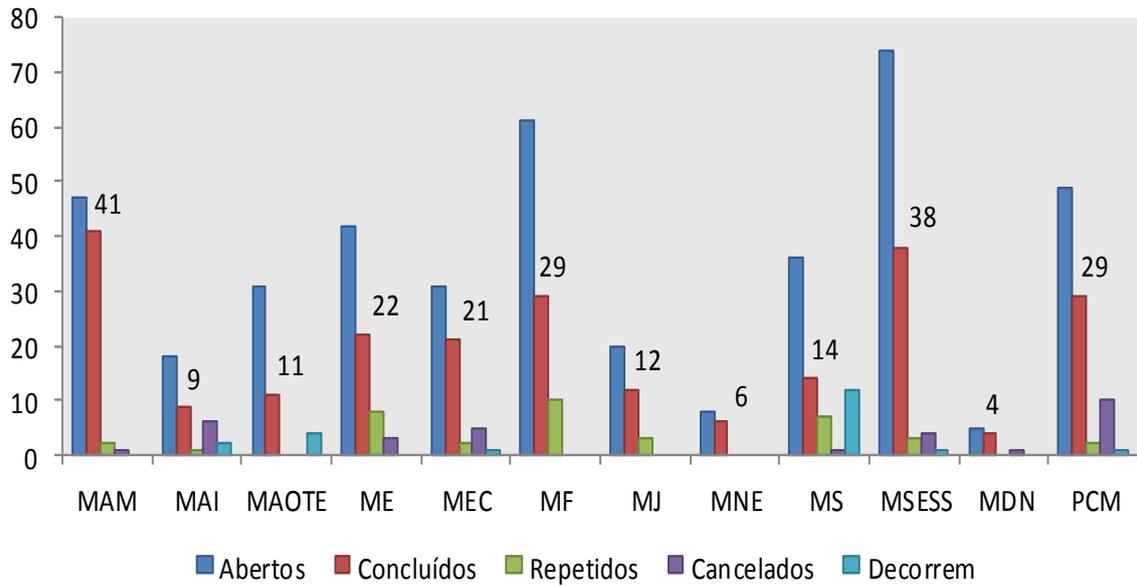
Para além dos procedimentos concursais inicialmente solicitados pelas respetivas tutelas, conforme já referido, encontram-se casos em que os mesmos tiveram de ser repetidos, foram cancelados ou ficaram desertos, por razões já atrás referidas. Cada um desses casos obrigou, contudo, à abertura de um procedimento concursal e à constituição de um júri que, por vezes, chegou a avaliar candidatos e a elaborar “short-lists” .

Nesta medida, não é fácil estabelecer exatamente a taxa de conclusão por parte da CReSAP, entendida aqui como o final de um processo de recrutamento e seleção que culmina no envio à tutela de uma pequena lista com três nomes, listados alfabeticamente

A Figura 22 informa sobre a importância relativa de cada situação , por ministério. Na totalidade, foram enviadas 237 propostas de nomeação, repetidos 38 procedimentos concursais, tendo sido cancelados 31; por referência ao início de 2015, decorrem ainda, em diversas fases, apenas 21 procedimentos, de entre a totalidade que foi aberta pela CReSAP. Sete concursos ficaram desertos, passando neste caso a competir ao respetivo membro do governo a nomeação para o cargo em questão.

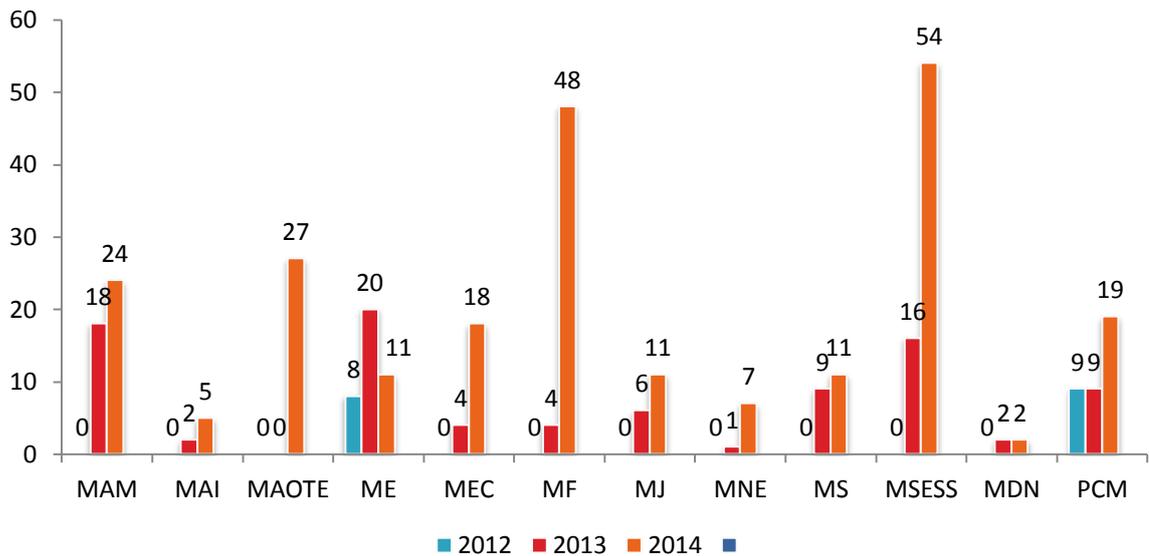
Tomando como referência o número de procedimentos concursais que ainda decorrem, e que a CReSAP terá de concluir, face ao universo de procedimentos abertos, a taxa de conclusão é muito elevada, rondando os 95%. No entanto, é também possível uma leitura mais estrita, pecando obviamente por defeito, e que coloca os procedimentos concursais efetivamente concluídos, tendo sido portanto enviada uma *short-list*, face aos abertos; nesse caso, a taxa de conclusão ronda os 70%.

Figura 22. Procedimento concursal , por tipologia e ministério



Fonte: CReSAP, 31 de janeiro de 2015

Figura 23. Procedimentos concursais concluídos, 2012-2014, por ministério



Fonte: CReSAP, 31 de janeiro de 2015

O esforço efetuado em 2014 fica claro pela leitura da Figura 23. Em 2014, mesmo tomando uma interpretação muito restrita do trabalho desenvolvido, limitada apenas aos resultados obtidos em termos de propostas efetivamente enviadas á tutela – esquecendo portanto todos os casos que ficaram pelo caminho em consequência de cancelamentos , repetições ou outros – conseguiu-se multiplicar por mais do 2,5 o número de “short-lists”, assim concluindo o processo na CReSAP. Foram enviadas 237 propostas de *short-list*, incluindo em cada três nomes considerados pelos respetivos júris como detendo mérito para assumir o cargo em causa.

Vale a pena sublinhar que, ao longo de todos estes procedimentos concursais, que envolveram milhares de candidatos e se traduziram no envio de 345 propostas de nomeação para cargos de direção superior, na administração central , de 1º e 2º grau , envolvendo um número que se aproxima das 1.000 personalidades selecionadas, a CReSAP apenas foi confrontada com 1 (um) processo de intimação para prestação de informações e passagem de certidões. Prestadas as informações solicitadas, não houve qualquer seguimento. Isto é, de facto, notável, tendo em conta a cultura litigante que tem caracterizado muito concursos, em diversos níveis, tanto no Estado quanto em serviços e fundos autónomos , incluindo em instituições de ensino superior.¹²

¹² De facto, a CReSAP foi confrontada com dois processos deste tipo, tendo um deles a ver com a emissão de parecer de adequação de perfil para o cargo de gestor público.

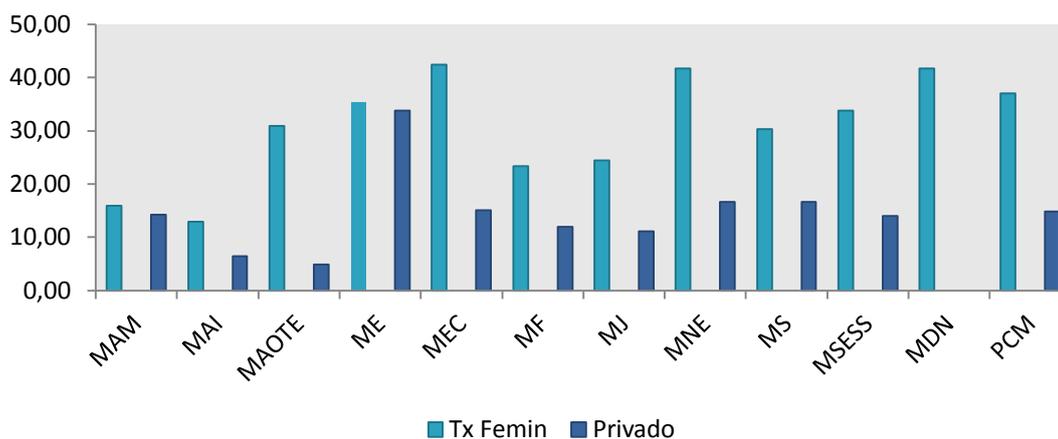
3.5 *Short-lists*

De acordo com o Regulamento de Tramitação dos Procedimentos de Recrutamento e Seleção, os métodos de seleção incluem uma entrevista de avaliação. A entrevista de avaliação visa obter informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências de gestão e comportamentais consideradas essenciais para o exercício do cargo, publicitadas no edital de abertura do procedimento. É composta pela avaliação de competências, integrada por um conjunto de provas que permitem identificar o perfil de competências do candidato, e por uma entrevista pessoal com os membros do júri.

São submetidos à fase da entrevista até seis candidatos objeto de avaliação curricular, escolhidos com base na classificação média obtida no conjunto dos critérios de desempenho e dos membros do júri. Os candidatos são informados da data da entrevista através do respetivo endereço eletrónico.

As *short-lists* enviadas ao membros do governo incluem os nomes de três personalidades, listadas alfabeticamente, todas elas consideradas como tendo mérito para ocupar o cargo. A seleção não tem em conta critérios de natureza política; nas listas enviadas encontram-se personalidades que podem ser consideradas como pertencendo a diferentes quadrantes políticos, com base no que é publicamente divulgado. É certo que, por si, a assunção política de natureza partidária não atribui mérito absoluto, mas não se pode nem deve considerar como válido o seu contrário – na política, como em qualquer outra atividade profissional, social ou cultural, há quem possua competências, conhecimento e capacidades independentemente das escolhas de natureza ideológica. Este é, contudo, ainda um dos maiores desafios com que a CReSAP se defronta, mas que situa ao nível de um processo de mudança institucional e cultural.

Figura 24. Taxa de feminização e do setor privado nas short-lists

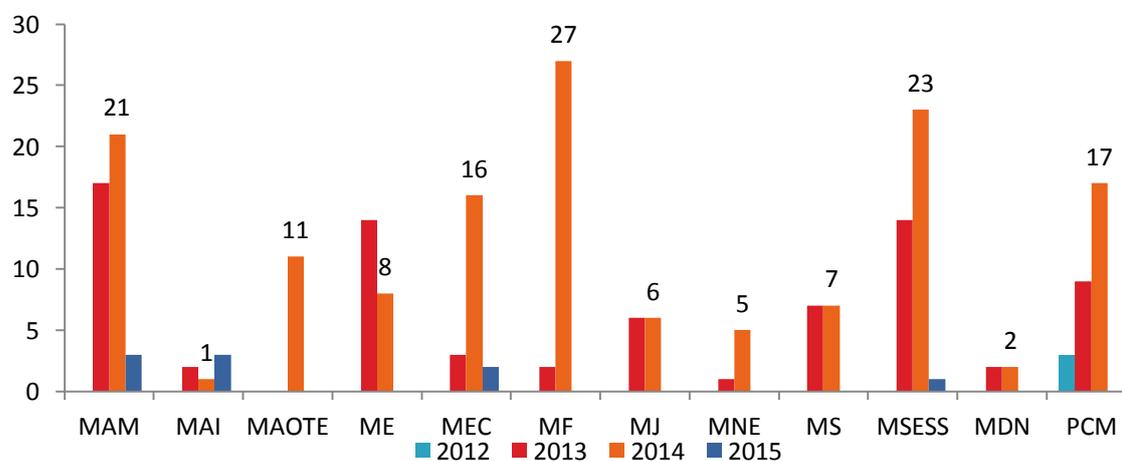


Fonte: CReSAP, 31 de janeiro de 2015

As listas enviadas integram quase 30% de mulheres – o que constitui um resultado muito importante, tendo em conta a pequena percentagem de candidaturas concluídas com sucesso. Por outro lado, 14% dos candidatos selecionados pertencem ao setor privado.

Considerando o procedimento concursal como concluído apenas após nomeação ministerial, com a nomeação, portanto, de um dos três nomes integrados na “short-list”, ficam abrangidos 224 casos entre 2012 e 2014 (Figura 25). Falta ainda proceder a 95 nomeações (até ao final de janeiro de 2015 foram publicadas, em Diário da República, nove nomeações).

Figura 25. Nomeações, por ministério



O Quadro 3, que se segue, apresenta a listagem total dos procedimentos concursais solicitados, abertos e concluídos pela CReSAP. Enquadrado por uma lógica de abertura e transparência, optou-se aqui por informar publicamente sobre o trabalho desenvolvido, as *short-lists* enviadas e as nomeações feitas pelas respetivas tutelas .

Dado o compromisso da CReSAP relativo à condução de todos os procedimentos concursais nesta fase de transição, optou-se ainda por apresentar a listagem global dos procedimentos concursais.

Quadro 3. Listagem de procedimentos concursais, 2011-2014

N.º	Data do Pedido	Minist.	Organismo	Designação do cargo	Estado do concurso	Envio da proposta	short-list	Nomeação para o cargo	Data de Nomeação (DR)	N.º Cand.
18	24-ago-12	PCM	SG-PCM	Secretário-Geral	Concluído com decisão ministerial	28-nov-12	Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão; José Albano da Silva Santos Ramos; José Maria Sousa Rego.	José Maria Belo de Sousa Rego	1-mar-13	12
19	24-ago-12	PCM	SG-PCM	Secretário-Geral Adjunto	Concluído sem decisão ministerial	14-nov-12	Ana Maria Pereira Vaz; Ana Palmira Antunes de Almeida; Artur Manuel dos Reis Lami.	O lugar foi extinto		15
20	24-ago-12	PCM	SG-PCM	Secretário-Geral Adjunto	Concluído com decisão ministerial	14-nov-12	Catarina Maria Romão Gonçalves; Margarida Isabel Rosado Pelerito Araújo Gonçalves; Nuno Ricardo Ferreira Alves.	Catarina Maria Romão Gonçalves	1-mar-13	6
22	30-ago-12	PCM	AMA	Presidente do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	29-out-12	Artur Manuel Lami; Francisco Jaime Quesado; Paulo Manuel da Conceição Neves.	Paulo Manuel da Conceição Neves	28-nov-12	12
23	30-ago-12	PCM	AMA	Vogal do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	31-out-12	Felisberto Neves da Silva Cardoso; Francisco Manuel Ghira Coimbra Martins; Manuel Paulo Oliveira Ricou.	Manuel Paulo Oliveira Ricou	28-nov-12	9

24	30-ago-12	PCM	AMA	Vogal do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	5-nov-12	Bárbara Sousa Rosa Santos MacGuinness; Felisberto Neves da Silva Cardoso; Zaida Maria dos Anjos Gaspar de Barros Martinho Chora.	Bárbara Sousa Rosa Santos MacGuinness	30-nov-12	13
25	31-ago-12	MEE	DGAE	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	31-out-12	Artur Manuel Lami; Helder Manuel Ramos Oliveira; Maria Cristina Vieira Lourenço.	Artur Manuel Reis Lami	31-jan-13	19
26	31-ago-12	MEE	DGAE	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	12-nov-12	Celestino Martins Soares Ferreira; Maria de Lurdes Dias Belchior Capelas; Nelson da Cruz Vergas.	Maria de Lurdes Belchior Capelas	31-jan-13	15
31	1-out-12	MEE	IPQ	Presidente do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	7-dez-12	Ana Maria Fortuna Andrade; Jorge Manuel Diogo Marques Santos; Maria de Lurdes Capelas.	Jorge Manuel Diogo Marques dos Santos	20-mar-13	5
32	1-out-12	MEE	IPQ	Vogal do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	12-jan-13	Amadeu Burrica Alves Silvestre; António José Ruas Mira dos Santos; Jorge Manuel dos Santos Farromba.	António José Ruas Mira dos Santos	20-mar-13	10
33	1-out-12	MEE	IPQ	Vogal do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	7-dez-12	Ana Maria Fortuna Andrade; Maria de Lurdes Capelas; Ricardo Jorge Gomes Fernandes.	Ricardo Jorge Gomes Fernandes	20-mar-13	7
35	3-out-12	MEE	IPAC	Presidente do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	14-dez-12	Ana Maria Fortuna Andrade; Leopoldo Carlos Coutinho Parreira Cortez; Maria de Lurdes Capelas.	Leopoldo Carlos Coutinho Parreira Cortez	20-mar-13	3
36	3-out-12	MEE	IPAC	Vice-Presidente do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	14-dez-12	Ana Maria Fortuna Andrade; Paulo Jorge da Venda Ferreira Tavares; Ricardo Jorge Gomes Fernandes.	Paulo Jorge da Venda Ferreira Tavares	19-mar-13	5

42	15-out-12	MEE	ACT	Subinspetor-Geral (2)	Concluído com decisão ministerial	13-dez-12	António José Robalo Santos; Daniel José de Freitas Esaguy; Luís Filipe Nascimento Lopes; Manuel Joaquim Ferreira Maduro Roxo; Mariana Fogaça do Canto e Castro ; Pedro Nuno Pimenta Braz.	António José Robalo Santos; Manuel Joaquim Ferreira Maduro Roxo	24-jan-13	19
43	15-out-12	MEE	ACT	Inspetor-Geral	Concluído com decisão ministerial	12-dez-12	Luis Filipe Nascimento Lopes; Manuel Joaquim Ferreira Maduro Roxo; Pedro Nuno Pimenta Braz.	Pedro Nuno Pimenta Braz	24-jan-13	9
44	16-out-12	PCM	DGAL	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	17-dez-12	Artur Lami; Joaquim Carlos de Oliveira Pinto Rodrigues; Lucília Maria Samoreno Ferra.	Lucília Maria Samoreno Ferra	19-fev-13	16
45	16-out-12	PCM	DGAL	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	18-dez-12	Eugénio Carvalho Barata; Joaquim António Rodrigues Pereira; Maria Manuel Oliveira.	Eugénio Carvalho Barata	19-fev-13	14
46	16-out-12	PCM	DGAL	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	18-dez-12	Carlos Alberto Meireles Martins; Eugénio Carvalho Barata; Paulo Adriano Melhorado Guindeira.	Carlos Alberto Meireles Martins	19-fev-13	13
51	19-out-12	MAMAOT	DGADR	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	10-jan-13	Artur Manuel Reis Lami; Francisco Manuel Pais de Sousa Freitas; Pedro Miguel Costa da Silva Teixeira	Pedro Miguel Costa da Silva Teixeira	30-jan-13	4
52	19-out-12	MAMAOT	DGPM	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	10-jan-13	João Fonseca Ribeiro; Maria Manuel Oliveira; Teresa Maria Gamito.	João Manuel Rijo da Fonseca Ribeiro	17-jan-13	5
53	19-out-12	MAMAOT	DGAV	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	10-jan-13	Alexandre Nuno Vaz Batista de Vieira e Brito; João Paulo de Carvalho Alves Costa; Luís Henrique Pereira Braz Marques.	Alexandre Nuno Vaz Baptista	6-fev-13	4
54	19-out-12	MAMAOT	IPMA	Presidente do Conselho Diretivo	Solicitado novo procedimento			N.º insuficiente de candidatos		2
54	19-out-12	MAMAOT	IPMA	Presidente do Conselho Diretivo	Deserto	10-jan-13		Jorge Miguel Alberto de Miranda	12-fev-13	2

62	30-out-12	MAI	ANSR	Presidente	Concluído com decisão ministerial	8-jan-13	Carlos Gonçalves; Felisberto Neves da Silva Cardoso; Jorge Manuel Quintela Brito Jacob.	Jorge Manuel Quintela Brito Jacob	30-jan-13	18
63	30-out-12	MAI	ANSR	Vice-Presidente	Concluído com decisão ministerial	9-jan-13	Carlos Gonçalves; Felisberto Neves da Silva Cardoso; Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho.	Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho	30-jan-13	27
79	19-nov-12	MEE	GISAF	Diretor	Solicitado novo procedimento	15-fev-13	Ana Pacheco; Pedro Fernando Gomes Pires; Pedro Nuno Ferreira.	Desistência de 1 dos nomes da "short list"; n° insuficientes de propostas na short list		11
79	19-nov-12	MEE	GISAF	Diretor	Concluído com decisão ministerial	17-set-13	Jorge Andrade Martins; Nelson Rodrigues de Oliveira; Pedro Nuno Ferreira.	Nélson Rodrigues de Oliveira	6-nov-13	8
96	23-nov-12	MS	SG-MS	Secretário-Geral	Concluído com decisão ministerial	27-mar-13	Célia Maria Ferreira Tavares Cravo; Rosa Augusta Valente de Matos Zorrinho; Sandra Paula Nunes Cavaca Saraiva de Almeida	Sandra Paula Nunes Cavaca Saraiva de Almeida	23-abr-13	40
91	22-dez-12	MAMAOT	DRAP Norte	Diretor Regional	Concluído com decisão ministerial	7-fev-13	Ângelo Augusto Santos Oliveira; António Afonso Ribeiro Barroso; Manuel José Serra de Sousa Cardoso.	Manuel José Serra de Sousa Cardoso	12-mar-13	5
92	22-dez-12	MAMAOT	DRAP Algarve	Diretor Regional	Concluído com decisão ministerial	7-fev-13	Ângelo Augusto Santos Oliveira; Fernando Manuel Neto Severino; João Pedro Valadas da Silva Monteiro.	Fernando Manuel Neto Severino	13-mar-13	6
93	22-dez-12	MAMAOT	DRAP Centro	Diretor Regional	Concluído com decisão ministerial	13-fev-13	Adelina Maria Machado Martins; Ângelo Augusto Santos Oliveira; José Pedro Pestana Fragoso Almeida.	Adelina Maria Machado Martins	13-mar-13	7
94	22-dez-12	MAMAOT	DRAP Alentejo	Diretor Regional	Concluído com decisão ministerial	13-fev-13	Ângelo Augusto Santos Oliveira; Francisco Maria Santos Murteira; Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão.	Francisco Maria Santos Murteira	13-mar-13	6
95	22-dez-12	MAMAOT	DRAP LVT	Diretor Regional	Concluído com decisão ministerial	14-fev-13	Ângelo Augusto Santos Oliveira; Maria Elisete da Costa Jardim; Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão.	Maria Elisete da Costa Jardim	24-mai-13	19

104	17-dez-12	MAMAOT	INIAV	Presidente do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	9-abr-13	António Maria Marques Mexia; Manuel Pedro Fevereiro; Nuno Figueira Boavida Canada	Nuno Figueira Boavida Canada	24-dez-13	12
107	21-dez-12	MAMAOT	IVV	Presidente do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	9-abr-13	António Frederico Sousa Cid de Sousa Falcão; Filipa Melo de Vasconcelos; Pedro Miguel Cardoso de Castro Rego	António Frederico Sousa Cid de Sousa Falcão	26-jun-13	5
1	8-jan-13	MEE	LNEG	Presidente do Conselho Diretivo	Solicitado abertura de novo procedimento concursal			Alteração da Lei orgânica		
2	8-jan-13	MEE	LNEG	Vogal do Conselho Diretivo	Solicitado abertura de novo procedimento concursal			Alteração da Lei orgânica		
3	8-jan-13	MEE	LNEG	Vogal do Conselho Diretivo	Solicitado abertura de novo procedimento concursal			Alteração da Lei orgânica		
6	9-jan-13	MDN	SG-MDN	Secretário-Geral	Concluído com decisão ministerial	1-mar-13	Gustavo André Esteves Alves Madeira; Maria do Céu Dias Madeira; Maria Teresa Pinto de Almeida Chaves Almeida.	Gustavo André Esteves Alves Madeira	15-abr-13	10
7	9-jan-13	MEE	ASAE	Inspetor-Geral	Concluído com decisão ministerial	21-mai-13	Joaquim Carlos de Oliveira Pinto Rodrigues; Jorge Cláudio de Bacelar Gouveia; Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar.	Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar	27-set-13	25
8	9-jan-13	MEE	ASAE	Subinspetor-Geral	Concluído com decisão ministerial	31-mai-13	Fernando Santos Pereira; Hélder Constantino Silveiro Barreto; Rute Alexandra de Carvalho Frazão Serra.	Fernando Santos Pereira	13-jan-14	17
9	9-jan-13	MEE	ASAE	Subinspetor-Geral	Proposta enviada à tutela	31-mai-13	Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches; Jorge Proença dos Reis; Maria do Céu Dias Madeira			49
12	14-jan-13	MJ	SG-MJ	Secretário-Geral	Concluído com decisão ministerial	7-mar-13	Cristina Alexandra de Jesus Soares de Almeida Rosado Correia; José Albano da Silva Santos; Maria Antónia Pereira Leite Freitas Moura Anes.	Maria Antónia Pereira Leite Freitas Moura Anes	25-mar-13	11

14	22-jan-13	MEC	CNE	Secretário-Geral	Proposta enviada à tutela	18-mai-13	Célia Maria Ferreira Tavares Cravo; Maria Graciete da Purificação Reis Henriques Honrado; Maria Manuel Oliveira.			17
15	22-jan-13	MEC	SG-MEC	Secretário-Geral Adjunto	Concluído com decisão ministerial	16-mai-13	Ana Palmira Antunes de Almeida; Célia Maria Ferreira Tavares Cravo; Maria do Céu Dias Madeira.	Ana Palmira Antunes de Almeida	19-nov-13	20
16	22-jan-13	MEC	SG-MEC	Secretário-Geral Adjunto	Concluído com decisão ministerial	15-mai-13	Diva Cristina Esteves de Sousa; Maria da Purificação Cavaleiro Afonso Pais; Maria Teresa de Oliveira Pereira de Seixas Nunes.	Maria da Purificação Cavaleiro Afonso Pais	25-jul-13	15
17	22-jan-13	MEC	SG-MEC	Secretário-Geral	Concluído com decisão ministerial	14-mai-13	António Raúl da Costa Tórres Capaz Coelho; Célia Maria Ferreira Tavares Cravo; Gonçalo Arez de Mascarenhas Pombeiro.	António Raúl da Costa Tórres Capaz Coelho	25-jul-13	7
18	28-jan-13	MAMAOT	IVDP	Presidente	Concluído com decisão ministerial	9-abr-13	Manuel de Novaes Cabral; Maria Manuel Oliveira; Paulo Adriano Melhorado Guindeira.	Manuel de Novaes Cabral	26-jun-13	8
19	4-fev-13	MEE	ANQEP	Vogal do Conselho Diretivo (2)	Concluído com decisão ministerial	9-mai-13	Ana Cláudia Formiga Fernandes Valente; Francisco Armando e Sousa de Almeida Marques; Francisco Manuel Ghira Coimbra Martins; Maria do Céu Dias Madeira; Miguel Justiniano Baião Santos; Susana Emília Vaz de Oliveira Sá.	Francisco Armando e Sousa de Almeida Marques e Miguel Justiniano Baião dos Santos	24-dez-13	29
20	4-fev-13	MEE	ANQEP	Presidente do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	10-mai-13	Gonçalo Arez de Mascarenhas Pombeiro; Gonçalo Xufre Silva; José Carlos Pereira das Neves.	Gonçalo Xufre Gonçalves da Silva	24-dez-13	12
22	8-fev-13	MEE	GPIAA	Diretor	Solicitado novo procedimento	18-mai-13	Filipe Fernandes Albuquerque; José António Fernandes Limão Gata; José Miguel Almeida da Silva.	Desistência de 1 dos nomes da "short list"; número insuficiente de candidatos na <i>short list</i>		7
22	8-fev-13	MEE	GPIAA	Diretor	Concluído com decisão ministerial	12-set-13	Álvaro Eduardo Correia Neves; José António Fernandes Limão Gata; José Miguel Almeida da Silva.	Álvaro Eduardo Correia Neves	12-nov-13	7
25	22-fev-13	MJ	SG-MJ	Secretário-Geral Adjunto	Concluído com decisão ministerial	6-mai-13	Amadeu Burrica Alves Silvestre; Luís Eugénio de Lemos da Cunha Matos; Rui Miguel Marques Neves Pinho Bandeira.	Rui Miguel Marques Neves Pinho Bandeira	12-jun-13	15

26	27-fev-13	MS	IGAS	Inspetor-Geral	Concluído com decisão ministerial	26-abr-13	José António Martins Coelho; Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar; Zélia Maria da Silva Brito.	José António Martins Coelho	24-mai-13	15
27	27-fev-13	MS	IGAS	Subinspetor-Geral	Concluído com decisão ministerial	29-abr-13	Celestino Martins Soares Ferreira; Fernando Santos Pereira; Maria do Rosário Gomes da Silva Branco Raposo.	Maria do Rosário Gomes da Silva Branco Raposo	31-mai-13	34
28	1-mar-13	MNE	DGACCP	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	30-abr-13	António Manuel Pires Gomes Samuel; Jorge Eduardo Perestrelo Botelho Lobo de Mesquita; Maria José Mesquita Lopes Carujo.	Maria José Mesquita Lopes Carujo	28-mai-13	14
33	11-mar-13	PCM	GMCS	Diretor	Suspensão					
34	11-mar-13	MAMAOT	DGRNSSM	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	21-out-13	Antonio Duarte de Almeida Pinho; Armando Miguel Perez de Jesus Sequeira; Rui Tainha Ribeiro do Rosario.	Armando Miguel Perez de Jesus Sequeira	18-nov-13	12
38	26-mar-13	MF	DGAEP	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	29-mai-13	Carolina Maria Gomes Ferra; Maria Joana Andrade Ramos; Pedro Manuel Portugal Natário Botelho Gaspar.	Maria Joana Andrade Ramos	24-jun-13	12
39	26-mar-13	MF	DGAEP	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	5-jun-13	Ana Maria Fortuna Andrade; Gonçalo Arez de Mascarenhas Pombeiro; Maria Joana Andrade Ramos; Sílvia Cristina Palma Jesus Gonçalves Esteves; Vasco Manuel Dias Costa Hilário; Vitor Jaime Pereira Alves.	Sílvia Cristina Palma Jesus Gonçalves Esteves e Vasco Manuel Dias da Costa Hilário	24-jun-13	18
41	9-abr-13	PCM	DRC Alentejo	Diretor Regional	Concluído com decisão ministerial	6-set-13	Ana Paula Amendoeira; Henrique de Matos Parente; Vitor Manuel Baptista Martelo.	Ana Paula Amendoeira	18-dez-13	11
42	9-abr-13	PCM	DRC Centro	Diretor Regional	Concluído com decisão ministerial	16-set-13	António Manuel de Almeida dos Santos Queirós; Berta de Lourdes da Cruz Duarte; Celeste Maria Reis Gaspar dos Santos Amaro.	Celeste Maria Reis Gaspar dos Santos Amaro	18-dez-13	17

43	9-abr-13	PCM	DRC Norte	Diretor Regional	Concluído com decisão ministerial	6-set-13	António Manuel Torres da Ponte; Carlos Alberto Couto Silva; Paula Araújo Pereira da Silva.	António Manuel Torres da Ponte	10-dez-13	23
44	9-abr-13	PCM	DRC Algarve	Diretor Regional	Concluído com decisão ministerial	6-set-13	Dália da Conceição Paulo; Jose António de Jesus Martins; Maria Alexandra Patrocínio Rodrigues Gonçalves.	Maria Alexandra Patrocínio Rodrigues Gonçalves	18-dez-13	11
45	12-abr-13	MJ	DGPJ	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	20-jun-13	António Delicado; Maria João Mimoso Ferreira Baptista; Susana Antas Fernandes Videira Branco.	Susana Antas Fernandes Videira Branco	4-out-13	6
46	19-abr-13	MAMAOT	CCDR Norte	Presidente	Concluído com decisão ministerial	11-jul-13	Carlos Alberto Sousa Duarte Neves; Emídio Ferreira dos Santos Gomes; Juvenal Silva Peneda.	Emídio Ferreira dos Santos Gomes	14-ago-13	26
51	10-mai-13	MAMAOT	ICNF	Presidente	Concluído com decisão ministerial	7-mar-14	José Carlos de Sousa Uva Patrício Paúl; Maria de Fátima Mendes Fernandes; Paula Alexandra Faria Fernandes Sarmento e Silva.	Paula Alexandra Faria Fernandes Sarmento e Silva	30-jul-14	18
52	10-mai-13	MJ	IGFEJ	Presidente	Concluído com decisão ministerial	2-ago-13	António Almeida Figueiredo Barbosa Pombeiro; José Miguel Antunes Fernandes; Rui Alberto Mateus Pereira.	Rui Alberto Mateus Pereira	8-out-13	12
53	10-mai-13	MJ	IGFEJ	Vogal	Concluído com decisão ministerial	2-ago-13	Joaquim Manuel Marques Cardoso; Luis Miguel Sá Canhoto; Maria Helena Arranhado Carrasco Campos.	Joaquim Manuel Marques Cardoso	8-out-13	14
54	10-mai-13	MJ	IGFEJ	Vogal	Concluído com decisão ministerial	2-ago-13	Carlos Miguel Ferreira Soares Brito; Gonçalo Arez de Mascarenhas Figueiredo Pombeiro; Zaida Maria dos Anjos Gaspar de Barros Martinho Chora.	Carlos Miguel Ferreira Soares de Brito	8-out-13	6
55	14-mai-13	MSSS	Casa Pia Lisboa	Presidente do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	17-set-13	Eduardo Alberto Macedo Vilaça; José Joaquim Antunes Fernandes; Maria Cristina Ricardo Inês Figueiro.	Maria Cristina Ricardo Inês Figueiro	24-dez-13	9
56	14-mai-13	MSSS	Casa Pia Lisboa	Vice-Presidente do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	17-set-13	Eduardo Alberto Macedo Vilaça; Maria Manuela Machado Araújo; Teresa Cristina Lucas Evaristo.	Eduardo Alberto Macedo Vilaça	24-dez-13	11

57	14-mai-13	MSSS	Casa Pia Lisboa	Vogal do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	17-set-13	José Manuel Martins Lucas; Marina Flávia Paricio del Olmo e Pincarilho; Paula Margarida dos Santos Ferreira Vicente.	José Manuel Martins Lucas	24-dez-13	28
58	14-mai-13	MSSS	INR	Presidente do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	20-set-13	José Manuel Braga Madeira Seródio; Paulo Filipe Machado; Sérgio António Gomes da Silva.	José Manuel Braga Madeira Seródio	24-dez-13	9
59	14-mai-13	MSSS	INR	Vice-Presidente do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	20-set-13	Deolinda Maria Picado; Helena João Paraíso Diniz Gonçalves Santos Pinto; Marina Van Zeller.	Marina Cardoso Van Zeller	27-dez-13	7
60	14-mai-13	MSSS	DGSS	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	26-set-13	Joaquim Manuel Croca Caeiro; José Nuno Rangel Cid Proença; Sérgio António Gomes da Silva.	José Nuno Rangel Cid Proença	24-dez-13	8
61	14-mai-13	MSSS	DGSS	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	19-set-13	Fernando Jorge da Silva Colmenero Ferreira; Isabel Maria dos Santos Morgado Costa Saldida; Teresa Cristina Lucas Evaristo.	Fernando Jorge da Silva Colmenero Ferreira	27-dez-13	10
62	14-mai-13	MSSS	SG-MSSS	Secretário-Geral	Proposta enviada à tutela	19-set-13	Ana Maria Fortuna Andrade; Maria João Paula Lourenço; Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmento.			11
63	14-mai-13	MSSS	SG-MSSS	Secretário-Geral Adjunto	Cancelado			O lugar foi extinto		
64	14-mai-13	MSSS	SG-MSSS	Secretário-Geral Adjunto	Proposta enviada à tutela	19-set-13	Francisco Paulo Branco Neto de Carvalho; Isabel Maria Costa Ramos; Sara Maria Murta Ribeiro.			12
65	14-mai-13	MSSS	IG-MSSS	Inspetor-Geral	Concluído com decisão ministerial	18-jul-13	Fernando Manuel de Magalhães Teixeira Pinto; Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmento; Paulo Jorge Carvalho de Brito.	Paulo Jorge Carvalho de Brito	24-dez-13	12
66	14-mai-13	MSSS	IG-MSSS	Subinspetor-Geral	Concluído com decisão ministerial	18-jul-13	Eduardo Alberto Macedo Vilaça; Mafalda Maria Gomes de Figueiredo Falcão de Bettencourt; Paulo Jorge Ramos da Silva;	Mafalda Maria Gomes de Figueiredo Falcão de Bettencourt	24-dez-13	13

67	14-mai-13	MSSS	IG-MSSS	Subinspetor-Geral	Concluído com decisão ministerial	19-jul-13	Paulo Jorge Ramos Silva; Paulo José Mendes de Oliveira; Ricardo José Ramos Antunes.	Paulo Jorge Ramos Silva	24-dez-13	16
68	24-mai-13	MAMAOT	GPP	Diretor	Repetição	27-set-13	Número insuficiente de candidatos com mérito			6
68	27-set-13	MAMAOT	GPP	Diretor	Concluído com decisão ministerial	25-set-14	Eduardo Albano Duque Correia Diniz Fernando Alves Marques Mano João Filipe Gonçalves Jesus	Eduardo Albano Duque Correia Diniz	16-out-14	5
69	24-mai-13	MAMAOT	IFAP	Presidente do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	28-fev-14	Fernando Alves Marques Mano; Luís Miguel Gaudêncio Simões do Souto Barreiros; Maria de Fátima Mendes Fernandes	Luís Miguel Gaudêncio Simões do Souto Barreiros;	6-mai-14	12
72	30-mai-13	MS	DGS	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	2-ago-13	Ana Maria Esteves de Leça Pereira; Francisco Henrique Moura George; João Joaquim Rodrigues da Silva Breda.	Francisco Henrique Moura George	17-set-13	3
73	30-mai-13	MS	DGS	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	31-jul-13	Catarina de Senna Fernandes Cabral Sena; Francisco Pedro Simões Coimbra Dinis Cabral; Maria do Céu Dias Madeira.	Catarina de Senna Fernandes Cabral Sena	18-set-13	10
74	30-mai-13	MS	DGS	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	2-ago-13	Ana Maria Esteves de Leça Pereira; Carla Alexandra Fonseca da Costa; Maria da Graça Gregório de Freitas.	Maria da Graça Gregório de Freitas	19-set-13	3
75	30-mai-13	MS	INS Dr. Ricardo Jorge	Presidente do Conselho Diretivo	Concluído sem decisão ministerial	15-nov-13	João Joaquim Rodrigues da Silva Breda; Jorge Manuel Ventura Oliveira e Carmo; Rui Gentil de Portugal e Vasconcelos Fernandes.	Número insuficiente de candidatos com mérito, por desistência		5
75	11-set-13	MS	INS Dr. Ricardo Jorge	Presidente do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	12-mai-14	António Guilherme de Almeida Gonçalves Fernando José Ramos Lopes Almeida Gracinda Maria Martins Sanches Fernandes	Fernando José Ramos Lopes Almeida	15-jul-14	7
76	30-mai-13	MS	INS Dr. Ricardo Jorge	Vogal do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	18-nov-13	Francisco Pedro Simões Coimbra Dinis Cabral; José Maria Mendes Ribeiro de Freitas Albuquerque; Maria Manuela Duarte Velooso de Carvalho Sousa.	José Maria Mendes Ribeiro de Freitas Albuquerque	11-mar-14	18
77	3-jun-13	MAMAOT	IPMA	Vogal do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	17-ab-14	João Nuno Vilhena de Sousa Lourenço Jorge Manuel Ventura Oliveira e Carmo Rui Tainha Ribeiro do Rosário	João Nuno Vilhena de Sousa Lourenço	7-ag-14	5

78	3-jun-13	MAMAOT	IPMA	Vogal do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	29-ab-2014	Rui Nuno Almeida Dias Fernandes ; Alexandre José Lopes Guedes da Silva; Rui Tainha Ribeiro do Rosário	Rui Nuno Almeida Dias Fernandes	27 -ag-2014	13
79	3-jun-13	MAMAOT	GPIAM	Diretor	Cancelado			Nova lei orgânica		
80	3-jun-13	MAMAOT	DGPM	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	23-ab-2014	Jorge Codinha Antunes Barroso Jorge Manuel Ventura Oliveira e Carmo Rui Tainha Ribeiro do Rosário	Jorge Manuel Ventura Oliveira e Carmo	18-jun-14	23
81	3-jun-13	MAMAOT	DGRNSSM	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	23-ab-2014	Ana Rita Marques Berenguer Ana Maria Rodrigues Seixas Val Ferreira Jorge Codinho Antunes Barroso	Ana Rita Marques Berenguer	27-mai-14	12
82	3-jun-13	MAMAOT	DGRNSSM	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	23-ab-2014	Carlos Miguel Alves de Mendonça Arrais Paulo José Mendes de Oliveira Teresa Alexandra Meca Valverde Gouveia Estevão Pedro	Carlos Miguel Alves de Mendonça Arrais	18-jun-14	13
84	4-jun-13	MAMAOT	DRAP Alentejo	Diretor Regional Adjunto	Concluído com decisão ministerial	10-out-13	Álvaro Manuel Ferraz Festas; Jorge Alexandre Fernandes Capitão; Luís Miguel de Almeida Tavares Dias.	Álvaro Manuel Ferraz Festa	24-jun-14	13
85	4-jun-13	MAMAOT	DRAP Norte	Diretor Regional Adjunto	Concluído com decisão ministerial	11-out-13	Adelino Augusto dos Santos Bernardo; António José Alves dos Santos; José da Assunção Lopes Maçaira.	Adelino Augusto dos Santos Bernardo	11-dez-13	7
86	4-jun-13	MAMAOT	DRAP Norte	Diretor Regional Adjunto	Concluído com decisão ministerial	16-out-13	António José Alves dos Santos; Mário João de Sousa Barbosa Araújo e Silva; Marta Susana Gomes Moreira.	Mário João de Sousa Barbosa Araújo e Silva	10-dez-13	13
87	4-jun-13	MAMAOT	DRAP Algarve	Diretor Regional Adjunto	Concluído com decisão ministerial	17-out-13	Fernando Alves Marques Mano; José Manuel Valente Graça; Rui Miguel dos Santos Mota e Costa.	José Manuel Valente Graça	10-dez-13	11
88	6-jun-13	MEE	LNEG	Presidente do Conselho Diretivo	Cancelado	15-nov-13	Fernando Arnaldo Duarte de Carvalho; Rui da Silva Rodrigues; Tiago Norton dos Reis Andrade e Sousa.	Nova lei orgânica		11
89	6-jun-13	MEE	LNEG	Vogal do Conselho Diretivo	Cancelado	13-nov-13	Humberto António Ferreira Carlos; Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches; Maria Cristina Vieira Lourenço.	Nova lei orgânica		12

90	6-jun-13	MEE	LNEG	Vogal do Conselho Diretivo	Cancelado	18-nov-13	Helder José Perdigão Gonçalves; Isabel Maria Palma Aleixo Cabrita; Manuel João de Albuquerque Rocha Pereira Bóia.	Nova lei orgânica		8
91	13-jun-13	MF	SSAP	Presidente	Concluído com decisão ministerial	10-ab-14	Humberto Jorge Alves Meirinho Paula Margarida dos Santos Ferreira Teresa Maria de Oliveira Cabeçudo Torres Martins	Humberto Jorge Alves Meirinho	30-out-14	24
92	13-jun-13	MF	SSAP	Vice-Presidente	Concluído com decisão ministerial	10-ab-14	Fernanda Maria Vintém Rodrigues Ana Maria Sena Brogueira Monterrozo Carneiro Paula Margarida dos Santos Ferreira	Fernanda Maria Vintém Rodrigues	16-dez-14	31
94	13-jun-13	MAMAOT	DGADR	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	14-mai-14	Maria Filipa de Sousa Câmara Horta Osório Ana Maria Rodrigues Seixas Val Ferreira João Pedro Rodrigues Machado	Maria Filipa de Sousa Câmara Horta Osório	16-jul-14	9
95	21-jun-13	MSSS	IGFCSS	Presidente do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	23-set-13	António Almeida Figueiredo Barbosa Pombeiro; José Albano da Silva Santos; Manuel Pedro da Cruz Baganha.	Manuel Pedro da Cruz Baganha	24-dez-13	8
96	21-jun-13	MSSS	IGFCSS	Vice-Presidente do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	24-set-13	António Henrique da Silva Cruz; Nelson da Cruz Vergas; Paulo Manuel de Morais Francisco.	Paulo Manuel de Morais Francisco	24-dez-13	8
97	21-jun-13	MSSS	IGFCSS	Vogal do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	24-set-13	Marina Flávia Paricio del Olmo e Pincarrilho; Paulo Manuel de Morais Francisco; Teresa Maria da Silva Fernandes.	Teresa Maria da Silva Fernandes	30-dez-13	14
100	27-jun-13	MAMAOT	DRAP LVT	Diretor Regional Adjunto	Concluído com decisão ministerial	20-mai-14	Jorge Alexandre Fernandes Capitão Fernando Alves Marques Mano João Pedro Rodrigues Machado	Jorge Alexandre Fernandes Capitão	24-jun-14	27
102	4-jul-13	MPAP	CIG	Presidente	Concluído com decisão ministerial	1-nov-13	Maria de Fátima Abrantes Duarte; Rosa Maria Baptista Guimarães Amora Vaz; Susana Gabriela da Silva Maria.	Maria de Fátima Abrantes Duarte	19-dez-13	7
103	4-jul-13	MPAP	CIG	Vice-Presidente	Concluído com decisão ministerial	7-nov-13	Maria do Céu Dias Madeira; Maria Teresa Pinto de Almeida Chaves Almeida; Mónica Mira d'Andrade.	Maria Teresa Pinto de Almeida Chaves Almeida	19-dez-13	12

105	8-jul-13	MAMAOT	IVV	Vice-Presidente	Concluído com decisão ministerial	27-mai-14	Francisco Manuel O'Donnel Toscano de Vasconcelos Rico Alexandra Pereira Viana de Melo Catalão ; Pedro Miguel Cardoso de Castro Rego	Francisco Manuel O'Donnel Toscano de Vasconcelos Rico	27-out-14	9
106	8-jul-13	MAMAOT	DRAP Centro	Diretor Regional Adjunto	Concluído com decisão ministerial	25-mai-14	Sidónio Ferreira Santos Fernando Alves Marques Mano; Ângelo Augusto Santos Oliveira	Sidónio Ferreira Santos	18-dez-14	14
107	8-jul-13	MAMAOT	DRAP Centro	Diretor Regional Adjunto	Concluído com decisão ministerial	27-mai-14	José Paulo da Silva Dias Fernando Alves Marques Mano Fernando Augusto Costa Pires	José Paulo da Silva Dias	18-dez-14	17
109	23-jul-13	MJ	DGPJ	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	24-jan-14	Maria da Conceição Carapinha de Oliveira Costa; Nuno Humberto Pólvora Santos; Renato Jorge Santos Carvalho Gonçalves.	Renato Jorge Santos Carvalho Gonçalves	12-fev-14	10
110	25-jul-13	MF	DGQTFP-INA	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	21-dez-13	Joaquim Manuel Croca Caeiro; Mafalda Sofia Nunes Lopes dos Santos; Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmento.	Mafalda Sofia Nunes Lopes dos Santos	30-out-14	12
116	25-jul-13	MF	DGQTFP-INA	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	23-dez-13	Damasceno Dias; Pedro Jose dos Santos Croce Rivera; Sandra Maria Azevedo Ferreira Sant'Ana.	Sandra Maria Azevedo Ferreira Sant'Ana	16-dez-14	14
117	26-jul-13	MDN	IDN	Diretor	Concluído com decisão ministerial	22-out-13	Catarina Maria Figueiredo Cardoso; Francisco Miguel Gouveia Pinto Proença Garcia; Vitor Daniel Rodrigues Viana.	Vitor Daniel Rodrigues Viana	18-nov-13	9
118	30-jul-13	MJ	DGAJ	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	21-jan-14	Ana Vitória Chagas Cardoso de Aragão Azevedo; José Jorge dos Santos Brandão Pires; Luís Filipe Loureiro Goes Pinheiro.	Ana Vitória Chagas Cardoso de Aragão Azevedo	12-fev-14	12
119	30-jul-13	MJ	DGAJ	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	24-jan-14	Cristina Maria Lopes da Silva; Gonçalo Arez de Mascarenhas Figueiredo Pombeiro; Rui Manuel Lancão Gonçalves.	Cristina Maria Lopes da Silva	12-fev-14	9
121	2-set-13	MS	ARS Algarve	Presidente	Concluído com decisão ministerial	29-out-13	Francisco Pedro Simões Coimbra Dinis Cabral; João Manoel da Silva Moura dos Reis; Maria do Céu Dias Madeira.	João Manoel da Silva Moura dos Reis	30-out-13	13

122	2-set-13	MS	ARS Algarve	Vogal	Concluído com decisão ministerial	29-out-13	António Luis de Matos Marques Esteves; José António de Carvalho Rodrigues; José Manuel Lourenço Mestre.	António Luis de Matos Marques Esteves	30-out-13	10
123	29-ago-13	MF	ESPAP	Presidente	Concluído com decisão ministerial	27-mar-14	Francisco Jaime Baptista do Paço Quesado Pedro António Pereira Rodrigues Felício Pedro Miguel dos Santos Moreira	Francisco Jaime Baptista do Paço Quesado	30-ab-14	20
124	29-ago-13	MF	ESPAP	Vice-Presidente	Concluído com decisão ministerial	27-mar-14	César Augusto Gundersen Rodrigues Pestana Eugénio Manuel de Lima Antunes Pedro Miguel dos Santos Moreira	César Augusto Gundersen Rodrigues Pestana	28-jul-14	23
125	29-ago-13	MF	ESPAP	Vogal	Concluído com decisão ministerial	27-mar-14	Eugénio Manuel de Lima Antunes Carlos Manuel Ferreira Gonçalves Gonçalo Nuno Mendes de Almeida Caseiro	Eugénio Manuel de Lima Antunes	15-mai-14	32
126	29-ago-13	MF	ESPAP	Vogal	Concluído com decisão ministerial	30-jan-14	Carlos Manuel Teles Ferreira Gonçalves; Eugénio Manuel de Lima Antunes; Gonçalo Nuno Mendes de Almeida Caseiro.	Carlos Manuel Teles Ferreira Gonçalves	15-mai-14	37
127	4-set-13	ME	Inst. Turismo Portugal	Presidente	Concluído com decisão ministerial	30-out-13	João Fernando Cotrim de Figueiredo; José Mendes Bota; Pedro Miguel dos Santos Moreira.	João Fernando Cotrim de Figueiredo	7-jan-14	18
128	4-set-13	ME	Inst. Turismo Portugal	Vice-Presidente	Concluído com decisão ministerial	12-dez-13	Fernando Santos Pereira; Joaquim Carlos de Oliveira Pinto Rodrigues; Maria Teresa Rodrigues Monteiro.	Maria Teresa Rodrigues Monteiro	3-jan-14	12
129	4-set-13	ME	Inst. Turismo Portugal	Vogal	Concluído com decisão ministerial	30-dez-13	Jorge Manuel de Oliveira Flor Abrantes Pedro Miguel dos Santos Moreira Pedro de Moraes Sarmento Patrício	Jorge Manuel de Oliveira Flor Abrantes	3-fev-14	29
130	4-set-13	ME	Inst. Turismo Portugal	Vogal	Concluído com decisão ministerial	30-dez-13	Jorge Manuel de Oliveira Flor Abrantes Luis José Raminho Matoso Nuno José Cardona Fazenda de Almeida	Luis José Raminho Matoso	3-fev-14	43
131	17-set-13	SECultura	DGPC	Diretor-Geral	Cancelado			Para reabertura (alteração dos Requisitos Especiais do Cargo)		
132	17-set-13	SECultura	DGPC	Subdiretor-Geral	Cancelado			Para reabertura (alteração dos Requisitos Especiais do Cargo)		

133	17-set-13	SECultura	DGPC	Subdiretor-Geral	Cancelado			Para reabertura (alteração dos Requisitos Especiais do Cargo)		
134	17-set-13	SECultura	DGPC	Subdiretor-Geral	Cancelado			Para reabertura (alteração dos Requisitos Especiais do Cargo)		
135	17-set-13	SECultura	DGA	Diretor-Geral	Repetição			N.º insuficiente de candidatos com mérito		8
135	17-set-13	SECultura	DGA	Diretor-Geral	Concluído sem decisão ministerial	20-mai-14	Maria de Fátima de Sá Guerra Marques Pereira Carlos Moura-Carvalho João Manuel Pereira Teixeira	Indicação da tutela com vista a reorganização dos serviços tutelados pela SEC.		8
136	17-set-13	SECultura	DGA	Subdiretor-Geral	Concluído sem decisão ministerial	18-dez-13	Joana Margarida Fins Faria; Nuno Humberto Pólvora Santos; Susana Maria Graça Pereira de Oliveira	Indicação da tutela com vista a reorganização dos serviços tutelados pela SEC.		11
137	17-set-13	SECultura	DGBN	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	20-fev-14	João José Alves Dias; José Albino Soares Guedes de Monterroso Teixeira; Maria Inês Durão de Carvalho Cordeiro.	Maria Inês Durão de Carvalho Cordeiro	19-mar-14	5
138	17-set-13	SECultura	DGLAB	Diretor-Geral	Cancelado			Para reabertura (alteração dos Requisitos Especiais do Cargo)		6
138	17-set-13	SECultura	DGLAB	Diretor-Geral	A decorrer					
139	17-set-13	SECultura	DGLAB	Subdiretor-Geral	Proposta enviada à tutela	20-fev-14	Maria Margarida Ortigão de Almeida Sampaio Ramos; Nuno Humberto Pólvora Santos; Paula Cristina Sousa Saraiva.			8
140	17-set-13	SECultura	DGLAB	Subdiretor-Geral	Proposta enviada à tutela	27-fev-14	Luís Filipe Reis Santos; Maria José Vicente Camecelha de Abreu; Paula Cristina Sousa Saraiva.			7
141	17-set-13	SECultura	GEPAC	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	11-fev-14	Henrique de Matos Parente; Maria Fernanda Soares Rebelo Heitor; Nuno Humberto Pólvora Santos.	Maria Fernanda Soares Rebelo Heitor	7-jan-15	9
142	17-set-13	SECultura	IGAC	Inspetor-Geral	Concluído com decisão ministerial	17-fev-14	Luís de Melo e Brito da Silveira Botelho; Nuno Humberto Pólvora Santos; Paula Alexandra Hipólito dos Santos Ferreira.	Luís de Melo e Brito da Silveira Botelho	18-mar-14	10

143	17-set-13	SECultura	IGAC	SubInspetor-Geral	Concluído com decisão ministerial	18-fev-14	Anabela Braga Adónis; Nuno Humberto Pólvora Santos; Paula Alexandra Hipólito dos Santos Ferreira.	Paula Alexandra Hipólito dos Santos Ferreira.	19-mar-14	13
144	17-set-13	SECultura	Cinemateca Port. Mus. Cinema	Diretor	Concluído com decisão ministerial	19-dez-13	José Manuel Correia Costa Maria Adelaide Torradinhas Rocha; Maria Manuela dos Santos Correia	José Manuel Correia Costa	21-fev-14	10
145	17-set-13	SECultura	Cinemateca Port. Mus. Cinema	Subdiretor	Concluído com decisão ministerial	23-dez-13	Rui Manuel Cartaxo Machado Nuno Humberto Pólvora Santos Teresa Alexandra Vieira Campos Barreto Borges	Rui Manuel Cartaxo Machado	21-fev-14	12
146	17-set-13	SECultura	ICA	Presidente	Concluído com decisão ministerial	4-dez-13	Maria Filomena Allen Serras Pereira Furtado Anabela dos Santos Afonso José Pedro Berhan da Costa	Maria Filomena Allen Serras Pereira Furtado	24-jan-14	10
147	17-set-13	SECultura	ICA	Vice-Presidente	Concluído com decisão ministerial	6-dez-13	Ana Cristina Assis dos Santos da Costa Dias Marques Passos Maria Filomena Allen Serras Pereira Furtado Nuno Humberto Pólvora Santos	Ana Cristina Assis dos Santos da Costa Dias Marques Passos	24-jan-14	17
148	20-set-13	MDN	DGPDN	Diretor-Geral	Cancelado					12
149	23-set-13	MEC	DGE	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	29-mai-14	Fernando José Egidio Reis ; João Luís Serrenho Frazão Couvaneiro Luís Miguel Pereira dos Santos	Fernando José Egidio Reis	25-ag-14	14
150	23-set-13	MEC	DGE	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	12-jun-14	Eulália de Jesus Barão Ramos Alexandre Maria Isabel Aires Rodrigues Raposo Almeida Mário Henrique Jesus Gomes	Eulália de Jesus Barão Ramos Alexandre	26-ag-14	17
151	23-set-13	MEC	DGE	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	12-jun-14	Pedro Tiago Dantas Machado da Cunha João Luís Serrenho Frazão Couvaneiro Teresa Cristina Lucas Evaristo	Pedro Tiago Dantas Machado da Cunha	25-ag-14	33
152	25-set-13	MEC	DGEE	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	25-jul-14	José Alberto Moreira Duarte Maria Manuela Pinto Soares Pastor Fernandes Arroios Faria Maria Suzana Bento Francisco Simões Maximiano	José Alberto Moreira Duarte	10-out-14	20
153	26-set-13	MEC	DGEE	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	28-jul-14	Maria Manuela Pinto Soares Pastor Fernandes Arroios Faria João Luís Serrenho Frazão Couvaneiro Rui Miguel da Conceição Carvalho	Maria Manuela Pinto Soares Pastor Fernandes Arroios Faria	4-nov-14	36

154	30-set-13	MJ	DGPJ	Subdiretor-Geral	Repetição		Nº insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			7
154	25-out-13	MJ	DGPJ	Subdiretor-Geral	Deserto	8-mai-14	Neste procedimento não foram encontrados 3 com mérito. Ficou Deserto já que era um concurso reaberto. O júri deixou para a tutela recrutar ao seu critério	Maria João Gomes Morgado Costa	9-jun-14	2
155	30-set-13	MJ	DGPJ	Subdiretor-Geral	Proposta enviada à tutela	19-fev-14	Luís Filipe Loureiro Goes Pinheiro; Mariana Sottomayor Jorge Patrícia Manuela Trindade de Cruz e Albuquerque Ferreira			10
156	7-out-13	MJ	INPI	Presidente	Proposta enviada à tutela	14-fev-14	Fernando Arnaldo Duarte de Carvalho; Maria Leonor Mendes da Trindade; Rui Miguel Faria de Sá Pinto.			16
157	7-out-13	MJ	INPI	Vogal	Repetição		Nº insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			9
157	25-out-13	MJ	INPI	Vogal	Proposta enviada à tutela	19-mai-14	Jorge Manuel Ventura Oliveira e Carmo; José Maria Lourenço Maurício ; José Mário Lopes Freire de Sousa			16
158	7-out-13	MJ	INPI	Vogal	Proposta enviada à tutela	13-fev-14	Dina Batista Pereira; Marco Paulo Gonçalves Dinis; Rui Miguel Faria de Sá Pinto.			8
160	15-out-13	MDN	IGDN	Inspetor-Geral	Concluído com decisão ministerial	9-jul-14	Vitor Manuel Amaral Vieira; Catarina Maria Figueiredo Cardoso; Eurico Manuel Curates Rodrigues	Vitor Manuel Amaral Vieira	19-ag-14	11
161	15-out-13	PCM		Presidente	Concluído com decisão ministerial	16-jul-14	Augusto Fontes Baganha; Armando Manuel Mendonça Raimundo ; Vitor Manuel Batista Pataco	Augusto Fontes Baganha	4-ag-14	9
163	18-out-13	MDN	SG-MDN	Secretário-Geral Adjunto	Concluído com decisão ministerial	9-jul-14	António José Gameiro Marques; Alberto João Pereira Martins Luz; Maria da Conceição Grave Ribeiro	António José Gameiro Marques	13-jan-15	12
164	21-out-13	MJ	IRN	Presidente	Repetição		Nº insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			2
164	25-out-13	MJ	IRN	Presidente	Deserto	9-fev-14	Neste procedimento não foram encontrados 3 com mérito. Ficou deserto, já que era um concurso reaberto. O júri deixou para a tutela recrutar ao seu critério,	António Luís Pereira Figueiredo	27-mai-14	4

165	21-out-13	MJ	IRN	Vogal	Concluído com decisão ministerial	13-fev-14	Filomena Sofia Gaspar Rosa; José Ascenso Nunes da Maia; Luís Filipe Loureiro Goes Pinheiro.	José Ascenso Nunes da Maia	28-mai-14	5
166	21-out-13	MJ	IRN	Vogal	Concluído com decisão ministerial	11-fev-14	João Pedro Monteiro Rodrigues; Jorge Manuel Candeias Campino; Luís Filipe Loureiro Goes Pinheiro.	João Pedro Monteiro Rodrigues	28-mai-14	18
167	29-out-13	ME	IAPMEI	Presidente	Concluído com decisão ministerial	4-fev-14	Francisco Jaime Baptista do Paço Quesado; Miguel Jorge de Campos Cruz; Pedro Miguel dos Santos Moreira.	Miguel Jorge de Campos Cruz	19-fev-14	16
168	29-out-13	ME	IAPMEI	Vogal	Concluído com decisão ministerial	5-fev-14	Ana Maria Garcia Rodrigues; Pedro Castelão de Almeida Sousa Matias; Pedro Miguel dos Santos Moreira.	Ana Maria Garcia Rodrigues	3-mar-14	31
169	29-out-13	ME	IAPMEI	Vogal	Concluído com decisão ministerial	14-fev-14	Ana Maria Garcia Rodrigues; Pedro Miguel dos Santos Moreira; Rui Miguel Faria de Sá Pinto.	Rui Miguel Faria de Sá Pinto	3-mar-14	41
170	30-out-13	MNE	DGAE	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	27-fev-14	José Pedro Viegas Cardoso; Maria João Leão Cota Dias Silveira Botelho; Martim José Rosado Borges de Freitas.	Maria João Leão Cota Dias Silveira Botelho	29-mai-14	8
171	30-out-13	MNE	DGAE	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	3-mar-14	Hugo Daniel Costa Arraiolos Oliveira; Lénia Maria de Seabra Real; Nuno Humberto Pólvora Santos.	Lénia Maria de Seabra Real	11-jun-14	9
175	1-nov-13	MF	DGTF	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	14-mar-14	Elsa Maria Roncon Santos ; Issuf Ahmad; João Pedro Oliveira Gonçalves	Elsa Maria Roncon Santos	16-ab-14	6
176	1-nov-13	MF	DGTF	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	14-mar-14	Maria João Dias Pessoa Araújo; João Manuel Cravine Bibe; Joaquim Manuel da Cruz Valente	Maria João Dias Pessoa Araújo	12-mai-14	6
177	1-nov-13	MF	DGTF	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	20-mar-14	António Manuel Santos Castro Fernandes Pedro Miguel do Nascimento Ventura Rodrigo Fernandes Homem de Lucena	Pedro Miguel do Nascimento Ventura	12-mai-14	10
178	1-nov-13	MF	DGTF	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	21-mar-14	Bernardo Xavier Alabaça Fernando Jorge Militão Gonçalves Mário Manuel Colaço da Silva	Bernardo Xavier Alabaça	12-mai-14	7

179	5-nov-13	PCM	CEGER	Diretor	Concluído com decisão ministerial	16-jul-14	Manuel da Costa Honorato Daniel Rodrigues Marques Tito Carlos Soares Vieira	Manuel da Costa Honorato	30-jul-14	5
180	5-nov-13	PCM	CEJUR	Diretor	Concluído com decisão ministerial	14-jul-14	Maria José Farracha Montes Palma Salazar Leite Henrique Sousa Antunes Maria Lídia Martins Francisco de Paula Jacob	Maria José Farracha Montes Palma Salazar Leite	30-jul-14	10
181	4-nov-13	MAM	DGAV	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	7-mar-14	Álvaro Luís Pegado Lemos de Mendonça; Maria José Marques Pinto; Miguel Ângelo da Costa Lemos Fernandes.	Álvaro Luís Pegado Lemos de Mendonça	23-mai-14	13
182	5-nov-13	MEC	Cent. Cient. Cult. Macau	Presidente	Concluído com decisão ministerial	30-jul-14	Luis Filipe Sousa Barreto; Ana Cristina Cardoso da Costa Gomes ; António José Chrystello d'Oliveira Santos Tavares	Luis Filipe Sousa Barreto	7-Out-14	10
183	5-nov-13	MEC	DGES	Diretor-Geral	Repetição		N.º insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			5
183	10-dez-13	MEC	DGES	Diretor-Geral	Deserto	31-jul-14	Neste procedimento não foram encontrados 3 com mérito, ficou DESERTO, já era um concurso reaberto, o juri deixou para a tutela recrutar ao seu critério,			2
184	5-nov-13	MEC	DGES	Subdiretor-Geral	Repetição			N.º insuficiente de candidatos com mérito		
184	5-nov-13	MEC	DGES	Subdiretor-Geral	A decorrer					31
185	5-nov-13	MEC	IG-MEC	Inspetor-Geral	Concluído com decisão ministerial	4-set-14	Agostinho Gonçalves Alves da Santa; António Manuel Pinto Ferreira dos Santos; Luís Alberto Santos Nunes Capela	Luís Alberto Santos Nunes Capela	7-nov-14	16
186	5-nov-13	MEC	IG-MEC	Subinspetor-Geral	Concluído com decisão ministerial	4-set-14	João Carlos Correia Ribeiro Ramalho António Manuel Pinto Ferreira dos Santos José Fernando Augusto Moreno	João Carlos Correia Ribeiro Ramalho	7-nov-14	15
187	5-nov-13	MEC	IG-MEC	Subinspetor-Geral	Concluído com decisão ministerial	9-set-14	Agostinho Gonçalves Alves da Santa ; Daniel Teixeira Seguro Sanches; Maria Manuela Pinto Soares Pastor Arroios Faria	Agostinho Gonçalves Alves da Santa	9-jan-15	27
188	5-nov-13	MEC	IG-MEC	Subinspetor-Geral	Concluído com decisão ministerial	11-set-14	Augusto Patrício Lima Rocha; Agostinho Gonçalves Alves da Santa ; Florbela Maria da Cruz Mendes Valente	Augusto Patrício Lima Rocha	9-jan-15	29

189	7-nov-13	MNE	SG-MNE-DGA	Diretor-Adjunto	Concluído com decisão ministerial	8-set-14	Paula Alexandre dos Santos Crispim; Gonçalo Arez Figueiredo Pombeiro; Nelson da Cruz Vargas	Paula Alexandre dos Santos Crispim	23-set-14	12
192	12-nov-13	MNE	SG-MNE-DAJ	Diretor	Concluído com decisão ministerial	22-set-14	Rita Faden da Silva Moreira Araújo ; Mário Manuel Fragoso de Sousa; Rui Miguel de Sousa Simões Fernandes Marrana	Rita Faden da Silva Moreira Araújo	16-dez-14	8
193	15-nov-13	PCM	IPDJ	Vice-Presidente	Concluído com decisão ministerial	29-set-14	José António Murta Rosa José António Cabrita do Nascimento Rui Miguel da Conceição Carvalho	José António Murta Rosa	9-dez-14	27
194	25-nov-13	MEC	SAS-Univ. Lisboa	Administrador	Cancelado					
195	26-nov-13	MAM	DGAV	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	29-mar-14	Cláudia Manuel Fortes Rodrigues Fernandes; Gonçalo Arez de Mascarenhas Figueiredo Pombeiro; Osvaldo Manuel Santos Ferreira	Cláudia Manuel Fortes Rodrigues Fernandes	30-mai-14	18
196	26-nov-13	MAM	DGAV	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	12-mar-14	Ana Paula de Almeida Cruz de Carvalho; António Maria Marques Mexia; Fernando Alves Marques Mano	Ana Paula de Almeida Cruz de Carvalho	30-mai-14	24
198	28-nov-13	MS	ARS LVT	Vogal do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	15-mai-14	Célia Maria Ferreira Cravo; Francisco Miguel Gonçalves de Brito Evangelista; Henrique Jorge Cristo Lopes	Célia Maria Ferreira Cravo	26-mai-14	17
199	28-nov-13	MS	ARS Centro	Vice-Presidente do Conselho Diretivo	Proposta enviada à tutela	23-ab-2014	Augusto Manuel Pais Antunes Fernando Alberto Alves Fernando José Ramos Lopes Almeida			8
200	28-nov-13	MS	ARS Centro	Vogal do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	30-mai-14	Maria Augusta Mota Faria Conceição Fernando Alberto Alves João Nunes Rodrigues	Maria Augusta Mota Faria Conceição	26-jun-14	10
201	28-nov-13	MS	INEM	Presidente	Concluído com decisão ministerial	25-fev-14	Paulo José Amado de Campos; Teresa Maria Cardoso Pinto; Vitor Manuel Lopes Fernandes Almeida.	Paulo José Amado de Campos	21-mar-14	6
202	28-nov-13	MS	INEM	Vogal	Concluído com decisão ministerial	5-mar-14	Henrique de Matos Parente; José Manuel Lourenço Mestre; Rui Manuel Lancão Gonçalves.	José Manuel Lourenço Mestre	21-mar-14	12
203	29-nov-13	MS	IGAS	Subinspetor-Geral	Concluído com decisão ministerial	4-jun-14	Maria Edite Ferreira Aves Pereira Soares Correia; Nuno Humberto Pólvora Santos; Rogério Manuel Aroso Peixoto Rodrigues	Maria Edite Ferreira Aves Pereira Soares Correia	26-jun-14	17

204	2-dez-13	MS	ARS do Norte	Vice-Presidente do Conselho Diretivo	Proposta enviada à tutela	23-jun-14	Henrique Manuel da Silva Botelho José Manuel Dias Paiva e Costa Rui Afonso Mória Pereira Cernadas			16
205	2-dez-13	MS	ARS do Norte	Vogal do Conselho Diretivo	Proposta enviada à tutela	19-jun-14	José Carlos Jesus Pedro Fernando Manuel de Magalhães Teixeira Pinto Nuno Ricardo de Oliveira Moreira			22
206	2-dez-13	MNE	Camões-ICL	Presidente	Concluído com decisão ministerial	17-set-14	Ana Paula Martins Laborinho António Maria Marques Mexia Maria Paula Fernandes dos Santos	Ana Paula Martins Laborinho	24-nov-14	12
207	2-dez-13	MNE	Camões-ICL	Vogal	Proposta enviada à tutela	16-set-14	Maria do Céu Dias Madeira; Maria Irene da Silva Paredes; Maria Teresa de Oliveira Pereira de Seixas Nunes.			8
208	4-dez-13	MS	SICAD	Diretor-Geral	Repetição		Nº insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			5
208	6-dez-13	MS	SICAD	Diretor-Geral	Proposta enviada à tutela	17-dez-14	Alcina Marina Assunção Correia Branco Ló; João Augusto Castel- Branco Goulão; Maria da Graça Figueiredo Vilar.			10
209	4-dez-13	MS	SICAD	Subdiretor-Geral	Repetição		Nº insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			
209	6-dez-14	MS	SICAD	Subdiretor-Geral	Proposta enviada à tutela	17-dez-14	Alcina Marina Assunção Correia Branco Ló; Manuel Ribeiro Cardoso; Susana Alberta Sousa Ferreira Curralo.			19
210	4-dez-13	MF	SG-MF	Secretário-Geral	Concluído com decisão ministerial	28-mai-14	Adérito Duarte Simões Tostão; João Manuel Cravina Bibe; Rogério Manuel Aroso Peixoto Rodrigues.	Rogério Manuel Aroso Peixoto Rodrigues	16-out-14	16
211	6-dez-13	MF	SG-MF	Secretário-Geral Adjunto	Concluído com decisão ministerial	29-mai-14	Diva Cristina Esteves de Sousa; João Manuel Cravina Bibe; Maria Isabel Lopes Afonso Pereira Leitão.	Diva Cristina Esteves de Sousa	16-out-14	10
212	4-dez-13	MF	SG-MF	Secretário-Geral Adjunto	Concluído com decisão ministerial	28-mai-14	Adérito Duarte Simões Tostão; António Manuel Soares Nogueira de Lemos; Rogério Manuel Aroso Peixoto Rodrigues.	Adérito Duarte Simões Tostão	16-out-14	10
220	5-dez-13	SECultura	DGPC	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	3-fev-14	João Carlos Martins Lopes dos Santos; Jorge Pulido Valente; Nuno Manuel Veiga Vassallo e Silva.	Nuno Manuel Veiga Vassallo e Silva	19-fev-14	16

221	5-dez-13	SECultura	DGPC	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	13-mar-14	João Carlos Martins Lopes dos Santos; João Carlos de Oliveira Mascarenhas Mateus; Samuel Costa Lopes do Rego.	João Carlos Martins Lopes dos Santos	11-jul-14	21
222	5-dez-13	SECultura	DGPC	Subdiretor-Geral	Proposta enviada à tutela	13-mar-14	Agostinho Jorge de Paiva Ribeiro; António Manuel de Almeida dos Santos Queirós ; Samuel Costa Lopes do Rego.			10
223	5-dez-13	SECultura	DGPC	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	18-mar-14	Ana Cristina Jacinto Silva; Luís Filipe da Costa Torres Capaz Coelho; Maria João Borges de Campos Ferreira Robalo.	Luís Filipe da Costa Torres Capaz Coelho	11-jul-14	8
224	5-dez-13	SECultura	DGPC	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	25-mar-14	António José Chrystello d'Oliveira Santos Tavares; António Manuel de Almeida dos Santos Queirós; António Manuel Filipe Rocha Pimentel.	António Manuel Filipe Rocha Pimentel	11-jul-14	11
225	5-dez-13	MEC -Univ. Lisboa	Serv. Reit.-Univ. Lisboa	Diretor Executivo	Cancelado					
226	5-dez-13	MEC -Univ. Lisboa	Serv. Part.-Univ. Lisboa	Diretor Executivo	Cancelado					
227	6-dez-13	MSESS	CITE	Presidente	Concluído com decisão ministerial	9-jun-14	Joana Rabaça Gíria; Sandra Isabel Faria Ribeiro; Teresa Cristina Lucas Evaristo.	Joana Rabaça Gíria	31-dez-14	8
228	6-dez-13	MSESS	CITE	Vice-Presidente	Concluído sem decisão ministerial	6-jun-14	Maria da Natividade Charneca Coelho; Maria do Céu Dias Madeira; Teresa Cristina Lucas Evaristo.	informação da tutela : por desistência de um dos 3 nomes da short list , solicita cancelamento do processo		30
229	6-dez-13	MSESS	DGERT	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	14-out-14	Isilda Maria da Costa Fernandes; Maria Cristina Fernandes Rodrigues; Pedro Alexandre Dias da Costa Malheiro.	Isilda Maria da Costa Fernandes	31-dez-14	13
230	6-dez-13	MSESS	DGERT	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	14-out-14	Ana Manuel Jerónimo Lopes Correia Mendes Godinho; Isabel Maria de Araújo Flor Brites Lopes; Maria Lídia Martins Francisco de Paula Jacob.	Isabel Maria de Araújo Flor Brites Lopes	31-dez-14	9
231	6-dez-13	MSESS	GEP	Diretor-Geral	Concluído sem decisão ministerial	19-out-14	Isilda Maria da Costa Fernandes; Maria Cristina Fernandes Rodrigues; Pedro Alexandre Dias da Costa Malheiro.	informação da tutela : por desistência de um dos 3 nomes da short list , solicita cancelamento do processo		8

232	6-dez-13	MSESS	GEP	Subdiretor-Geral	Concluído sem decisão ministerial	19-out-14	Oswaldo dos Santos Ferreira; Sérgio António Gomes da Silva; Teresa Cristina Lucas Evaristo.	informação da tutela :por desistência de um dos 3 nomes da short list , solicita cancelamento do processo		13
233	6-dez-13	MSESS	IGFSS	Presidente	Concluído com decisão ministerial	1-ab-14	Domingos Jorge Ferreira Lopes; José Miguel Antunes Fernandes; Rui Filipe de Moura Gomes.	Rui Filipe de Moura Gomes	2-mai-14	7
234	6-dez-13	MSESS	IGFSS	Vice-Presidente	Concluído com decisão ministerial	1-ab-14	Domingos Jorge Ferreira Lopes; Jorge Manuel dos Santos Matos; Nuno Miguel Simões Venes.	Nuno Miguel Simões Venes	14-ab-14	11
235	6-dez-13	MSESS	IGFSS	Vogal	Concluído com decisão ministerial	19-mar-14	António Almeida Figueiredo Barbosa Pombeiro; Beatriz Justina Sepúlveda da Fonseca Imperatori; João Filipe Gonçalves Jesus.	Beatriz Justina Sepúlveda da Fonseca Imperatori	28-mar-14	8
236	6-dez-13	MSESS	IGFSS	Vogal	Concluído com decisão ministerial	17-mar-14	António Almeida Figueiredo Barbosa Pombeiro; Joaquim Manuel Pombo Alves; Rui Manuel Freitas Corrêa de Melo.	Rui Manuel Freitas Corrêa de Melo	28-mar-14	8
237	6-dez-13	MSESS	Instituto Informático	Presidente	Proposta enviada à tutela	29-mar-14	Carlos Manuel Teles Gonçalves ; João Paulo Mota da Costa Lopes; Tito Carlos Soares Vieira.			7
238	6-dez-13	MSESS	Instituto Informático	Vice-Presidente	Proposta enviada à tutela	29-mar-14	Carlos Manuel Teles Gonçalves ; João Paulo Barata Catarino Tavares; Tito Carlos Soares Vieira.			15
239	6-dez-13	MSESS	Instituto Informático	Vogal	Proposta enviada à tutela	1-ab-14	Carlos Manuel Teles Gonçalves ; Carlos Augusto Almeida de Oliveira; José Henriques Ferreira Mendes Félix.			12
240	6-dez-13	ME	SG-ME	Secretário-Geral	Repetição		Nº insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			6
240	19-dez-13	ME	SG-ME	Secretário-Geral	Proposta enviada à tutela	27-nov-14	Graça Patrícia de Azevedo Ermida; Maria Ermelinda Paulo Rodrigues da Silva Carrachás; Rui Nuno Ameida Dias Fernandes.			22
241	6-dez-13	ME	SG-ME	Secretário-Geral Adjunto	Proposta enviada à tutela	15-set-14	Diva Cristina de Sousa; João Manuel Domingos da Silva Rolo; Joaquim Carlos de Oliveira Pinto Gomes Rodrigues.			14

242	6-dez-13	ME	GEE	Diretor	Repetição		Nº insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			8
242	19-dez-13	ME	GEE	Diretor	Proposta enviada à tutela	11-nov-14	João Pedro de Oliveira Gonçalves; Nuno Miguel Castanheira Almeida; Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves.			11
243	6-dez-13	ME	GEE	Subdiretor	Proposta enviada à tutela	18-set-14	Graça Patrícia de Azevedo Ermida; Luís Filipe Neves Duarte Mendes Monteiro; Ricardo Manuel de Magalhães Pinheiro Alves.			11
244	6-dez-13	ME	DG Consumidor	Diretor-Geral	Proposta enviada à tutela	23-set-14	Gonçalo Maria Vassalo Moita; Henrique Mário Nunes Sousa Antunes; Maria Teresa da Piedade Moreira.			10
245	10-dez-13	MSESS	IEFP-DR Norte	Delegado Regional	Proposta enviada à tutela	9-jul-14	Ângelo Augusto Santos Oliveira; César Manuel Oliveira Ferreira; Evandro Luís Pereira da Silva Oliveira.			21
246	10-dez-13	MSESS	IEFP-DR Centro	Delegado Regional	Proposta enviada à tutela	30-jul-14	António Júlio da Silva Veiga Simão; Carlos Alberto da Costa Ferreira; Pedro Miguel Martins Miguens Amaro.			22
247	10-dez-13	MSESS	IEFP-DR LVT	Delegado Regional	Proposta enviada à tutela	31-jul-14	Catarina Isabel Santos Silva Campos; Joana Maria de Oliveira Neves; Victor Manuel de Sousa Gil.			22
248	10-dez-13	MSESS	IEFP-DR Alentejo	Delegado Regional	Proposta enviada à tutela	14-out-14	António Carlos Correia Caetano; José Domingos Carvalho Ramalho ; José Joaquim Palma Rita.			17
249	10-dez-13	MSESS	IEFP-DR Algarve	Delegado Regional	Proposta enviada à tutela	14-out-14	Carlos José Matias Gonçalves Baía; Mário José Ferreira Cintra; Paulo José Fonte Pinto.			16
250	10-dez-13	MSESS	IEFP-DR Norte	Subdelegado Regional	Proposta enviada à tutela	20-out-14	João Carlos Pontes Figueiredo Sarmento; José Carlos Pereira das Neves; José Manuel da Silva Moreira.			32
251	10-dez-13	MSESS	IEFP-DR Centro	Subdelegado Regional	Proposta enviada à tutela	21-out-14	António Alberto Magalhães da Costa; António Júlio da Silva Veiga Simão; José Licínio Tavares Pimenta.			26
252	10-dez-13	MSESS	IEFP-DR LVT	Subdelegado Regional	Proposta enviada à tutela	27-out-14	Arnaldo Pereira Gonçalves Frade; Elsa Maria Teixeira Lopes Mano; João Pedro Rodrigues Machado .			24

253	8-dez-13	MSESS	IEFP-DE	Diretor de Departamento	Proposta enviada à tutela	14-jul-14	Adélia Maria Ferreira da Costa; Bernardo Manuel Vieira Santos e Sousa; Franklin Adolfo Brito Marques Abreu . Ana Paula Dias Mota Filipe;			23
254	8-dez-13	MSESS	IEFP-DFP	Diretor de Departamento	Proposta enviada à tutela	28-jul-14	Joana Maria de Oliveira Neves; Pedro Alexandre Dias da Costa Malheiro . Ana Cristina Gaspar da Silva Alves;			28
255	8-dez-13	MSESS	IEFP-DPGC	Diretor de Departamento	Proposta enviada à tutela	15-jul-14	Joana Maria de Oliveira Neves; Mário Henrique Jesus Gomes . Elvira Maria Cardoso Grilo Carlota;			23
256	8-dez-13	MSESS	IEFP-DRH	Diretor de Departamento	Proposta enviada à tutela	18-jul-14	José João Correia Nóbrega Ascenso; Paula Susana Aparício Gonçalves Matos Ferreira . Daniel Rodrigues Marques;			21
257	8-dez-13	MSESS	IEFP-DISI	Diretor de Departamento	Proposta enviada à tutela	23-jul-14	Marcos Tiago de Castro Coelho de Oliveira e Sousa; Pedro José Garcia Batista Nogueira . Arnaldo Pereira Gonçalves Frade;			15
258	8-dez-13	MSESS	IEFP-DAQJA	Diretor de Departamento	Proposta enviada à tutela	24-jul-14	Filipe Rodrigues Meirinho; Paula Susana Aparício Gonçalves Matos Ferreira . Jorge Manuel Ventura Oliveira e Carmo;	Nuno Sanchez Lacasta	2-jul-14	10
259	10-dez-13	MAOTE	APA	Presidente do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	2-mai-14	Orlando José Manuel de Castro e Borges . Ana Maria Rodrigues Seixas Val Ferreira;			17
260	10-dez-13	MAOTE	APA	Vice-Presidente do Conselho Diretivo	Proposta enviada à tutela	9-jun-14	António João Sequeira Ribeiro; Orlando José Manuel de Castro e Borges . Ana Teresa Pinheiro dos Santos Diogo Perez;			13
261	10-dez-13	MAOTE	APA	Vogal do Conselho Diretivo	Proposta enviada à tutela	22-out-14	Fernando Alves Marques Mano; Isabel Maria Rodiles Viegas Soares Correia Pinto . Ana Teresa Gonçalves Caimeiro;			15
262	10-dez-13	MAOTE	APA	Vogal do Conselho Diretivo	Proposta enviada à tutela	28-out-14	Fernando Alves Marques Mano; Inês Folgado Diogo . Joaquim Carlos de Oliveira Pinto Rodrigues;	Nuno Miguel Soares Banza	19-mai-14	11
263	10-dez-13	MAOTE	IGAMAOT	Inspetor-Geral	Concluído com decisão ministerial	29-ab-14	Jorge Manuel Ventura Oliveira e Carmo; Nuno Miguel Soares Banza .			

264	10-dez-13	MAOTE	IGAMAOT	Subinspetor-Geral	Proposta enviada à tutela	13-mai-14	Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches; Jorge Proença dos Reis; Lisdália Maria Bairras Amaral Portas .		8-ag-14	12
265	10-dez-13	MAOTE	IGAMAOT	Subinspetor-Geral	Proposta enviada à tutela	14-mai-14	Isabel Maria Chaves Pinto Santana; Jorge Proença dos Reis; Maria Cristina Vieira Lourenço .			14
266	10-dez-13	MAOTE	IGAMAOT	Subinspetor-Geral	Proposta enviada à tutela	14-mai-14	Hugo Manuel Vargas Carolino; Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches; Lisdália Maria Bairras Amaral Portas .			17
267	10-dez-13	MAM	IVDP	Vice-Presidente do Conselho Diretivo	Repetição		Nº insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			8
267	4-fev-14	MAM	IVDP	Vice-Presidente do Conselho Diretivo	A decorrer					19
268	10-dez-13	MAOTE	DGT	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	17-jun-14	Jorge Pulido Valente ; Maria José Correia Botelho Soares de Oliveira Lucena e Vale; Rui Manuel Amaro Alves.	Rui Manuel Amaro Alves	28-jul-14	15
269	10-dez-13	MAOTE	DGT	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	9-set-14	José Pedro Fernandes Barroso Dias Neto ; Mário Sílvio Rochinha de Andrade Caetano; Rui Pedro de Sousa Pereira Monteiro Julião.	Mário Sílvio Rochinha de Andrade Caetano	8-out-14	16
270	10-dez-13	MSESS	IEFP	Presidente do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	5-jul-14	Jorge Bruno da Silva Barbosa Gaspar ; José António Pinto Belo; Pedro Miguel dos Santos Moreira.	Jorge Bruno da Silva Barbosa Gaspar	31-dez-14	17
271	10-dez-13	MSESS	IEFP	Vice-Presidente do Conselho Diretivo	Proposta enviada à tutela	23-jun-14	Bernardo Manuel Vieira Santos e Sousa ; Damasceno Dias; Joana Maria de Oliveira Neves.			29
272	10-dez-13	MSESS	IEFP	Vogal do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	30-jun-14	Arnaldo Pereira Gonçalves Frade ; Francisco Xavier d'Aguiar; Sara Maria Murta Ribeiro.	Francisco Xavier Soares de Albergaria d'Aguiar	31-dez-14	30
273	10-dez-13	MSESS	IEFP	Vogal do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	30-jun-14	Bernardo Manuel Vieira Santos e Sousa ; José Realinho de Matos; Joana Maria de Oliveira Neves.	Bernardo Manuel Vieira Santos e Sousa	31-dez-14	30
274	10-dez-13	MSESS	ISS	Presidente do Conselho Diretivo	Proposta enviada à tutela	3-dez-14	Ana Clara de Sousa Birrento Matos Silva ; António Almeida Figueiredo Barbosa Pombeiro; Jorge Manuel de Almeida Campino.			18
275	10-dez-13	MSESS	ISS	Vice-Presidente do Conselho Diretivo	Proposta enviada à tutela	5-dez-14	Bernardo Manuel Vieira Santos e Sousa ; Paulo Jorge Antunes Ferreira; Jorge Manuel de Almeida Campino.			37

276	10-dez-13	MSESS	ISS	Vogal do Conselho Diretivo	Proposta enviada à tutela	5-dez-14	Joaquim Luís Esteves Pinto Monteiro ; Paulo Jorge Antunes Ferreira; Teresa Cristina Lucas Evaristo.			39
277	10-dez-13	MSESS	ISS	Vogal do Conselho Diretivo	Proposta enviada à tutela	5-dez-14	João Filipe Gonçalves Jesus ; Paulo Jorge Antunes Ferreira; Joaquim Luís Esteves Pinto Monteiro.			34
278	10-dez-13	ME	LNEC	Presidente do Conselho Diretivo	Repetição		Nº insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			4
278	19-dez-13	ME	LNEC	Presidente do Conselho Diretivo	Deserto	19-nov-14	Neste procedimento não foram encontrados 3 com mérito, ficou DESERTO, já era um concurso reaberto, o juri deixou para a tutela recrutar ao seu critério,			5
279	10-dez-13	ME	LNEC	Vogal do Conselho Diretivo	Proposta enviada à tutela	26-set-14	Luís Filipe Neves Duarte Mendes Monteiro ; Maria de Lurdes Batista da Costa Antunes; Pedro Filipe de Oliveira Guedes Pinto.			8
280	10-dez-13	ME	LNEC	Vogal do Conselho Diretivo	Proposta enviada à tutela	29-set-14	Helder Manuel Barreiros Raimundo ; Henrique de Matos Parente; Luís Filipe Neves Duarte Mendes Monteiro.			10
281	10-dez-13	MAOTE	DGT	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	12-set-14	Ana Cristina Raposo Freire Bordalo Ramos Preto ; Mário Silvío Rochinha de Andrade Caetano; Rui Pedro de Sousa Pereira Monteiro Julião.	Ana Cristina Raposo Freire Bordalo Ramos Preto -	3-dez-14	30
282	10-dez-13	MAOTE	DGT	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	12-set-14	Ana Cristina Raposo Freire Bordalo Ramos Preto ; Cristina Soares Ribeiro Gomes Cavaco; José Pedro Fernandes Barroso Dias Neto.	Cristina Soares Ribeiro Gomes Cavaco	3-dez-14	21
284	11-dez-13	MSESS	ISS-CNP	Diretor de Segurança Social	Repetição		Nº insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			19
284	11-dez-13	MSESS	ISS-CNP	Diretor de Segurança Social	Proposta enviada à tutela	24-nov-14	João Filipe Gonçalves Jesus ; Maria Luísa Pinto Pacheco da Cruz Baganha; Zélia Maria da Silva Brito.			48
285	11-dez-13	MSESS	ISS-CNP	Diretor Adjunto de Segurança Social	Concluído com decisão ministerial	30-ag-14	Alice Maria Teixeira Oliveira ; Maria de Fátima Rodrigues Vieira; Zélia Maria da Silva Brito.	Maria de Fátima Rodrigues Vieira	18-dez-14	33
286	11-dez-13	MSESS	ISS-Santarém	Diretor de Segurança Social	Concluído com decisão ministerial	4-out-14	Cristina Graça Rodrigues; José Fernando de Oliveira Gonçalves; Tiago de Sampaio e Melo Marques Leite.	Tiago de Sampaio e Melo Marques Leite	17-dez-14	23

287	11-dez-13	MSESS	ISS-Beja	Diretor de Segurança Social	Concluído com decisão ministerial	9-out-14	Helena Maria Fernandes Branquinho Morgado Barreto ; Jorge Pulido Valente; José Valente Rocha Guerra.	Helena Maria Fernandes Branquinho Morgado Barreto	19-dez-14	26
288	11-dez-13	MSESS	ISS-Lisboa	Diretor de Segurança Social	Concluído com decisão ministerial	24-set-14	Alice Maria Teixeira Oliveira ; Isabel Maria Santos Morgado Costa Saldida; Maria Fernanda Fitas Cordeiro Henriques Tomás.	Maria Fernanda Fitas Cordeiro Henriques Tomás	16-dez-14	33
289	11-dez-13	MSESS	ISS-Lisboa	Diretor Adjunto de Segurança Social	Proposta enviada à tutela	24-set-14	Alice Maria Teixeira Oliveira ; Francisco António Nascimento Marques; Ricardo José Ramos Antunes.			35
290	11-dez-13	MSESS	ISS-Braga	Diretor de Segurança Social	Concluído com decisão ministerial	30-set-14	João Pedro de Oliveira Gonçalves ; Maria da Graça Trindade Fernandes Vieira Ribeiro; Rui Miguel de Meira Barreira.	Rui Miguel de Meira Barreira	18-dez-14	25
291	11-dez-13	MSESS	ISS-Castelo Branco	Diretor de Segurança Social	Concluído com decisão ministerial	30-set-14	António de Melo Bernardo ; Eurico Manuel Curates Rodrigues; João Carlos Correia Leitão.	António de Melo Bernardo	18-dez-14	16
292	11-dez-13	MSESS	ISS-Bragança	Diretor de Segurança Social	Concluído com decisão ministerial	26-set-14	Ângelo Augusto Santos Oliveira ; Martinho Eduardo Nascimento; Paulo Sérgio Fonte Pinto.	Martinho Eduardo Nascimento	12-dez-14	10
293	11-dez-13	MSESS	ISS-Portalegre	Diretor de Segurança Social	Concluído com decisão ministerial	13-nov-14	João Carlos Vintém Laranjo ; Paulo Sérgio Fonte Pinto; João Carlos Correia Leitão.	João Carlos Vintém Laranjo	17-dez-14	10
294	11-dez-13	MSESS	ISS-Aveiro	Diretor de Segurança Social	Proposta enviada à tutela	25-nov-14	Isabel Maria Santos Morgado Costa Saldida Jorge Manuel de Almeida Campino; Manuel Augusto Simões Ruivo.			24
295	11-dez-13	MSESS	ISS-Porto	Diretor de Segurança Social	Repetição		Nº insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			30
295	18-dez-13	MSESS	ISS-Porto	Diretor de Segurança Social	Repetição		Nº insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			
296	11-dez-13	MSESS	ISS-Porto	Diretor Adjunto de Segurança Social	Proposta enviada à tutela	23-ab-14	Ângelo Augusto Santos Oliveira ; Maria da Graça Trindade Fernandes Vieira Ribeiro Vanda Lia de Oliveira Amado Caramelo.			47
297	11-dez-13	MSESS	ISS-Faro	Diretor de Segurança Social	Repetição		Nº insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			17

297	18-dez-13	MSESS	ISS-Faro	Diretor de Segurança Social	A decorrer					
298	11-dez-13	MSESS	ISS-Leiria	Diretor de Segurança Social	Concluído com decisão ministerial	14-nov-14	Ângelo Augusto Santos Oliveira José Fernando de Oliveira Gonçalves; Maria do Céu Costa Bogalho Mendes.	Maria do Céu Costa Bogalho Mendes	19-dez-14	19
299	11-dez-13	MSESS	ISS-Viana do Castelo	Diretor de Segurança Social	Concluído com decisão ministerial	16-nov-14	Eduardo Jorge Paço Viana ; José Paulo Coelho Orfão Maria de Fátima Oliveira Pimenta.	José Paulo Coelho Orfão	12-ag-14	30
300	11-dez-13	MSESS	ISS-Évora	Diretor de Segurança Social	Concluído com decisão ministerial	19-jun-14	Eurico Manuel Curates Rodrigues ; José Valente Rocha Guerra ; Sónia Cristina Silva dos Ramos.	Sónia Cristina Silva dos Ramos	18-dez-14	19
301	11-dez-13	MSESS	ISS-Vila Real	Diretor de Segurança Social	Concluído com decisão ministerial	9-jul-14	Ana Cristina Jacinto Silva ; José Augusto Fernandes Barroso Borges Rebelo ; Luís Manuel Cardoso.	José Augusto Fernandes Barroso Borges Rebelo	12-dez-14	20
302	11-dez-13	MSESS	ISS-Viseu	Diretor de Segurança Social	Concluído com decisão ministerial	30-jun-14	Armindo Telmo Antunes Ferreira ; Leonel António Rodrigues de Carvalho ; Maria da Conceição da Silva Nunes de Matos.	Armindo Telmo Antunes Ferreira	14-ago-14	25
303	11-dez-13	MSESS	ISS-Setúbal	Diretor de Segurança Social	Proposta enviada à tutela	3-dez-14	Ana Clara de Sousa Birrento Matos Silva ; Isabel Maria Santos Morgado Costa Saldida ; Paulo Sérgio Fonte Pinto.			13
304	11-dez-13	MSESS	ISS-Guarda	Diretor de Segurança Social	Concluído com decisão ministerial	3-dez-14	Fernando Augusto Costa Pires ; Jacinto Dias ; João Carlos Correia Leitão.	Jacinto Dias	13-jan-14	18
305	11-dez-13	MSESS	ISS-Coimbra	Diretor de Segurança Social	Concluído com decisão ministerial		Ângelo Augusto Santos Oliveira Ramiro Ferreira Miranda Susana Cristina Gonçalves Ramos Maldonado Pereira.	Ramiro Ferreira Miranda	12-jan-15	14
306	11-dez-13	MEC -Univ. Lisboa	SAS-Univ. Lisboa	Diretor Executivo	Cancelado					
307	12-dez-13	MAI	Secretaria-Geral	Secretário-Geral	Concluído com decisão ministerial	12-mai-14	Carlos Manuel Silvério da Palma Maria Lídia Martins Francisco de Paula Jacob; Rui Nuno Almeida Dias Fernandes.	Carlos Manuel Silvério da Palma	23-mai-14	17
308	12-dez-13	MAI	Secretaria-Geral	Secretário-Geral Adjunto	Cancelado					20
309	12-dez-13	MAI	Secretaria-Geral	Secretário-Geral Adjunto	Cancelado					24
310	12-dez-13	MAI	Secretaria-Geral	Secretário-Geral Adjunto	Cancelado					11

311	12-dez-13	MAI	DG Infraest. e Equipamentos	Diretor-Geral	Cancelado	10-abr-14				23
312	17-dez-13	MAI	DG Infraest. e Equipamentos	Subdiretor-Geral	Repetição		Nº insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			14
312	17-dez-13	MAI	DG Infraest. e Equipamentos	Subdiretor-Geral	Cancelado					38
313	12-dez-13	MAI	DG Infraest. e Equipamentos	Subdiretor-Geral	Cancelado	23-abr-14				29
314	13-dez-13	MF	GPEARI	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	4-abr-14	Álvaro António Calado Afonso Matias ; José Carlos Fernandes de Azevedo Pereira ; José Pedro Viegas Cardoso.	Álvaro António Calado Afonso Matias	7-mai-14	8
315	13-dez-13	MF	GPEARI	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	4-abr-14	Artur Pedro Vogado Torres Mascarenhas ; Conceição de Jesus Amaral; José Carlos Fernandes de Azevedo Pereira.	José Carlos Fernandes de Azevedo Pereira	16-mai-14	4
316	13-dez-13	MF	GPEARI	Subdiretor-Geral	Proposta enviada à tutela	8-abr-14	Bernardo Luís Fauvelet Ribeiro da Cunha ; Carlos Manuel Inácio Figueiredo; José Pedro Viegas Cardoso.			13
317	16-dez-13	MF	Inspeção-Geral MF	Inspetor-Geral	Repetição					7
317	18-dez-13	MF	Inspeção-Geral MF	Inspetor-Geral	Proposta enviada à tutela	20-nov-14	Joaquim Carlos de Oliveira Pinto Gomes Rodrigues ; Mário Rui Ferreira Tavares da Silva; Vítor Miguel Rodrigues Braz			16
318	16-dez-13	MF	Inspeção-Geral MF	Subinspetor-Geral	Repetição					5
318	18-dez-13	MF	Inspeção-Geral MF	Subinspetor-Geral	Proposta enviada à tutela	20-nov-14	José António Alves Pires Manuel Inácio da Silva Pinheiro Maria Isabel Castelão Ferreira da Silva.			20
319	16-dez-13	MF	Inspeção-Geral MF	Subinspetor-Geral	Proposta enviada à tutela	20-mai-14	Alexandre Miguel Charouco Carrasquinho António Manuel Pinto Ferreira dos Santos João Manuel Cravina Bibe.			6
320	16-dez-13	MF	Inspeção-Geral MF	Subinspetor-Geral	Repetição		Nº insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			5
320	16-dez-13	MF	Inspeção-Geral MF	Subinspetor-Geral	Deserto	21-nov-14	Neste procedimento não foram encontrados 3 com mérito, ficou DESERTO, já era um concurso reaberto, o júri deixou para a tutela recrutar ao seu critério,			8

321	16-dez-13	MF	Inspeção-Geral MF	Subinspetor-Geral	Proposta enviada à tutela	5-jun-14	Ana Paula Pereira Cosme Franco Barata Salgueiro ; Cristina Maria Augusto Ribeiro Mário Rui Ferreira Tavares da Silva.			8
322	16-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Diretor-Geral	Repetição		Nº insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			11
322	18-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	20-jun-14	Abilio Manuel Pinto Rodrigues de Almeida Morgado António Brigas Afonso José Maria Fernandes Pires.	António Brigas Afonso	17-jul-14	33
323	16-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Diretor de Finanças de Lisboa	Proposta enviada à tutela	10-jul-14	Fernando Cristóvão Cardoso Lopes Helena Maria José Alves Borges José Maria Isaac de Carvalho.			7
324	16-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Diretor de Finanças do Porto	Proposta enviada à tutela	18-jul-14	André Lopes Abelha ; José Manuel de Oliveira e Castro Telmo Joaquim Rocha Tavares.			11
325	16-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Diretor da Unidade de Grandes Contribuintes	Repetição					8
325	18-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Diretor da Unidade de Grandes Contribuintes	Proposta enviada à tutela	8-out-14	André Claro Amaral Ventura João Paulo Pereira Morais Canedo Nuno Filipe Batista Vaz da Silva.			14
326	16-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Diretor Centro de Estudos Fiscais e Aduaneiros	Proposta enviada à tutela	12-mai-14	João Pedro Martins Santos Joaquim Manuel Pombo Alves Jorge Manuel Caetano de Oliveira.			11
327	16-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Subdiretor-Geral do Património	Proposta enviada à tutela	29-mai-14	Lurdes Silva Ferreira Manuel Inácio Silva Pinheiro; Manuel José Espanhol Gonçalves Cecílio.			7
328	16-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Subdiretor-Geral de Gestão Aduaneira	Repetição		Nº insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			1
328	18-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Subdiretor-Geral de Gestão Aduaneira	Deserto	5-jun-14	Neste procedimento não foram encontrados 3 com mérito, ficou Deserto, já era um concurso reaberto, o juri deixou para a tutela recrutar ao seu critério,			6
329	16-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Subdiretor-Geral - Imp. Especiais sobre o Consumo	Repetição		Nº insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			1
329	18-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Subdiretor-Geral - Imp. Espec. s/ Consumo	Proposta enviada à tutela	7-jul-14	António Brigas Afonso ; António Manuel Santos de Castro Fernandes; João Filipe Gonçalves Jesus.			8

330	16-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Subdiretor-Geral - Impostos s/ o Rendimento	Repetição		Nº insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			4
330	18-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Subdiretor-Geral - Impostos s/ o Rendimento	Proposta enviada à tutela	22-out-14	André Claro Amaral Ventura João Filipe Gonçalves Jesus Teresa Maria Pereira Gil.			14
331	16-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Subdiretor-Geral -IVA	Repetição		Nº insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			4
331	18-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Subdiretor-Geral -IVA	Proposta enviada à tutela	27-out-14	Armindo Silvestre de Ceita do Espírito Santo Gabriel Cupertino Osório de Barros Miguel André Horta Pereira da Silva Pinto.			12
332	16-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Subdiretor-Geral - Justiça Tributária. e Aduaneira	Concluído com decisão ministerial	8-mai-14	Ana Cristina de Oliveira Carmona Bicho José Maria Fernandes Pires Manuel Inácio Silva Pinheiro.	José Maria Fernandes Pires	1-set-14	4
333	16-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Subdiretor-Geral - Planeamento Organização e Comunicação.	Proposta enviada à tutela	15-mai-14	Helena Maria José Alves Borges ; Manuel José Espanhol Gonçalves Cecílio Olga Maria Gomes Pereira.			7
334	16-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Subdiretor-Geral - Recursos Financeiros e Patrimoniais	Proposta enviada à tutela	14-jul-14	João Pedro Monteiro Rodrigues Maria Judite Silveira Gamboa Nelson Roda Inácio			11
335	16-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Subdiretor-Geral - Inspeção Tributária	Concluído com decisão ministerial	23-mai-14	Ana Paula Araújo Neto Joaquim Manuel Pombo Alves José Maria Isaac de Carvalho.	Ana Paula Araújo Neto	1-set-14	9
336	16-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Subdiretor-Geral - Recursos Humanos e Formação	Concluído com decisão ministerial	2-jul-14	Alice Maria Teixeira Oliveira António Manuel Soares Nogueira de Lemos Damasceno Dias.	Damasceno Dias	1-set-14	13
337	16-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Subdiretor-Geral - Sistemas Informação	Proposta enviada à tutela	2-jul-14	Graciosa Martins Delgado João Pedro Mesquita de Almeida Prudente José Maria Pedro.			14
338	16-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Subdiretor-Geral de Cobrança	Repetição		Nº insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			5
338	18-dez-13	MF	Autoridade Tributária e Aduaneira	Subdiretor-Geral de Cobrança	Proposta enviada à tutela	3-nov-14	Armindo Silvestre de Ceita do Espírito Santo Olga Maria Gomes Pereira Tiago Luís Dias Joanaz de Melo			19

340	17-dez-13	MEC	Direção Geral Administração Escolar	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	12-mai-14	Maria Luísa Gaspar do Pranto Lopes de Oliveira Mário Agostinho Alves Pereira Teodoro de Assunção Bernardo Roque	Maria Luísa Gaspar do Pranto Lopes de Oliveira	13-out-14	18
341	17-dez-13	MEC	Direção Geral Administração Escolar	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	13-mai-14	Maria Luísa Gaspar do Pranto Lopes de Oliveira Maria Suzana Bento Francisco Simões Maximiano Teodoro de Assunção Bernardo Roque	Maria Suzana Bento Francisco Simões Maximiano	11-nov-14	22
342	17-dez-13	MEC	Direção Geral Planeamento e Gestão Financeira	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	3-nov-14	Carlos António Lima Guerreiro ; Jorge José Martins Rodrigues José Manuel de Matos Passos	José Manuel de Matos Passos	25-nov-14	3
343	17-dez-13	MEC	Direção Geral Planeamento e Gestão Financeira	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	3-nov-14	Carlos Manuel da Graça Pais Gonçalo Arez de Mascarenhas Figueiredo Pombeiro Luís Miguel Bernardo Farrajota	Luís Miguel Bernardo Farrajota	27-nov-14	9
344	17-dez-13	MEC	Direção Geral Planeamento e Gestão Financeira	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	12-nov-14	Ana Sofia Mascarenhas Proença Parente da Costa Branca Carlos António Lima Guerreiro Célia Maria de Viveiros e Sá e Santos.	Célia Maria de Viveiros e Sá e Santos	29-dez-14	14
345	18-dez-13	MEC -Univ. Lisboa	Estádio Univ. Lisboa	Presidente	Cancelado					
346	18-dez-13	PCM	IPDJ	Vogal	Concluído com decisão ministerial	1-set-14	Lídia Maria Garcia Rodrigues Praça Maria João Cal de Almeida Candeias Galvão; Sérgio António Gomes da Silva.	Lídia Maria Garcia Rodrigues Praça	11-set-14	12
347	18-dez-13	PCM	IPDJ	Vogal	Concluído sem decisão ministerial	10-set-14	Bruno Luís Durão Pereira de Jesus Rui Miguel da Conceição Carvalho; Vitor Manuel Batista Pataco.	informação da tutela : por desistência de um dos 3 nomes da short list , solicita cancelamento do processo		12
348	21-dez-13	MF	ADSE	Diretor-Geral	Proposta enviada à tutela	3-jul-14	Carlos José Liberato Baptista; David João Varela Xavier; Luís Manuel dos Santos Pires.			12
349	21-dez-13	MF	ADSE	Subdiretor-Geral	Proposta enviada à tutela	25-jul-14	Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches; José Miguel Dias Paiva e Costa; Sérgio António Gomes da Silva.			20
350	21-dez-13	MF	ADSE	Subdiretor-Geral	Proposta enviada à tutela	26-ago-14	Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches; José Miguel Dias Paiva e Costa; Sérgio António Gomes da Silva.			22

351	23-dez-13	MAM	IFAP	Vice-Presidente do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	24-nov-14	João Filipe Gonçalves Jesus; José Miguel Antunes Fernandes Tiago Filipe Garrido Pessoa Filho.	Tiago Filipe Garrido Pessoa Filho	30-dez-14	23
352	23-dez-13	MAM	IFAP	Vogal do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	24-nov-14	Fernando Alves Marques Mano; Fernando Manuel Moreira Borges Mouzinho Pedro Manuel Simões Raposo Ribeiro	Fernando Manuel Moreira Borges Mouzinho	6-jan-15	14
353	23-dez-13	MAM	IFAP	Vogal do Conselho Diretivo	Concluído com decisão ministerial	24-nov-14	Fausto Paulo de Melo Bessa Gomes; Fernando Augusto Costa Pires João Filipe Gonçalves Jesus.	Fausto Paulo de Melo Bessa Gomes	2-jan-15	16
354	23-dez-13	MAOTE	DGEG	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	28-out-14	Carlos Manuel Aires Pereira de Almeida; João Filipe Gonçalves Jesus Ricardo Jorge Lima Sousa Emílio.	Carlos Manuel Aires Pereira de Almeida	26-dez-14	17
355	23-dez-13	MAOTE	DGEG	Subdiretor-Geral	Proposta enviada à tutela	27-out-14	Maria Cristina Vieira Lourenço; Maria Lídia Martins Francisco de Paula Jacob Ricardo Jorge Lima Sousa Emílio.	Maria Cristina Vieira Lourenço	26-dez-14	23
356	26-dez-13	PCM	AAP	Presidente	Repetição		Nº insuficiente de candidatos com mérito. Para reabertura			1
356	13-jan-14	PCM	AAP	Presidente	Deserto	1-ab-14	Neste procedimento não foram encontrados 3 com mérito, ficou DESERTO, já era um concurso reaberto, o juri deixou para a tutela recrutar ao seu critério,	Rogério Paulo de Jesus Lourenço Jóia	24-jun-14	1
357	30-dez-13	MF-SEAO	DGO	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	23-mai-14	José Emilio Coutinho Garrido Castel - Branco Maria Manuela dos Santos Proença Tiago Luís Dias Joanaz de Melo.	Maria Manuela dos Santos Proença	2-jul-14	9
358	30-dez-13	MF-SEAO	DGO	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	17-jun-14	José António Teixeira Pinheiro Moreira Mafalda Eugénia de Araújo Costa Ferreira Mário Manuel Leal Monteiro.	Mário Manuel Leal Monteiro	9-dez-14	4
359	30-dez-13	MF-SEAO	DGO	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	16-set-14	Gonçalo Arez de Mascarenhas Figueiredo Pombeiro José António Teixeira Pinheiro Moreira Luís Filipe Cracel Viana	Luís Filipe Cracel Viana	9-dez-14	8
360	30-dez-13	MF-SEAO	DGO	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	18-set-14	Anabela Ferreira Pedro Vilão Carlos Manuel Inácio Figueiredo Luís Filipe Cracel Viana	Anabela Ferreira Pedro Vilão	9-dez-14	12
361	30-dez-13	MF-SEAO	DGO	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	8-out-14	Conceição de Jesus Amaral Carlos Manuel Inácio Figueiredo João Alberto Amaral Caeiro	Carlos Manuel Inácio Figueiredo	9-dez-14	7

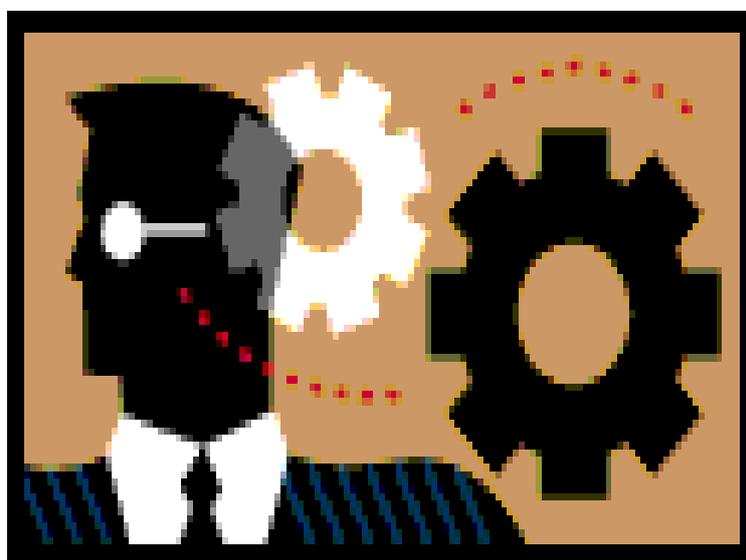
362	30-dez-13	MEC	DG Estatística da Educação e Ciência	Diretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	20-out-14	Luísa da Conceição dos Santos do Canto e Castro de Loura Maria Eugénia Neto Ferrão Pedro Gonçalo Jorge Rolim	Luísa da Conceição dos Santos do Canto e Castro de Loura	13-nov-14	6
363	30-dez-13	MEC	DG Estatística da Educação e Ciência	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	28-out-14	José Alexandre da Silva Paredes Nuno Miguel Correia Neto Rodrigues Teresa Cristina Lucas Evaristo	Teresa Cristina Lucas Evaristo	14-nov-14	16
364	30-dez-13	MEC	DG Estatística da Educação e Ciência	Subdiretor-Geral	Concluído com decisão ministerial	28-out-14	António Joaquim Salgado dos Santos Costa Ferreira Nuno Miguel Correia Neto Rodrigues João Manuel Queiroz Faria de Oliveira Batista	João Manuel Queiroz Faria de Oliveira Batista	14-nov-14	15
365	30-dez-13	MAM-SEFDR	Instituto da Conservação Natureza e Florestas	Vice-Presidente	Concluído com decisão ministerial	2-mai-14	Carlos Manuel Inácio Figueiredo João Alexandre da Silva Rocha Pinho Teresa Sofia Nunes dos Santos Castel branco da Silveira	João Alexandre da Silva Rocha Pinho	30-jul-14	25
366	30-dez-13	MAM-SEFDR	Instituto da Conservação Natureza e Florestas	Vogal	Concluído com decisão ministerial	8-mai-14	José Carlos de Sousa Uva Patrício Paul João Alexandre da Silva Rocha Pinho Teresa Sofia Nunes dos Santos Castelbranco da Silveira	Teresa Sofia Nunes dos Santos Castelbranco da Silveira	30-jul-14	23
367	30-dez-13	MAM-SEFDR	Instituto da Conservação Natureza e Florestas	Vogal	Concluído com decisão ministerial	13-mai-14	Carlos António Lima Guerreiro João Filipe Gonçalves Jesus Carlos Manuel Inácio Figueiredo			20
368	30-dez-13	MAM-SEAIA	INIAV	Vogal	Concluído com decisão ministerial	28-jul-14	Carlos António Lima Guerreiro Gonçalo Arez de Mascarenhas Figueiredo Pombeiro Helder Constantino Silveiro Barreto	Helder Constantino Silveiro Barreto	11-nov-14	9
369	30-dez-13	MAM-SEAIA	INIAV	Vogal	Concluído com decisão ministerial	22-set-14	António José Alves dos Santos Augusto José de Sousa Gouveia João Paulo do Rosário Ribeiro Lima	João Paulo do Rosário Ribeiro Lima	8-jan-15	9
370	31-dez-13	MAOTE/SEDR	CCDR Algarve	Presidente	Proposta enviada à tutela	30-out-14	David Jorge Mascarenhas dos Santos João Pedro Valadas da Silva Monteiro Maria do Rosário Mendonça Coelho			10
371	31-dez-13	MAOTE/SEDR	CCDR Algarve	Vice-Presidente	Proposta enviada à tutela	24-nov-14	Ana Margarida Leal dos Santos Magalhães Adriano João Leal Cardoso Guerra Nuno Pedro dos Santos Borges Marques			16

372	31-dez-13	MAOTE/SEDR	CCDR Algarve	Vice-Presidente	Proposta enviada à tutela	24-nov-14	Ana Margarida Leal dos Santos Magalhães Maria Valentina Filipe Coelho Calixto Nuno Pedro dos Santos Borges Marques			19
373	31-dez-13	MAOTE/SEDR	CCDR Alentejo	Presidente	Proposta enviada à tutela	20-out-14	António José Costa Romenos Dieb Francisco Augusto Batista Chalaça Joana Maria de Oliveira Neves			12
374	31-dez-13	MAOTE/SEDR	CCDR Alentejo	Vice-Presidente	Proposta enviada à tutela	2-dez-14	Joaquim Roberto Pereira Grilo Jorge Pulido Valente Rui Manuel Mourato Pires Mendes			19
375	31-dez-13	MAOTE/SEDR	CCDR Alentejo	Vice-Presidente	Proposta enviada à tutela	2-dez-14	Francisco Augusto Batista Chalaça Jorge Pulido Valente José Manuel Reboredo Pinto Leite			23
376	31-dez-13	MAOTE/SEDR	CCDR LVT	Presidente	Concluído com decisão ministerial	1-ab-14	Fernanda Maria Rosa do Carmo Julião Joana Maria de Oliveira Neves João Manuel Pereira Teixeira	João Manuel Pereira Teixeira	23-mai-14	19
377	31-dez-13	MAOTE/SEDR	CCDR LVT	Vice-Presidente	Proposta enviada à tutela	1-dez-14	Fernando Jorge do Nascimento Pires Nogueira Fernando Sousa Ferreira José Pedro Fernandes Barroso Dias Neto			28
378	31-dez-13	MAOTE/SEDR	CCDR LVT	Vice-Presidente	A decorrer					30
379	31-dez-13	MAOTE/SEDR	CCDR Centro	Presidente	Concluído com decisão ministerial	3-ab-14	Ana Maria Pereira Abruñosa António Manuel de Almeida dos Santos Queirós Joaquim Norberto Cardoso Pires da Silva	Ana Maria Pereira Abruñosa	23-mai-14	15
380	31-dez-13	MAOTE/SEDR	CCDR Centro	Vice-Presidente	Proposta enviada à tutela	17-dez-14	António Júlio da Silva Veiga Simão; João Manuel Casaleiro Carvalho Costa Luís Filipe Rui Oliveira Caetano.			26
381	31-dez-13	MAOTE/SEDR	CCDR Centro	Vice-Presidente	Proposta enviada à tutela	17-dez-14	António Júlio da Silva Veiga Simão; Jorge Miguel Marques de Brito Luís Filipe Rui Oliveira Caetano.			25
382	31-dez-13	MAOTE/SEDR	CCDR Norte	Vice-Presidente	A decorrer		Carlos Alberto Meireles Martins Eduardo Jorge do Paço Viana Nuno Augusto de Castro Azevedo Soares de Almeida.			37

383	31-dez-13	MAOTE/SEDR	CCDR Norte	Vice-Presidente	A decorrer		Carlos Alberto Sousa Duarte Neves; Fernando Manuel de Magalhães Teixeira Pinto Rosa Maria Rodrigues da Silva e Sousa Gómez Cortez.			44
10	10-jan-14	MAI	ANPC	Diretor Nacional de Bombeiros	A decorrer					4
11	10-jan-14	MAI	ANPC	Diretor Nac. de Recursos de Proteção Civil	A decorrer					6
12	10-jan-14	MAI	ANPC	Diretor Nac. de Planeam. de Emergência	A decorrer					9
13	10-jan-14	MAI	ANPC	Diretor Nac. de Auditoria e Fiscalização	A decorrer					13
25	12-fev-14	MF/SET	UTAM	Diretor	Concluído com decisão ministerial	18-jul-14	Fernando Manuel dos Santos Vigário Pacheco José Emilio Coutinho Garrido Castel-Branco José Miguel Antunes Fernandes	Fernando Manuel dos Santos Vigário Pacheco	12-ago-14	34
26	18-fev-14	PCM	DGLAB	Subdiretor-Geral	Suspensão					22
53	19-ag-14	MNE	Camões-ICL	Vice-Presidente	Proposta enviada à tutela	5-nov-14	Gonçalo de Vasconcelos Pereira e Silva Marques Maria Luísa Pinto Pacheco da Cruz Baganha Ricardo Alberto Gasiba Carrilho			18
56	15-set-14	MAI	SG-MAI	Secretário-Geral Adjunto	Proposta enviada à tutela	13-jan-15	Francisco José Pereira Monteiro Gomes João Paulo Mota da Costa Lopes José Francisco Carvalho Baptista			21
57	15-set-14	MAI	SG-MAI	Secretário-Geral Adjunto	Proposta enviada à tutela	18-dez-15	José Francisco Carvalho Baptista Maria Lídia Martins Francisco de Paula Jacob Ricardo Alberto Basiba Carrilho	Ricardo Alberto Basiba Carrilho	6-jan-15	20
58	15-set-14	MAI	SG-MAI	Secretário-Geral Adjunto	Proposta enviada à tutela	10-dez-14	José Francisco Carvalho Baptista Jorge Manuel Ferreira Miguéis Martim José Rosado Borges de Freitas	Jorge Manuel Ferreira Miguéis	6-jan-15	11
59	15-set-14	MAI	SG-MAI	Secretário-Geral Adjunto	Proposta enviada à tutela	3-dez-14	José Francisco Carvalho Baptista Maria Lídia Martins Francisco de Paula Jacob Teresa Maria Alvarez Lima Costa	Teresa Maria Alvarez Lima Costa	6-jan-15	32

61	24-set-14	SEADR	AC p/ as Migrações	Presidente	A decorrer					6
62	24-set-14	SEADR	AC p/ as Migrações	Vogal	A decorrer					19
63	1-out-14	MS	ARS Norte	Presidente	A decorrer		Álvaro Fernando Santos Almeida Fernando Alberto Alves José Miguel Dias Paiva e Costa			10
64	1-out-14	MS	ARS Norte	Vogal	A decorrer		Henrique Manuel da Silva Botelho Maria da Conceição Alves dos Santos Bessa Ruão Pinto Ponciano Manuel Castanheira de Oliveira			20
67	13-out-14	MS	ARS Alentejo	Presidente	A decorrer					67
68	13-out-14	MS	ARS Alentejo	Vogal	A decorrer					12
69	13-out-14	MS	ARS Alentejo	Vogal	A decorrer					19
70	17-out-14	MS	ARS Centro	Presidente	A decorrer					10
71	17-out-14	MS	ARS Centro	Vogal	A decorrer					16
72	11-nov-14	MS	IGAS	Inspetor-Geral	A decorrer					12
74	19-nov-14	MS	ARS LVT	Presidente	A decorrer					
75	19-nov-14	MS	ARS LVT	Vice-Presidente	A decorrer					
76	19-nov-14	MAOTE	LNEG	Presidente	A decorrer					
77	19-nov-14	MAOTE	LNEG	Vogal	A decorrer					
78	19-nov-14	MAOTE	LNEG	Vogal	A decorrer					

89	2-dez-14	MS	ARS Algarve	Vogal (2)	A decorrer					
90	6-dez-14	MS	Instituto Português Sangue e Transplantação	Presidente	A decorrer					
91	6-dez-14	MS	Instituto Português Sangue e Transplantação	Vogal	A decorrer					
92	1-dez-14	MS	ARS Algarve	Vogal (1)	A decorrer					



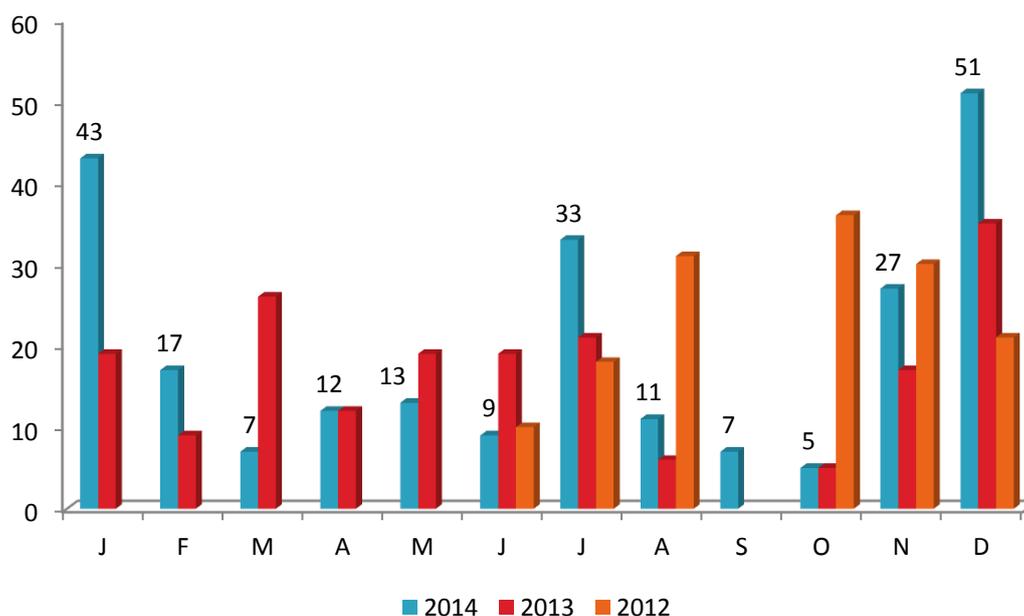


IV. Pareceres

4.1 Pareceres de adequação de perfil

A emissão de pareceres sobre adequação de perfil de gestores públicos e de dirigentes superiores para organismos ou cargos atípicos manteve-se a um ritmo constante ao longo de 2014, tal como se verificou nos anos anteriores.

Figura 26. Distribuição mensal dos pareceres sobre adequação de perfil, 2012-14



Fonte: CReSAP, 31 de janeiro de 2015

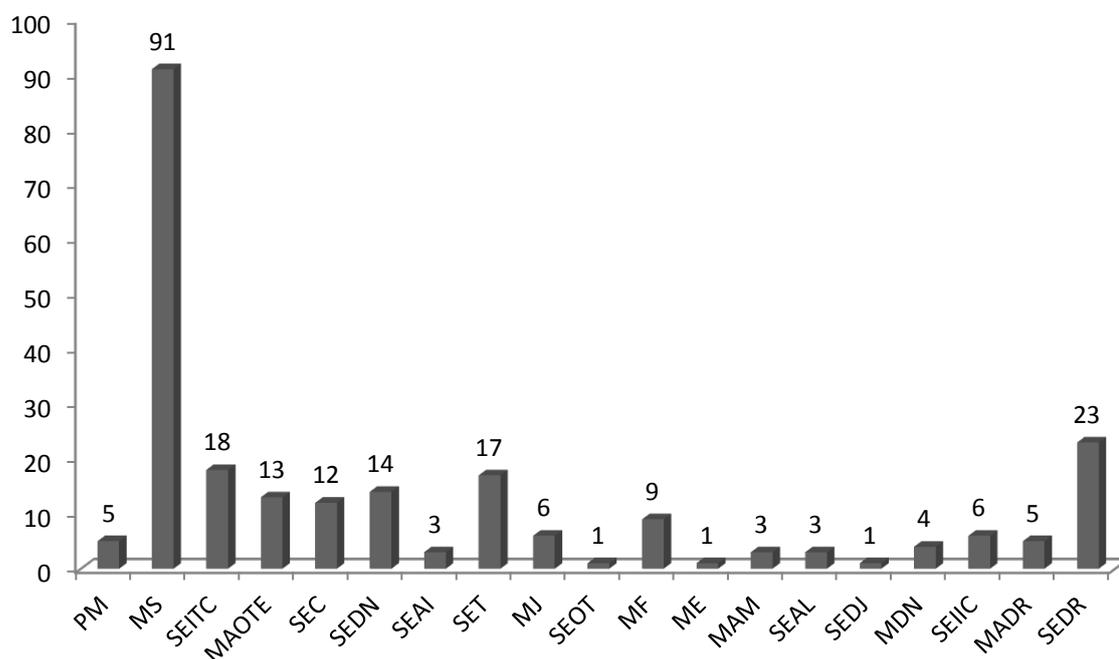
Ao longo de 2014 foram enviados 235 pareceres respeitantes a gestores públicos ou dirigentes superiores para 83 empresas públicas, cargos atípicos ou estruturas de missão, revelando uma taxa de crescimento na ordem dos 25%

face ao ano anterior (Figura 26). A Comissão Técnica Permanente emitiu 7 pareceres com reservas, e 10 outros referindo limitações.

Ainda que os pareceres sobre adequação de perfil ao cargo de gestor público tenham um carácter não vinculativo, o Governo tem aceite, na generalidade, as recomendações constantes dos mesmos; desde 2012, apenas num caso – exatamente no ano a que se refere o presente Relatório de Atividades - foi nomeada para o cargo em causa uma personalidade para a qual a CReSAP tinha emitido um parecer de “com reservas”.

A Figura 27 apresenta o peso relativo dos ministérios, ou secretarias de Estado, na formulação dos pedidos de parecer de adequação de perfil de gestores públicos, por organismo.

Figura 27. Distribuição dos pareceres sobre adequação de perfil solicitados por organismo, 2014 (%)



Fonte: CReSAP, 31 de janeiro de 2015

No que respeita ao género, os resultados obtidos são semelhantes aos relativos a dirigentes superiores de 1º grau. Conforme se pode ver na Figura 28, cerca

de 77% dos pareceres solicitados para personalidades indigitadas para o cargo de gestor público eram do sexo masculino.

Figura 28. Distribuição dos pareceres sobre adequação de perfil solicitados por género, 2014 (%)



O Quadro 4 apresenta, na sua globalidade, a listagem dos pareceres que foram solicitados à CReSAP; o extrato dos mesmos, incluindo a introdução e a conclusão, é divulgado no sítio oficial da CReSAP, cumprindo dessa forma o objetivo de transparência.

Quadro 4. Listagem dos pareceres solicitados e elaborados, 2014

Data de Receção	Entidade	Organismo	Candidatos	Resultado do parecer	
02-01-2014	Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações	Administração dos Portos do Douro e Leixões e Administração do Porto de Viana do Castelo	Emilio Fernando Brógueira Dias	Adequado	
			Amadeu Ferreira da Rocha	Adequado	
			Raquel Sofia Guimaraes de Matos Maia	Adequado	
02-01-2014	Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações	Administração dos Portos de Aveiro e Figueira da Foz	João Pedro Tarujo de Almeida Braga da Cruz	Adequado	
			José Manuel Oliveira Maia	Adequado	Com limitações
			João Begonha Borges	Adequado	Com limitações
02-01-2014	Ministério da Saúde	Centro Hospitalar Universitário de Coimbra	José Martins Nunes	Adequado	
			José Pedro Henriques Figueiredo	Adequado	
			António Pedro Araújo Lopes	Adequado	
			Pedro José Duarte Roldão	Adequado	

			António Manuel Marques	Adequado
07-01-2014	Ministério da Saúde	Centro Hospitalar de Tondela	Carlos Fernando Ermida Rebelo	Adequado
			Helena Isabel Duarte Pinho	Adequado
			Rúben Manuel Antunes Tavares	Adequado
			Rui Manuel Lopes de Melo	Adequado
			Maria Cassilda Pereira Neves	Adequado
08-01-2014	Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território	Empresa de Desenvolvimento Mineiro	Jorge Manuel Ferreira Carvalho	Adequado
08-01-2014	Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território	Costa Polis	Vitor Manuel Roque Martins dos Reis	Reservas
			Maria Manuela Araújo de Matos	Reservas
09-01-2014	Secretaria de Estado da Cultura	OPART -Organismo de Produção Artística	José António Nunes Mexia Costa Falcão	Adequado
15-01-2014	Secretaria de Estado da Cultura	OPART -Organismo de Produção Artística	Adriano Eurico Santiago Nogueira Jordão	Adequado
15-01-2014	Ministério da Saúde	Centro Hospitalar do Porto	Rui Manuel Oliveira Pedroso	Adequado
16-01-2014	Secretaria de Estado da Defesa Nacional	DEFAERLOC - Locação de Aeronaves Militares SA	Luís Miguel Rochartre Álvares	Adequado
16-01-2014	Secretaria de Estado da Defesa Nacional	Ribeira D'Atalaia - Soc. Imobiliária SA e Extra, SA	Francisco Jaime Baptista do Paço Quesado	Adequado
22-01-2014	Secretaria de Estado da Administração Interna	EMA - Empresa de Meios Aéreos	José Carlos dos Santos Teixeira	Adequado
			José Manuel de Sousa Pereira	Adequado
			Rui Pedro Oliveira Machado	Adequado
22-01-2014	Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território	Águas do Algarve SA	José Manuel Perdigão	Adequado
22-01-2014	Secretaria de Estado do Tesouro	Sociedade Gestora do Fundo Margueira Capital	Maria Isabel Nunes Fernandes	Adequado
22-01-2014	Ministério da Saúde	Centro Hospitalar Lisboa Norte	Júlio Paulo Candeias Pedro	Adequado
27-01-2014	Ministério da Saúde	Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia/Espinho	Silvério Santos Brunhoso Cordeiro	Adequado
			Ana Natividade Preto Marcos	Adequado
			Luís Filipe Ferreira da Cruz Matos	Adequado
			Luís Manuel Pereira de Almeida Costa	Adequado
27-01-2014	Ministério da Saúde	Centro Hospitalar de Leiria	Belmiro Manuel Pereira da Rocha	Adequado
			Hélder Manuel Matias Roque	Adequado
			Maria do Carmo Pereira Marques C. da Rocha	Adequado
			Maria Alexandra Liz Cardoso Tomás Borges	Adequado

			Licínio Oliveira de Carvalho	Adequado	
			Maria Emília da Silva Fernandes Fael	Adequado	
28-01-2014	Ministério da Justiça	Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses	João Emanuel Santos Pinheiro	Adequado	
			Mário João Rodrigues Dias	Adequado	
			Rui António da Cruz Vasconcelos Guimarães	Adequado	
04-02-2014	Ministério da Saúde	Serviços Partilhados do Ministério da Saúde	Henrique Manuel Gil Martins	Adequado	
			Rogério Pereira Rodrigues	Adequado	
			Artur Manuel Trindade Mimoso	Adequado	
05-02-2014	Ministério da Justiça	Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares de Justiça	Hugo Moreiras Marques Lourenço	Adequado	
05-02-2014	Ministério da Saúde	Instituto Português de Oncologia do Porto	Ana Filipa Simão Marques Cabral	Desistiu	
			José Maria Laranja Pontes	Adequado	
			Rosa Sousa Martins da Rocha Begonha	Adequado	
			Francisco Nuno Rocha Gonçalves	Adequado	
			Ilídio José Nunes de Oliveira Cadilhe	Adequado	
			Maria Isabel Dias Sequeira	Adequado	
10-02-2014	Secretaria de Estado da Cultura	OPART -Organismo de Produção Artística	João Pedro Júdice Rodrigues Consolado	Adequado	
12-02-2014	Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território	Algar – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA	José Macário Custódio Correia	Adequado	
25-02-2014	Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território	Saneste - Saneamento da Costa do Estoril, SA	Maria da Conceição de Santa Marta Granger Rodrigues	Adequado	
25-02-2014			Rui Manuel Gonçalves Lourenço	Adequado	
18-03-2014			Simone Ferreira Pio	Adequado	
25-02-2014	Secretaria de Estado da Defesa Nacional	EXTRA - Explosivos da Trafaria	Eduardo Jorge dos Santos Carvalho	Adequado	
25-02-2014	Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território	Simarsul - Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, SA	João Manuel de Jesus Lobo	Adequado	Com limitações
05-03-2014	Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza	Costa Pólis	José António Veríssimo Paulo	Adequado	Com limitações
11-03-2014	Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território	Águas da Região de Aveiro	Fernando Aureliano S. Coutinho Vasconcelos	Adequado	
11-03-2014	Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território	Águas Públicas do Alentejo	João Manuel da Costa Silva	Adequado	
11-03-2014	Ministério da	Centro Hospitalar de Trás-	Tiago Duarte de Oliveira Rua	Reservas	

14-03-2014	Saúde Secretaria de Estado da Defesa Nacional	os-Montes e Alto Douro EMPORDEF-Tecnologias de Informação	Carlos Alberto Salgado Félix	Adequado
25-03-2014	Ministério da Economia	Autoridade da Concorrência	Maria João Laureano Melicias Duarte	Adequado
01-04-2014	Ministério da Justiça	Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares de Justiça	Victor João de Vasconcelos Raposo Ribeiro Calvete	Adequado
04-04-2014	Secretaria de Estado da Defesa Nacional	IDD - Industria de Desmilitarização e Defesa	Eduardo Jaime Neto Filipe	Adequado
14-04-2014	Ministério da Saúde	Centro Hospitalar do Médio Ave	Norberto da Conceição Nunes Olindina Celeste Machado de Sá	Adequado Adequado
14-04-2014	Primeiro-Ministro	AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal	Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho Luís Filipe de Castro Henriques Pedro Ortigão Correia José Manuel Vital Morgado Pedro Maria Santos Pessoa e Costa	Adequado Adequado Adequado Adequado Adequado Adequado
14-04-2014	Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território	Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, SA	Miguel Santiago Aranda da Silva	Adequado
14-04-2014	Secretaria de Estado do Tesouro	Sagestamo- Sociedade Gestora de Participações Sociais Imobiliárias, SA	Francisco António Lobo Brandão Rodrigues Cal Maria João Alves Sineiro Costa	Adequado Adequado
02-05-2014	Secretaria de Estado do Tesouro	Estamo – Participações Imobiliárias, SA	Francisco António Lobo Brandão Rodrigues Cal Maria João Alves Sineiro Costa António Maria Sousa Monteiro Abecassis	Adequado Adequado Adequado Adequado
08-05-2014	Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território	Sociedade de Reabilitação Urbana – Porto Vivo	Álvaro Manuel Reia Santos	Adequado
12-05-2014	Ministério da Saúde	Centro Hospitalar do Médio Ave	José Miguel Dias Paiva e Costa	Adequado
13-05-2014	Secretaria de Estado da Defesa Nacional	Ribeira d'Atalaia, Extra e IDD - Industria de Desmilitarização e Defesa	José Pedro Vinhas da Silva Gentil Quina	Adequado
15-05-2014	Ministério da Saúde	Centro Hospitalar do Médio Tejo	Carlos Manuel Pereira Andrade Costa	Adequado
19-05-2014	Secretaria de Estado do Tesouro	Ambisider - Recuperações Ambientais, SA	Paulo Jorge Candeias Parreira Gonçalves Gamito Miguel Ângelo Bogalho de Araújo Filipe Alexandre de Matos Correia Marques	Adequado Adequado Adequado
29-05-2014	Ministério da Saúde	Centro Hospitalar do Médio Tejo	António José Horta Lérias Nelson Paulino da Silva	Adequado Adequado
16-06-2014			Bruno Miguel Santos Ferreira	Adequado

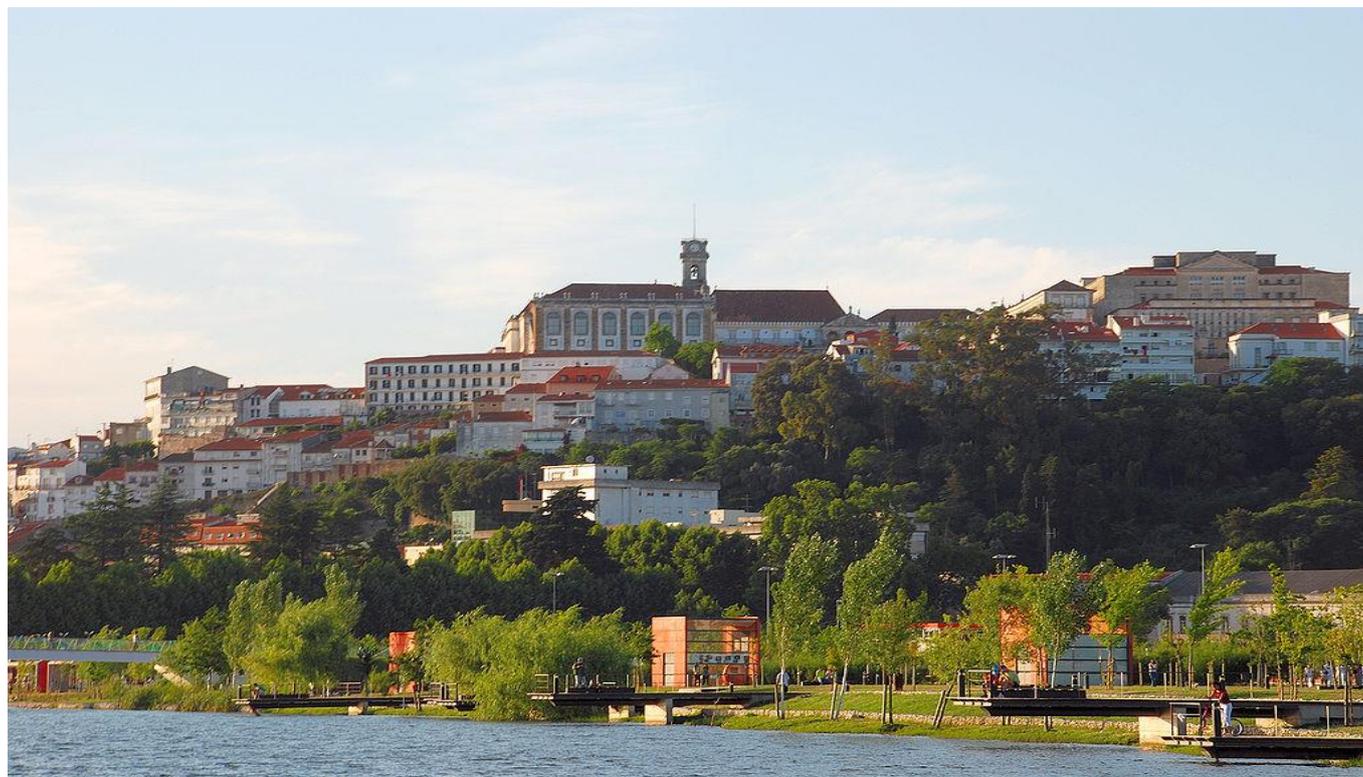
09-06-2014	Secretaria de Estado do Desporto e da Juventude	Autoridade Antidopagem de Portugal	Rogério Paulo de Jesus Lourenço Jóia	Adequado
12-06-2014	Secretaria de Estado da Defesa Nacional	Empordef - Tecnologias de Informação	Luís Miguel Rochartre Álvares	Adequado
17-06-2014	Secretaria de Estado do Tesouro	Imprensa Nacional Casa da Moeda	Rui Carlos Alvarez Carp	Adequado
			Rodrigo Fernandes Homem de Lucena	Adequado
			Gonçalo Nuno Mendes de Almeida Caseiro	Adequado
29-05-2014	Ministério da Saúde	Centro Hospitalar do Médio Tejo	Cristina Maria de Castro Gonçalves Horta Marques	Adequado
19-06-2014	Ministério da Defesa Nacional	Empordef – Engenharia Naval	João da Silva Catarino	Adequado
			Miguel Fernando Costa da Silva Pereira	Adequado
			José Luís Serra Rodrigues	Adequado
11-07-2014	Secretaria de Estado da Cultura	Teatro Nacional de S. João	Francisca Carneiro Fernandes	Adequado
			José Manuel Matos da Silva	Adequado
			Sandra Bela de Oliveira Martins	Adequado
14-07-2014	Ministério da Saúde	ACES - Arrábida	Pedro Nuno Miguel Baptista Lopes	Adequado
14-07-2014	Ministério da Saúde	ACES - Lezíria	Diana Faria dos Santos Leiria	Adequado
14-07-2014	Ministério da Saúde	ACES - Amadora	Vanessa Maria Gandra Esteves da Cunha Fernandes Pereira de Gouveia	Adequado
14-07-2014	Secretário de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade	FRME - Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial	Pedro Castelão de Almeida Sousa Matias	Adequado
			Henrique de Matos Parente	Adequado
			José Pedro Sequeira Costa	Adequado
16-07-2014	Secretaria de Estado da Defesa Nacional	Empordef – Empresa Portuguesa de Defesa	Eduardo Jorge dos Santos Carvalho	Adequado
			Luís Miguel Rochartre Álvares	Adequado
17-07-2014	Ministério da Saúde	ACES - Dão Lafões	Luís Manuel Chaves Soveral Botelho	Adequado
17-07-2014	Secretário de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade	Agência de Inovação	José Carlos Caldeira Pinto de Sousa	Adequado
			António Paulo Sá e Cunha	Adequado
			Miguel Botelho Gomes Barbosa	Adequado
17-07-2014	Ministério da Saúde	Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto	Maria Luisa Coutinho Pereira dos Santos	Adequado
			Maria de Fátima Campos de Sena e Silva Baptista	Adequado
			Victor José Tavares dos Reis Ágoas	Adequado
			Maria Cristina Correia Pires Carvalho	Adequado
17-07-2014	Secretário de	SPGM - Sociedade de	José Fernando Ramos de	

	Estado da Inovação, Investimento e Competitividade	Investimento	Figueiredo	Adequado	
			Miguel Jorge de Campos	Adequado	
			João Miguel Araújo de Sousa Branca	Adequado	
			Carlos Manuel Sales Abade	Adequado	
			António Carlos de Miranda Gaspar	Adequado	
21-07-2014	Secretaria de Estado da Defesa Nacional	ENVC - Estaleiros Navais de Viana do Castelo	Jorge Joaquim Crujo Camões		
			Eduardo Jorge dos Santos Carvalho		
			José Luís Serra Rodrigues		
21-07-2014	Ministério da Saúde	Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE	António Franklim Ribeiro Ramos	Adequado	
			António Manuel Monteiro Fradão	Adequado	
			Maria Fernanda Alves Araújo	Adequado	
			Maria Manuela Mota Duarte	Adequado	
			Maria do Céu Faia Galvão Pinto	Adequado	
19-08-2014			Pedro Miguel da Silva Morais	Adequado	Com limitações
21-07-2014	Secretaria de Estado do Tesouro	IGCP, E.P.E.	Cristina Maria Nunes da Veiga Casalinho	Adequado	
			António Abel Sancho Pontes Correia	Adequado	
22-07-2014	Ministério da Saúde	Agrupamento de Centros de Ave, Famalicão	Diana Carla Santos Moreira	Adequado	
05-08-2014	Ministério da Saúde	Agrupamento de Centros do Douro Sul	Helena Maria Martins Norinha Gomes Sobral	Adequado	
			Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso	Reservas	
06-08-2014	Secretaria de Estado da Defesa Nacional	Empordef , SGPS, SA	Miguel Melo Portugal Botelho de Sousa	Reservas	
19-08-2014	Ministério da Saúde	ACES Algarve II- Barlavento	Jorge Martins Lami Leal	Reservas	
06-08-2014	Ministério da Defesa Nacional	Empordef , SGPS, SA	Eduardo Jorge dos Santos Carvalho	Adequado	
29-08-2014	Ministério da Saúde	Administração Central do Sistema de Saúde	Rui dos Santos Ivo	Adequado	
			Rita Beza de Miranda Magalhães Collaço	Adequado	Com limitações
			Luís Filipe Ferreira da Cruz Matos	Adequado	
			Pedro Emanuel Ventura Alexandre	Adequado	
			Carla Alexandra Menezes Moutinho H. Gonçalo Catarino	Adequado	
01-09-2014	Secretaria de Estado do Tesouro	IGCP, E.P.E.	Maria Eduarda Vicente	Adequado	
11-09-2014	Secretaria de Estado do Tesouro	Comissão Liquidatária da Parque Expo	Jonh Michael Cracha do Souto Antunes	Adequado	
			João Manuel Pereira Afonso	Adequado	
11-09-2014	Secretaria de	IDD - Plataforma das	Miguel Melo Portugal Botelho de	Adequado	Com limitações

	Estado da Defesa Nacional	Industrias de Defesa	Sousa	
23-09-2014	Ministério da Saúde	ACES Douro Sul	Rui Manuel Tavares Dionísio	Adequado
24-09-2014	Ministério da Saúde	Centro Hospitalar Lisboa Norte	Miguel Oliveira Silva	Adequado
24-09-2014	Ministério da Saúde	Centro Hospitalar Médio Tejo	Carlos Alberto Coelho Gil	Adequado
01-10-2014	Ministério da Saúde	Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia/Espinho	António José Ramalho Monteiro	Adequado
08-10-2014	Secretário de Estado da Administração Local	Fundo de Apoio Municipal	Miguel Ângelo da Cunha Gonçalves de Almeida	Adequado
08-10-2014	Ministério da Agricultura e do Mar	Programa de Desenvolvimento Rural	Carla Maria Lamego Ribeiro Patrícia Maria Albino Cotrim	Adequado
15-10-2014			Maria Alexandra Aguiar Lopes de Correia Diniz	Adequado
04-11-2014	Secretário de Estado da Administração Local	Fundo de Apoio Municipal	Manuel Moreira Claro	Adequado
06-11-2014	Ministério da Saúde	ACES Oeste Norte	Ana Maria Silva Azenha Pisco	Adequado
06-11-2014	Ministério da Saúde	ACES Sintra	Ana Maria Fortuna Andrade	Adequado
13-11-2014	Secretaria de Estado da Cultura	Teatro Nacional D. Maria II	Miguel Alcobia de Moraes Sarmiento Honrado	Adequado
24-11-2014	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional	Programa Operacional Regional do Centro	Isabel Damasceno Vieira de Campos	Adequado
24-11-2014	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional	Programa Operacional Capital Humano	Jorge Manuel Bastos Brandão Pedro Miguel Valentim Taborda	Adequado
24-11-2014	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional	Programa Operacional Regional do Alentejo	Alexandra Vilela Félix Esménio António Francisco Costa da Silva	Adequado
24-11-2014	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional	Programa Operacional Regional de Lisboa	Filipe José Guerreiro Palma	Adequado
24-11-2014	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional	Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego	Fernando Sousa Ferreira Maria Teresa Mourão de Almeida	Adequado
24-11-2014	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional	Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego	Domingos Jorge Ferreira Lopes Maria Manuela Félix Florêncio Bessone Mauriti	Adequado
24-11-2014	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos	Ana Isabel Machado Lopes Sampaio de Pinho Helena da Conceição Pinheiro Lourenço de Azevedo	Reservas
26-11-2014	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos	José Roque de Pinho Marques Guedes	Adequado
26-11-2014	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional	Estrutura de Missão "Portugal Inovação Social"	Cristina Vaz Tomé Filipe Manuel Simões dos Santos	Adequado
26-11-2014	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional	Programa Operacional Regional do Norte	Carlos Manuel Duarte Oliveira	Adequado

	Desenvolvimento Regional		António Henrique Machado Capelas	Adequado
26-11-2014	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional	Programa Operacional Competitividade e Internacionalização	Rui Manuel Vinhas da Silva	Adequado
			Jaime Serrão Andrez	Adequado
			Francisco Maria Burgete de Sousa Soares	Adequado
26-11-2014	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional	Programa Operacional Regional do Algarve	Efigénio da Luz Rebelo	Adequado
			Jorge Manuel do Nascimento Botelho	Adequado
15-12-2014	Ministério das Finanças	Instituição Financeira de Desenvolvimento	Alberto João Coraceiro de Castro	Adequado
			Richard F. Pelly	Adequado
			José Fernando Ramos de Figueiredo	Adequado
			Ricardo Jorge da Fonseca Luz	Adequado
			Elisio Fernando Moreira Brandão	Adequado
			Maria João de Freitas Arriscado Nunes	Adequado
			Eduardo Miguel Vicente de Almeida Cardadeiro	Adequado
19-12-2014			Maria Estela Guedes Barbosa Rodrigues de Magalhães Barbot	Adequado
19-12-2014			Altina Sebastian Gonzalez	Adequado
15-12-2014	Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações	Estradas de Portugal e Refer - Rede Ferroviária Nacional	António Manuel Palma Ramalho	Adequado
			José Luís Ribeiro dos Santos	Adequado
			José Serrano Gordo	Adequado
			Alberto Manuel de Almeida Diogo	Adequado
			Vanda Cristina Loureiro Soares Nogueira	Adequado
			José Caros de Abreu e Couto Osório	Adequado
			Adriano Rafael de Sousa Moreira	Adequado
18-12-2014	Ministério da Saúde	ACES do Barlavento Algarvio	Leonor Pera Bota Nunes	Adequado
18-12-2014	Secretaria de Estado da Cultura	Teatro Nacional D. Maria II	Sofia Pacheco de Campos Carvalho	Adequado
			Cláudia Sofia de Oliveira Belchior	Adequado
19-12-2014	Ministério da Saúde	Instituto Português de Oncologia de Coimbra	Paula Cristina Silva Dias Sanches Pinto Alves	Adequado
			Carlos Manuel Gregório dos Santos	Adequado
			Manuel António Leitão da Silva	Adequado
			Maria da Soledade Correia Neves	Adequado
19-12-2014	Ministério da Saúde	Unidade Local de Saúde do Nordeste	António Alberto Coelho Marçõa	Adequado

			Domingos António Veiga Fernandes	Adequado	
			Sílvia Maria Amaral da Costa	Adequado	
			Aida da Conceição Domingos Palas	Adequado	
			Ângela Maria Meireles Moás Prior	Adequado	
23-12-2014	Secretaria de Estado da Cultura	OPART - Organismo de Produção Artística	José Albino Soares Guedes Monterroso Teixeira	Adequado	
			Henrique Daniel Dias Pinto Ferreira	Adequado	
			Carlos Manuel dos Santos Vargas	Adequado	
23-12-2014	Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações	Metropolitano de Lisboa, Carris, Transtejo e Soflusa	Rui Lopes Loureiro	Adequado	
			Pedro Gonçalo de Brito Aleixo Bogas	Adequado	
			Tiago Alexandre Carvalho dos Santos	Adequado	Com limitações
			Maria Manuela Bruno de Figueiredo	Adequado	Com limitações
			José Rui Roque	Adequado	
23-12-2014	Ministério da Saúde	Hospital Distrital da Figueira da Foz	Pedro Nuno Figueiredo dos Santos Beja Afonso	Adequado	
			José António Albino Gonçalves e Silva	Adequado	
			José Alves Grilo Gonçalves	Adequado	
			Anabela Martins Moreira Salgado Serra	Adequado	
24-12-2014	Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional	LUSA - Agência de Notícias de Portugal, SA	Maria Teresa Prata Macias Marques	Adequado	
			Rogério Manuel Carniceiro Pereira Gomes		Sem requisitos necessários
			Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	Não precisa parecer	Indicado pelos acionistas privados
			José Carlos Barbosa Lourenço	Não precisa parecer	Indicado pelos acionistas privados
			João Silveira Lobo	Adequado	
24-12-2014	Ministério da Agricultura e do Mar	Programa de Desenvolvimento Rural	Maria Amélia Sarmento Gouveia Osório de Aragão Gomes Ferreira	Adequado	Com limitações
26-12-2014	Ministério da Saúde	Centro Hospitalar Baixo Vouga, EPE	José Abrantes Afonso	Adequado	
			Rosa Maria Tomás da Conceição	Adequado	
			Célia Maria Ferreira Tavares Cravo	Adequado	
			Paulo Manuel da Graça Ferreira	Adequado	
			Carlos Jorge Cardoso Simões	Adequado	



V. Recursos Humanos

5.1 Colaboradores

A CReSAP não dispõe de mapa de pessoal.

Conta, no entanto com o apoio de um pequeno grupo de colaboradores, muito motivados e de grande eficiência, sem os quais não teria, de todo, sido possível desempenhar as funções que lhe são cometidas.



Não pode deixar de se sublinhar, e reconhecer, o apoio fundamental do jornalista Carlos Pires na assessoria da imprensa, com quem se conta na sequência de um pedido de colaboração feito ao Infarmed, no âmbito da mobilidade interna.

A Comissão para o Recrutamento e Seleção para a Administração Pública contou, em 2014, com quatro colaboradores, três dos quais prestam apoio secretarial, cabendo-lhes ainda a responsabilidade de assegurar toda a gestão processual dos procedimentos concursais:

- Maria Isabel Soares, desde Maio de 2012;
- João Estrella, desde Setembro de 2012;
- Dr^a Isália Casimiro, desde Maio 2013,

Desde Maio de 2012, Francisco Santos presta apoio á CReSAP enquanto motorista.



A Secretaria-Geral do Ministério das Finanças apoia administrativa e tecnicamente o funcionamento da CReSAP, com particular relevo nas áreas financeira, logística e patrimonial. Ao longo de 2014, a atitude positiva, ativa e colaborante tem-se mantido constante, atentas as dificuldades pontualmente sentidas. Os seus serviços, e em particular, a Dr^a Paula Cristina Leal, Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Financeira e a Dr^a Conceição Ribeiro, Chefe de Divisão de Gestão de Aprovisionamento e Património, têm prestado um significativo apoio à CReSAP; agradece-se ainda à Dr^a Rute Pinto e à Dr^a Maria de Jesus Ramalho, respetivamente nas áreas da gestão de recursos humanos e relações públicas, bem como ao sr. Carlos Ventura a colaboração ativa no que respeita às viaturas de serviço.

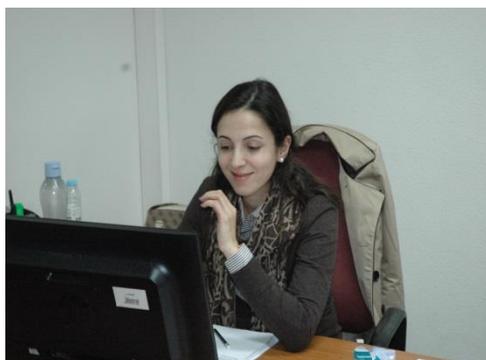
A Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, nos termos da Lei nº 64/2011 de 22 de dezembro, presta apoio técnico e operacional à CReSAP, sempre que solicitado e nos termos a definir em regulamento. Ainda que não regulamentado, a CReSAP reconhece, e agradece, a colaboração prestada pela Dr^a Mafalda Santos, Diretora-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas. O apoio técnico administrativo de João Estrella, e da Dr^a Isália Casimiro a partir de maio de 2013, deve-se à Direção – Geral da Administração e do Emprego Público, que o disponibilizou e manteve ao longo de 2014.

A colaboração de Maria Isabel Soares e de Francisco Santos foi tornada possível pelo Ministério da Administração Interna e pela Secretaria Geral do Ministério das Finanças.

Ao longo de 2013, e em particular no último trimestre, a acumulação de trabalho e o esforço exigido em resultado da enorme acumulação de pedidos de abertura de procedimentos concursais, tornou-se quase insustentável.

Neste quadro, foi possível materializar, a partir de 29 de novembro de 2013, contando com a significativa colaboração da Secretaria-Geral do Ministério das Finanças, o apoio de duas estagiárias do PEPAC (2.^a fase), nomeadamente a Dr^a Susana Catarina Roxo Fernandes e a Dr^a Ana Raquel dos Santos Oliveira, cujo apoio não pode deixar de se reconhecer e sublinhar.

Infelizmente, não se encontrou uma forma de manter a sua colaboração, mas fica aqui expresso o agradecimento pela forma correta e eficiente com que colaboraram com a CReSAP, e o reconhecimento expresso e público da qualidade, seriedade e profissionalismo com que sempre desempenharam as suas funções.



VI. Outra Informação Relevante



6.1 Remunerações

Apenas o Presidente e os vogais permanentes da CReSAP são remunerados, de acordo com o estatuto remuneratório abaixo indicado; os vogais não permanentes, suplentes e peritos não auferem qualquer remuneração na CReSAP.

O apoio tanto da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público quanto do Infarmed inclui a remuneração dos colaboradores Dr^a Isália Casimiro, João Estrella e Carlos Pires, suportada por cada uma das entidades referidas.

Estatuto remuneratório (mensal) :

1. Presidente da CReSAP : Remuneração base: 5.436,61 €
Despesas de representação: 2.174,61€
2. Vogais permanentes : Remuneração base: 4.892,96 €
Despesas de representação: 1.957,18€

Sobre estas remunerações e despesas de representação recaem as reduções previstas na lei, que atualmente correspondem a 12% (Lei nº 83-C/2013, art. 33º).

Tanto o Presidente como os vogais permanentes têm direito a telemóvel, com um plafond de 80 €.

A CReSAP, ao longo de 2014, utilizou um parque automóvel com três viaturas, das quais uma cedida pela Secretaria-Geral do Ministério das Finanças e outra pela ex-Inspeção-Geral da Ciência e do Ensino Superior.

6.2 Ética e Códigos de Conduta

A CReSAP, no seu funcionamento, segue os Dez Princípios Éticos da Administração Pública, a saber:

Princípio do Serviço Público - Os funcionários encontram-se ao serviço exclusivo da comunidade e dos cidadãos, prevalecendo sempre o interesse público sobre os interesses particulares ou de grupo.

Princípios da Legalidade - Os funcionários atuam em conformidade com os princípios constitucionais e de acordo com a lei e o direito.

Princípio da Justiça e da Imparcialidade - Os funcionários, no exercício da sua atividade, devem tratar de forma justa e imparcial todos os cidadãos, atuando segundo rigorosos princípios de neutralidade.

Princípios da Igualdade - Os funcionários não podem beneficiar ou prejudicar qualquer cidadão em função da sua ascendência, sexo, raça, língua, convicções políticas, ideológicas ou religiosas, situação

económica ou condição social.

Princípios da Proporcionalidade - Os funcionários, no exercício da sua atividade, só podem exigir aos cidadãos o indispensável à realização da atividade administrativa.

Princípio da Colaboração e da Boa Fé - Os funcionários, no exercício da sua atividade, devem colaborar com os cidadãos, segundo o princípio da Boa-fé, tendo em vista a realização do interesse da comunidade e fomentar a sua participação na realização da atividade administrativa.

Princípio da Informação e da Qualidade - Os funcionários devem prestar informações e/ou esclarecimentos de forma clara, simples, cortês e rápida.

Princípios da Lealdade - Os funcionários, no exercício da sua atividade, devem agir de forma leal, solidária e cooperante.

Princípios da Integridade - Os funcionários regem-se segundo critérios de honestidade pessoal e de integridade de carácter.

Princípio da Competência e Responsabilidade - Os funcionários agem de forma responsável e competente, dedicada e crítica, empenhando-se na valorização profissional.

6.3 Divulgação da Informação

A CReSAP cumpre o dever de divulgação da informação.

A 12 de fevereiro de 2014 a CReSAP respondeu de forma detalhada às questões colocadas pelos senhores deputados, prestando assim contas da sua atividade à Assembleia da República, no âmbito das competências acometidas à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública.

No sítio eletrónico www.cresap.pt são disponibilizados indicadores de gestão, relatórios de atividade, planos de atividade e atas das reuniões.

São ainda disponibilizados, na íntegra, todos os regulamentos sobre os quais a atividade se suporta, bem como os documentos que explicitam o Questionário de Autoavaliação, informando sobre cada um dos critérios e subcritérios de desempenho. É divulgado um documento que procura sensibilizar potenciais candidatos para a análise dos perfis comportamentais utilizada pelos juris dos procedimentos concursais. Para todos os concursos abertos é divulgado, na íntegra, o respetivo Edital, conforme a consulta do sítio eletrónico permite confirmar.

A CReSAP divulga, finalmente, de forma sucinta, os relatórios de adequação produzidos com vista à designação de gestores públicos, permitindo a qualquer interessado tomar conhecimento do sentido do parecer em causa. São igualmente divulgadas as propostas de designação relativas a cada um dos procedimentos concursais, deliberadas pelos respetivos júris, e enviadas à tutela.

No sentido de equacionar o direito ao sigilo por parte dos candidatos com a prestação transparente de informações relevantes, a CReSAP procurou, ao longo de 2014 alargar a sua atuação.

Os candidatos têm conhecimento antecipado de todos os critérios utilizados pelo júri, e respetivas ponderações, têm acesso ao seu teste de perfil comportamental, às atas das diversas reuniões do júri, e à classificação obtida na primeira fase do concurso. Conhecem ainda as classificações obtidas em sede de entrevista, e respetivas justificações. Por outro lado, a CReSAP tem sempre respondido positivamente às questões colocadas pelos media, divulgando estatísticas diversas e prestando esclarecimentos.

Não pode deixar ainda de se sublinhar que a experiência da CReSAP começa já a ser conhecida no contexto internacional.

Destaca-se a visita à CReSAP, no dia 9 de abril, de uma delegação chefiada pelo diretor-geral da Administração Pública de Cabo Verde, Dr. Gerson Soares. Tratava-se de conhecer o modelo e procedimentos da CReSAP, no contexto da discussão sobre a introdução em Cabo Verde de um sistema de recrutamento e seleção meritocrático para a alta administração pública.

De forma análoga, a CReSAP foi visitada por uma delegação da Espanha, presidida pelo diretor do INAP – Instituto Nacional de Administración Pública, Prof. Manuel Arenilla. Ao longo do dia 2 de junho, o quadro legal e os procedimentos de recrutamento e seleção da CReSAP foram apresentados e analisados, no quadro de um interesse muito significativo revelado pela delegação espanhola.

Na sequência dessa visita, a CReSAP, através do seu Presidente, veio a ser convidada pelo INAP para participar no V Congresso Internacional de Gestão, Administração e Políticas Públicas, no dia 1 de outubro, apresentando a experiência portuguesa.

6.4 Comunicação Social

A atividade desenvolvida pela CReSAP - quer no que respeita aos pareceres solicitados pelo Governo no âmbito dos gestores públicos, quer em matéria de concursos – mereceu, por parte da comunicação social, ao longo de 2014, um interesse permanente.

A analisar pelas inúmeras solicitações de pedidos de informação, pela quantidade de notícias que foram sendo publicadas e, em particular, pelo destaque que muitas delas mereceram, bem poderá compreender-se a importância atribuída ao trabalho desta Comissão.

Apesar do elevado número de solicitações, não há notícia de que a informação não tenha sido disponibilizada, dada fora de tempo ou de algum reparo que a comunicação social tenha feito neste contexto. Este

facto traduz a política de transparência adotada pela CReSAP, desde o seu início.

Entre as notícias mais destacadas, é de salientar, nomeadamente:

- a repetição do Aviso de Abertura do concurso para diretor-geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, por falta de três nomes com mérito para enviar ao Governo;
- a *short-list* dos três nomes selecionados na segunda fase do concurso para diretor-geral da Autoridade Tributária e Aduaneira (“Consultor de Cavaco Silva na corrida para a liderança do Fisco” (escrevia o “Diário Económico” na sua edição de 24 de junho, no que foi seguido pela generalidade dos órgãos de comunicação social);
- as 323 candidaturas dos concursos para lugares de liderança nas cinco Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR);
- as correções feitas pelo júri aos perfis dos cargos a concurso propostos pelo Governo (“Mexemos em 50 por cento dos perfis que vêm dos ministérios”, destacou o “Expresso”, citando o presidente da CReSAP);
- o parecer da CReSAP para o atual presidente da AICEP; as críticas do Provedor de Justiça à CReSAP;
- o atraso nas nomeações, por parte de alguns ministros (“Governo tem 61 dirigentes públicos por nomear há mais de três de meses”, destacou o “Público” na sua edição de em 2 de dezembro);
- o balanço das atividades da CReSAP em 2014, replicado pela “Lusa” em 12 de dezembro (“concluídos mais de 80 por cento dos concursos para dirigentes da administração pública”).

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Concursos João Bilhim, presidente da CRESAP, quer evitar que os concursos para dirigentes sejam formatados à medida

“Mexemos em 50% dos perfis que vêm dos ministérios”

Até agora houve 15 reclamações

Texto SÔNIA M. LOURENÇO
Ilustração PAULO BUCHINHO

o número é redondo: “Em 50% dos casos mexemos na definição do perfil que vem dos ministérios”, revela João Bilhim, presidente da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CRESAP). Com um objetivo claro: evitar que os concursos para dirigentes de topo da Administração Pública sejam formatados à medida de alguém. “A tentativa é sempre alargar”, frisa. Um exemplo é a menção de uma licenciatura muito específica como requisito preferencial para determinado cargo. Um “afinamento” que rejeita.

A CRESAP é responsável por recrutar e selecionar os dirigentes superiores da Administração Pública (em cada concurso chega a três nomes que considera terem mérito para o lugar, tendo o Governo de nomear um deles) e avaliar os nomes propostos pelo Governo para a administração

das empresas públicas (parecer não vinculativo que, até agora, foi sempre seguido pelo Executivo). Foi criada no final de 2011, na sequência de uma promessa eleitoral de Pedro Passos Coelho, com o objetivo de dar racionalidade técnica às nomeações e estabelecer uma cultura de meritocracia, porque se considera que estes cargos são técnicos e não políticos.

“Não somos comissão de saneamento, como parece desejarem uns, nem comissão de branqueamento, como pode parecer aspirarem outros”, frisa João Bilhim. A comissão “certifica competências e qualidade”. E reconhece que vai “aprendendo”. “Só uma vez incluí na lista final um candidato que estava no limite do mérito. Tive o azar de que foi mesmo esse o escolhido pelo Governo para o lugar e, portanto, nunca mais o faço”.

Provedoria aponta críticas

Até agora, a CRESAP recebeu 15 reclamações, para um universo de 371 concursos e um total de 5303 candidatos. No âmbito dos gestores públicos, a comissão já deu 460 pareceres, 33 deles negativos. Nenhuma reclama-

ção em relação a concursos chegou a tribunal, onde havia apenas um caso, relativo a parecer sobre um gestor público, que foi arquivado.

Henrique Pereira dos Santos, arquiteto paisagista, é um dos reclamantes. Concorreu à presidência do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas e não ficou na lista final. Muitas das suas críticas “são de processo”, diz. Normalmente, a CRESAP “não mostra quem concorreu — apenas são tornados públicos os três nomes enviados ao Governo — e foram montadas regras que ninguém consegue delinir”. Este sigilo já mereceu pareceres críticos da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) e deu origem a um ofício de instrução da Provedoria de Justiça, onde tinham chegado várias reclamações. “Encontram-se fundamentadas, em regra, as pretensões dos reclamantes”, diz a Provedoria. João Bilhim responde que as recomendações serão tidas em “alta consideração” e analisadas “com todo o cuidado”. Mas sentença judicial que contrarie os atos da CRESAP, pertence a esta entidade administrativa independente.

slourenco@imprensa.pt



A COMISSÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM NÚMEROS

371

é o número de concursos, lançados ou concluídos, para dirigentes superiores da Administração Pública, desde a criação da CRESAP, no final de 2011

5303

candidatos já participaram nos concursos lançados pela CRESAP desde a sua criação, no final de 2011

227

foram os concursos já concluídos, perfazendo 681 nomes propostos ao Governo (três por concurso)

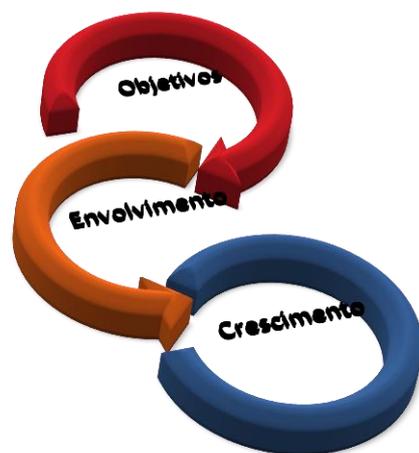
15

reclamações foram recebidas pela CRESAP relativas a concursos, num universo de 5303 candidaturas. Nenhuma chegou a tribunal

68,3%

é a proporção de homens entre os nomes enviados à tutela nas propostas de nomeação. As mulheres perfazem apenas 31,7%

VII. Autoavaliação da CReSAP



7.1 Autoavaliação

A Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública constitui uma experiência nova no quadro da administração pública portuguesa. Desde maio de 2012, foi necessário, e urgente, definir modelos, criar procedimentos, cumprir os objetivos iniciais colocados pelo Governo – proceder a todas as ações de recrutamento e seleção para a alta administração pública, e divulgar publicamente os resultados, num contexto ainda muito marcado por uma cultura de *patronage*.

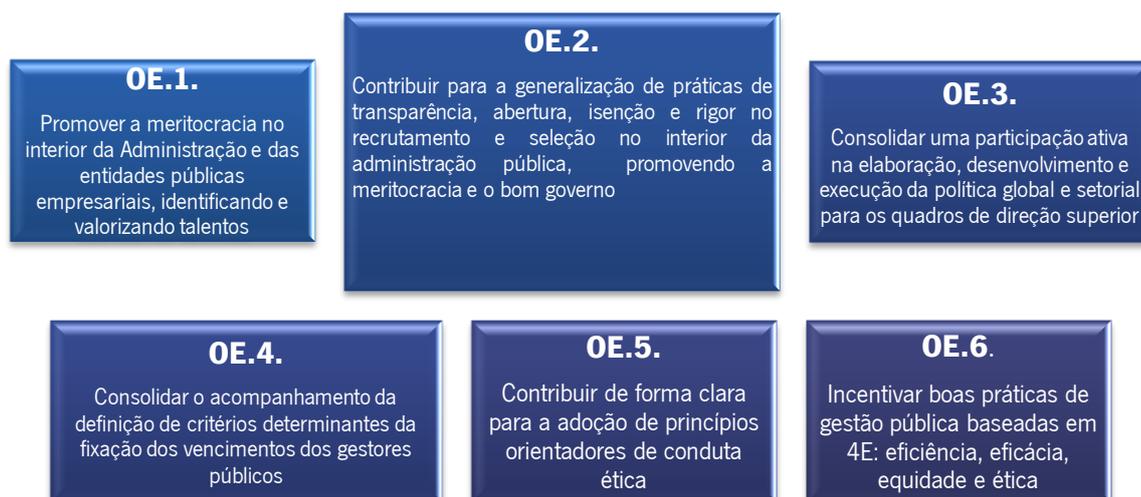
No entanto, é necessário também que sejam criados, e implementados, mecanismos internos que permitam a monitorização ao longo de cada ano, por motivos que se prendem com o controlo de gestão e com a pública prestação de contas, mas também por forma a assegurar um esforço constante de melhoria contínua no desempenho organizacional, permitindo um diagnóstico eficaz das dificuldades na prossecução dos objetivos e a melhor adequação dos processos ao resultado que a CReSAP pretende atingir:

recrutar e selecionar a direção superior da Administração Pública com isenção, rigor e independência, promovendo o bom governo e a meritocracia .

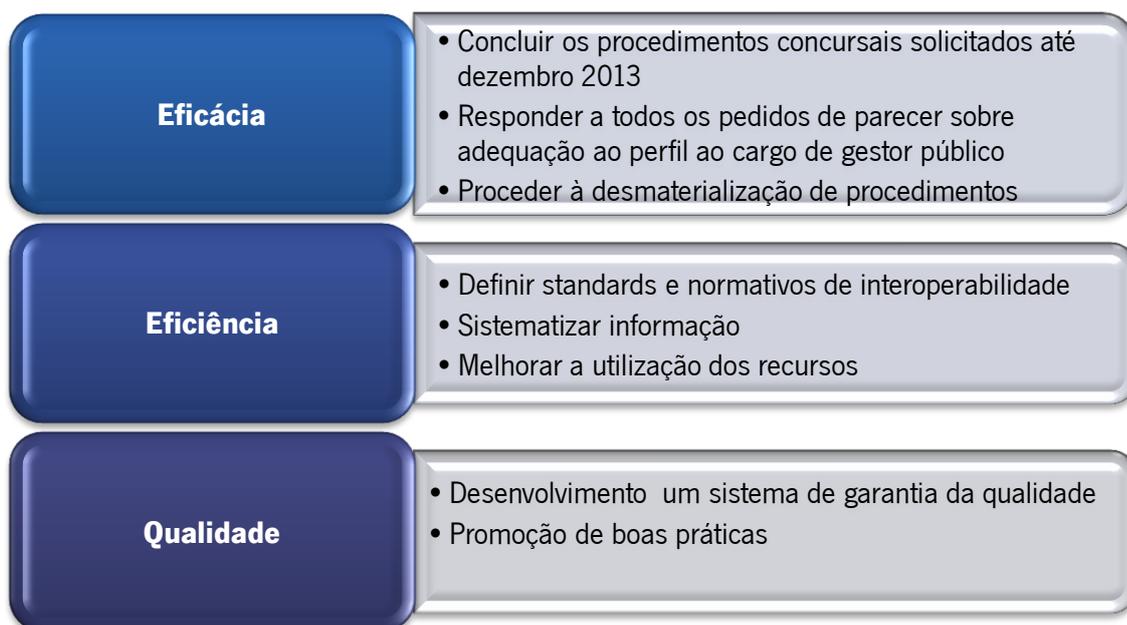
A autoavaliação do desempenho da CReSAP, que aqui se sumaria por referência ao Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) de 2014, constitui uma primeira fase, que importa aprofundar ao longo de 2015; nos termos da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, devem

ser evidenciados os resultados alcançados, bem como os desvios verificados.

Os objetivos estratégicos da CReSAP decorrem do quadro legislativo e regulamentar, e estão apresentados no QUAR; reportam ao período entre 2012 e 2017, e apresentam-se aqui de novo:



O QUAR da CReSAP para 2014 previu 8 objetivos operacionais, definidos de acordo com os parâmetros de eficácia, eficiência e qualidade, tendo sido definidos indicadores para cada um:



Nos termos da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, na sua redação atual, a autoavaliação deve tornar claros os resultados alcançados, bem como os desvios verificados de acordo com o QUAR. O Quadro 5 apresenta, de forma sucinta, os resultados apurados.

Quadro 5. Quar 2014, Resultados

Classificação	Número de objetivos	Identificação dos objetivos do QUAR
Superados	3 objetivos	Objetivo de Eficácia: Indicadores 1,3 e 4
Atingidos	7 objetivos	Objetivo de Eficácia: Indicador 5 Objetivo de Eficiência: Indicadores 6, 7 8 e 10 Objetivo de Qualidade: Indicadores 12 e 13
Não atingidos	3 objetivos	Objetivo de Eficácia: Indicador 2 Objetivo de Eficiência: Indicadores 9 e 11

O número de candidatos avaliados em 2014 reflete, conforme já explicitado, o número de candidatos que se apresentaram a procedimentos concursais abertos ainda em 2013, fundamentalmente nos últimos meses, cumprindo o disposto na lei. Talvez porque o número de procedimentos concursais publicados em Diário da República só em dezembro de 2013 rondou os 180, o número total de candidatos foi de facto inferior ao que se poderia ter vindo a registar. Não pode deixar de se considerar que quanto maior for o número de candidatos, melhor poderá vir a ser o resultado final, mas na verdade trata-se de um processo de mudança que exige o seu tempo.

A institucionalização da CReSAP, com instrumentos de gestão estabilizados não está certamente concluída; 2012 e 2013 foram os anos em que se procedeu ao desenho organizacional e se implementou o modelo, mas 2014 foi marcado pela urgência de cumprir o disposto na lei, procedendo a um extraordinário número de concursos. Nesse âmbito, foi um ano que se não repetirá, excepcional portanto, e que exigiu uma elevada concentração de meios e quase total atenção e disponibilidade.

Ainda assim, procedeu-se a um rigoroso planeamento das atividades que iam sendo desenvolvidas, foi desenvolvido um sistema de repositório digital a implementar, e alteraram-se procedimentos internos por forma a responder positivamente às solicitações da Provedoria de Justiça e da Comissão Nacional de Dados. Neste sentido, e ainda que do ponto de vista estritamente técnico se considerasse como relevante seguir as boas práticas internacionais no que respeita à confidencialidade dos dados de quem se candidata, passou a ser dada toda a informação a quem a solicite, indivíduos ou media.

QUADRO DE AVALIAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO - 2014

COMISSÃO PARA O RECRUTAMENTO E SELEÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Missão:

Recrutar e seleccionar candidatos para cargos de direcção superior da administração pública

OBJECTIVOS OPERACIONAIS (OO)	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADORES	ANO 2013	ANO 2014 META	PESO	PONDERAÇÃO	RESULTADO	CLASSIFICAÇÃO			DESVIO (%)
								Superou	Atingiu	Não atingiu	
OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS (OE) 2012-2017:											
OE I	Promover a meritocracia no interior da Administração e das entidades públicas empresariais, identificando e valorizando talentos										
OE II	Contribuir para a generalização de práticas de transparência, abertura, isenção e rigor no recrutamento e seleção no interior da administração pública, promovendo a meritocracia e o bom governo										
OE III	Consolidar uma participação ativa na elaboração, desenvolvimento e execução da política global e setorial para os quadros de direcção superior										
OE IV	Consolidar o acompanhamento da definição de critérios determinantes da fixação dos vencimentos dos gestores públicos										
OE V	Contribuir de forma clara para a adoção de princípios orientadores de conduta ética										
OE VI	Incentivar boas práticas de gestão pública baseadas em 4E: eficiência, eficácia, equidade e ética										
EFICÁCIA											
50%											
Concluir os procedimentos concursais solicitados até dezembro de 2013	OE I OE II OE VI	Número de procedimentos concursais concluídos	85	280	50%	40%	282 *	X			0,71
		Número de candidatos avaliados	2930	6500	50%	30%	5544**			X	-14,71
Responder a todos os pedidos de parecer sobre adequação ao perfil ao cargo de gestor público	OE I OE II OE VI	Número de pedidos	49	35	50%	5%	102	X			191,43
		Número de pessoas sobre quem foi emitido parecer	188	100	50%	20%	235	X			135
Proceder à desmaterialização de procedimentos	OEVI	Desenvolvimento de software de gestão de repositórios digitais		1	100%	5%	1		X		0
EFICIÊNCIA											
20%											
Definir standards e normativos de interoperabilidade	OE VI	Normas de planeamento das atividades	-	1	30%	10%	1		X		0
		Definir procedimentos de divulgação de resultados		1	70%	30%	1		X		0
Sistematizar informação	OE II OE VI	Elaboração e manutenção de bases de dados	-	1	50%	30%	1		X		0
		Elaboração de estatísticas mensais	-	1	50%	20%	50%			X	-0,5
Melhorar a utilização dos recursos	OE VI	Registo e controlo da despesa mensal	-	1	70%	5%	1		X		
		Discussão das vantagens e desvantagens de maior autonomia	-	1	30%	5%	20%			X	-0,8
QUALIDADE											
30%											
Desenvolvimento um sistema de garantia da qualidade	OE II OEVI OE VI	Análise e implementação das formas adequadas a assegurar qualidade e transparência	-	1	100%	50%	80%		X		0
Promoção de boas práticas	OEVI OEVI	Discussão de formas de promoção de boas práticas de gestão e ética	-	1	100%	50%	1		X		0
RESULTADOS AGREGADOS											
							Avaliação Final do Serviço				
Eficácia	Peso	50%	Contribuição para a avaliação final				Quantitativa			Qualitativa	
Eficiência	Resultado dos objectivos	20%									
Qualidade	Resultado dos objectivos	30%									
	Resultado dos objectivos										

* Para além dos 237 concursos concluídos e enviados à tutela, estão aqui incluídos concursos concluídos repetidos, cancelados e desertos
 ** Incluindo candidatos que se apresentaram aos procedimentos concursais abertos em 2013

RECURSOS HUMANOS

Atribuições/Competências/Actividades	Nº
Presidente e vogais permanentes	4
Assessoria de imprensa*	0,5
Secretariado e apoio técnico	3
Estagiários	2
Motorista	1
TOTAL GERAL	10,5

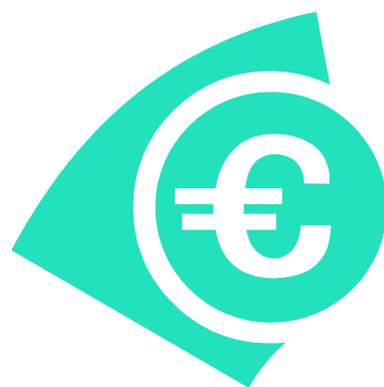
A CReSAP não dispõe de mapa de pessoal; entende-se aqui por recursos humanos todos os colaboradores que asseguraram o seu normal funcionamento em 2014

* Recurso partilhado com o INFARMED

RECURSOS FINANCEIROS (euros)

	Orçamentado	Corrigido	Compromissos-reposições
Orçamento :			
Orçamento de Estado	691.851,00 €	708.837,00 €	632.074,54 €

8. Contas

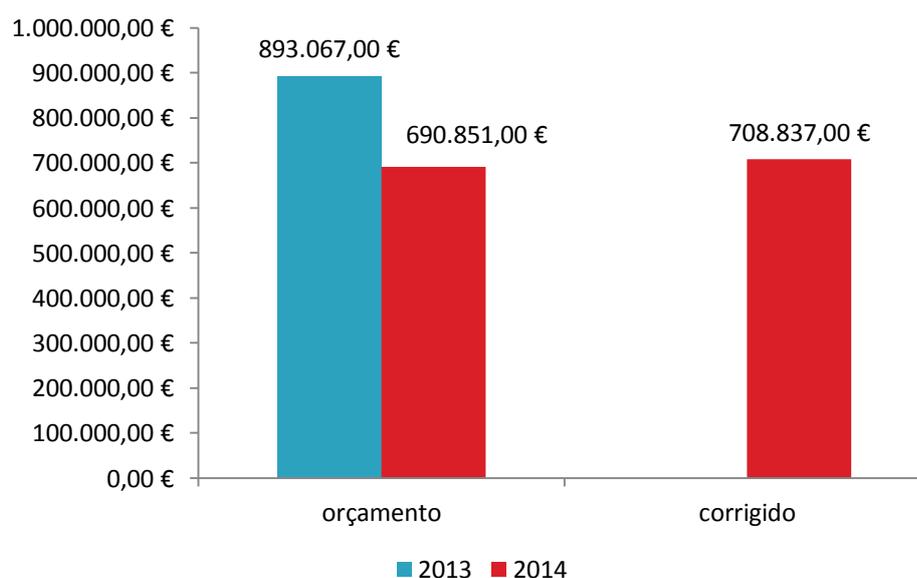


8.1 Recursos financeiros e despesas

A dotação da CReSAP advém, em 100%, do Orçamento de Estado.

Em 2014, contou com um orçamento de 690.851,00 euros, posteriormente corrigido para 708.837,00 euros; dado que não possui autonomia administrativa e financeira, o apoio continuou a ser assegurado pela Secretaria-Geral do Ministério das Finanças.

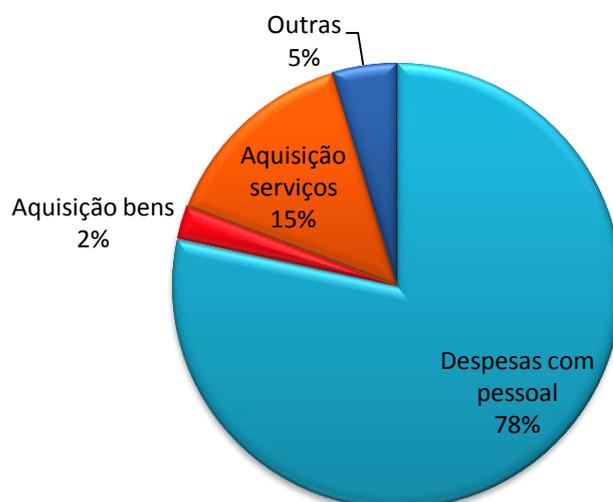
Figura 29. CReSAP, Orçamento, 2013-2014



O grau de execução orçamental foi na ordem dos 87,73%, superior ao registado em 2013 (73,17%). No entanto, não foi possível proceder ao pagamento de todas as faturas ainda em 2014, à semelhança do já verificado no ano anterior.

O maior contributo para a despesa ficou a dever-se a despesas com pessoal, que representaram 78,36% do total (Figura 30).

Figura 30. Distribuição das despesas de funcionamento da CReSAP, por agrupamento económico, 2014 (%)



Fonte: CReSAP , Balancete Orçamental por Classificação Económica, Secretaria-Geral do Ministério das Finanças, 30 janeiro 2015

Os Quadros 6 a 9 apresentam, de forma discriminada e por classificação económica, a dotação corrigida, as despesas de funcionamento e os respetivos saldos, permitindo ainda a comparação face a 2013.

Nas despesas em pessoal destaca-se um agravamento de 4,7% em 2014, que se deve à inclusão na rubrica das remunerações certas e variáveis do pagamento dos subsídios de férias, que não tinha sido efetuado no ano anterior (Quadro 6).

Na despesa em aquisição de bens, em 2014, registou-se uma redução na ordem dos 31,3% face a 2013, explicada em particular pelo decréscimo nas despesas em material de escritório (Quadro 7).

Já as despesas em aquisição de serviços acresceram 18,28% por comparação a 2013, refletindo ao acréscimo contratualizado anteriormente em termos de locação das instalações, bem como com encargos das mesmas e com a conservação de bens (Quadro 8).

Deve destacar-se em 2014 ainda a redução de 34% em outras despesas de funcionamento, apesar de aqui estarem integradas as despesas relativas aos estágios da administração pública, integrados no PEPAC (Quadro 9).

Quadro 6. Despesas com Pessoal, 2014 (euros)

Descrição	Dotação corrigida (1)	Pagamentos - reposições 2014 (2)	Pagamentos - reposições 2013 (3)	Saldo (4)
Pessoal dos quadros	259.065,00 EUR	243.349,50 EUR	238.997,29 EUR	15.715,50 EUR
Representação	88.860,00 EUR	88.859,47 EUR	86.897,12 EUR	0,53 EUR
Suplementos e prémios	1.367,00 EUR	1.366,53 EUR	1.341,25 EUR	0,47 EUR
Subsídio de refeição	6.201,00 EUR	5.995,08 EUR	6.562,99 EUR	205,92 EUR
Subsídio de férias e de Natal	21.929,00 EUR 20.294,00 EUR	21.928,01 EUR 20.294,00 EUR	39.832,85 EUR	0,99 EUR 0,00 EUR
Horas extraordinárias	7.540,00 EUR	5.117,40 EUR	5.281,78 EUR	2.422,60 EUR
Ajudas de custo	529,00 EUR	0,00 EUR	46,73 EUR	529,00 EUR
Outros abonos em numerário ou espécie	1.759,00 EUR	0,00 EUR	391,77 EUR	1.759,00 EUR
Contribuição patronal para a ADSE	4.775,00 EUR	4.774,96 EUR	6.502,72 EUR	0,04 EUR

CGA	80.295,00 EUR	71.818,21 EUR	59.458,46 EUR	8.476,79 EUR
Segurança Social	23.783,00 EUR	23.781,56 EUR	19.990,87 EUR	1,44 EUR
Total	516.397,00 EUR	487.284,72 EUR	465.303,83 EUR	29.112,28 EUR

Fonte: Secretaria-Geral, Ministério das Finanças, 30 janeiro 2015; (1) Dotações corrigidas –Cativos + Descativos; (2) Pagamentos –Reposições; (4) Saldo =(1)-(2).

Quadro 7. Aquisições de bens,2013-14 (euros)

Descrição	Dotação corrigida (1)	Pagamentos - reposições 2014 (2)	Pagamentos - reposições 2013 (3)	Saldo (4)
Combustíveis e lubrificantes	8.054,00 EUR	5.468,78 EUR	5.186,00 EUR	2.585,22 EUR
Limpeza e higiene	375,00 EUR	276,87 EUR	117,76 EUR	98,13 EUR
Material de escritório	7.912,00 EUR	7.598,02 EUR	12.397,62 EUR	313,98 EUR
Material de transporte-peças	85,00 EUR	0,00 EUR	98,40 EUR	85,00 EUR
Outro material - peças	1.230,00 EUR	116,73 EUR	1.533,93 EUR	1.113,27 EUR
Livros e documentação técnica	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR
Outros bens	1.913,00 EUR	1.595,78 EUR	2.656,18 EUR	317,22 EUR
Total	19.569,00 EUR	15.056,18 EUR	21.989,89 EUR	4.512,82 EUR

Fonte: Secretaria-Geral, Ministério das Finanças, 30 janeiro 2015; (1) Dotações corrigidas –Cativos + Descativos; (2) Pagamentos – Reposições; (4) Saldo =(1)-(2).

Quadro 8. Aquisições de serviços, 2013-14 (euros)

Descrição	Dotação corrigida	Pagamentos - reposições 2014	Pagamentos - reposições 2013	Saldo
	(1)	(2)	(3)	(4)
Encargos das instalações	10.703,00 EUR	8.223,35 EUR	6.593,11 EUR	2.479,65 EUR
Limpeza e higiene	10.549,00 EUR	10.548,17 EUR	8.915,74 EUR	0,83 EUR
Conservação de bens	10.761,00 EUR	8.500,52 EUR	1.844,35 EUR	2.260,48 EUR
Locação de edifícios	48.000,00 EUR	48.000,00 EUR	42.000,00 EUR	0,00 EUR
Locação de material de transporte	10.206,00 EUR	8.368,86 EUR	6.069,64 EUR	1.837,14 EUR
Acessos à internet	47,00 EUR	0,00 EUR	1.232,50 EUR	47,00 EUR
Comunicações fixas de dados	211,00 EUR	0,00 EUR	615,00 EUR	211,00 EUR
Comunicações fixas de voz	306,00 EUR	0,00 EUR	355,35 EUR	306,00 EUR
Comunicações móveis	5.110,00 EUR	1.270,69 EUR	800,14 EUR	3.839,31 EUR
Outros serviços de comunicações	850,00 EUR	36,47 EUR	6,66 EUR	813,53 EUR
Transportes	3.980,00 EUR	3.857,80 EUR	830,80 EUR	122,20 EUR
Representação dos serviços Seguros	466,00 EUR	465,00 EUR	0,00 EUR	0,95 EUR

(estágios profissionais na AP)	72,00 EUR	71,16 EUR	135,00 EUR	0,84 EUR
Seguros (outros)	600,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	600,00 EUR
Deslocações e estadas	1.219,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	1.219,00 EUR
Assistência técnica-Equipamento informático	2.186,00 EUR	19,98 EUR	24,35 EUR	2.166,02 EUR
Assistência técnica-software informático	2.550,00 EUR	0,00 EUR	6.150,00 EUR	2.550,00 EUR
Assistência técnica-outros	1.589,00 EUR	1.194,66 EUR	598,08 EUR	394,34 EUR
Penalidades e outros encargos	523,00 EUR	0,00 EUR	0,00 EUR	523,00 EUR
Encargos com publicação	571,00 EUR	33,80 EUR	0,00 EUR	537,20 EUR
Outros Serviços	319,00 EUR	49,79 EUR	460,55 EUR	269,21 EUR
Total	110.818,00 EUR	90.640,30 EUR	76.631,27 EUR	20.177,70 EUR

Fonte: Secretaria-Geral, Ministério das Finanças, 30 janeiro 2015; (1) Dotações corrigidas –Cativos + Descativos; (2) Pagamentos –Reposições; (4) Saldo =(1)-(2).

Quadro 9. Outras despesas, 2014

Descrição	Dotação corrigida (1)	Pagamentos - reposições 2014 (2)	Pagamentos - reposições 2013 (3)	Saldo (4)
Outros encargos financeiros	128,00 EUR	127,05 EUR	0,00 EUR	0,95 EUR
Estágios profissionais	18.628,00 EUR	17.056,68 EUR	1.383,42 EUR	1.571,32 EUR
Equipamento de informática- outros	27.161,00 EUR	0,00 EUR	8.028,10 EUR	27.161,00 EUR
Software informático	16.136,00 EUR	11.685,00 EUR	34.440,00 EUR	0,00 EUR
Total	62.053,00 EUR	28.868,73 EUR	43.851,52 EUR	33.184,27 EUR

Fonte: Secretaria-Geral, Ministério das Finanças, 30 janeiro 2015; (1) Dotações corrigidas –Cativos + Descativos; (2) Pagamentos –Reposições; (4) Saldo =(1)-(2).

